

 <p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES</p>	<p>Autopista Litoral Sul</p> 	Código: Código ALS	Revisão: 0
		Emissão: 30/12/2014	Folha: 1/340
Lote: 03	Rodovia: BR-101/SC	Firma Projetista: MPB Engenharia	
Trecho:		Concessionária:	
<p>Objeto: RELATÓRIO FINAL do “Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Contorno Rodoviário de Florianópolis”.</p> <p>Área de Abrangência: Municípios de Biguaçu, São José e Palhoça/SC - Coordenadas UTM (22J) 734165/6972470 – 730020/6935710 - extensão aproximada: 47,63km</p>		<p>ANTT:</p>	

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

Nº DO PROCESSO IPHAN: 01510.000594/2014-75

ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL: VALDIR LUIZ SCHWENGBER

EQUIPE TÉCNICA: Raul Viana Novasco - Doutorando em História – UNISINOS; Alessandro De Bona Mello - Especialista em Arqueologia – UNISUL; Lindomar Mafioletti Júnior - Graduado em História – UNISUL; Cauê Cristiano Cardoso - Graduado em História – UNISUL; Edcarlo Cascaes Corrêa - Graduado em Ciências Biológicas – UNISUL; Felipe Bitencourt Pacheco - Graduando em Relações Internacionais – UNISUL; Rodrigo Pereira Vieira - Graduado em História – UNISUL; Ranielly dos Santos Gomes - Graduado em História – UNISUL; Cauê Cristiano Cardoso - Graduado em História – UNISUL.

EQUIPE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Leidiane Coelho Jorge - Mestre em Ciências da Linguagem – UNISUL; Carine Estevam Marcílio Mota - Esp. em História da Arte – UNISUL; Lindomar Mafioletti Júnior - Graduado em História – UNISUL.

ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DO RELATÓRIO: Valdir Luiz Schwengber; Raul Viana Novasco; Lúcia Maria Konrad Schwengber

Documentos Resultantes:

Observação:

Rev.	Data	Resp. Técnico – Firma	Concessionária	ANTT

Firma Projetista:

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO CONTORNO VIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS.....	20
FIGURA 2: MIGRAÇÃO DOS GRUPOS PERTENCENTES AO TRONCO LINGUÍSTICO TUPI-GUARANI.....	36
FIGURA 3: VERIFICAÇÃO DA ÁREA DO SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	50
FIGURA 4: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE ESCAVAÇÃO - RIO INFERNINHO I.....	50
FIGURA 5: DELIMITAÇÃO DA TRINCHEIRA E/W - RIO INFERNINHO I.....	50
FIGURA 6: INÍCIO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES, TRINCHEIRAS E SONDAGENS - RIO INFERNINHO I.....	50
FIGURA 7: ESCAVAÇÃO DA TRINCHEIRA N/S - RIO INFERNINHO I.....	50
FIGURA 8: ESCAVAÇÃO DA UNIDADE 2 - RIO INFERNINHO I.....	50
FIGURA 9: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES 1 E 2 - RIO INFERNINHO I...51	
FIGURA 10: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	51
FIGURA 11: ESCAVAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO NA UNIDADE 1 - RIO INFERNINHO I.....	52
FIGURA 12: REGISTRO VETORIAL DO SEGUNDO NÍVEL DA UNIDADE 1 - RIO INFERNINHO I.....	52
FIGURA 13: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DA UNIDADE 1 E SONDAGEM 3 - RIO INFERNINHO I.....	52
FIGURA 14: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA TRINCHEIRA N/S - RIO INFERNINHO I.....	52
FIGURA 15: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA SONDAGEM 1 - RIO INFERNINHO I.....	52
FIGURA 16: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 5 DA SONDAGEM 4 - RIO INFERNINHO I.....	52

FIGURA 17: FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I	53
FIGURA 18: FINALIZAÇÃO DA ESCAVAÇÃO DA UNIDADE 2, TRINCHEIRA E/W E ANEXO 1 - RIO INFERNINHO I.....	53
FIGURA 19: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO - RIO INFERNINHO I	54
FIGURA 20: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO RIO INFERNINHO I	54
FIGURA 21: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO ARIRIÚ I.....	56
FIGURA 22: DECAPAGEM DO PRIMEIRO NÍVEL DAS QUADRÍCULAS - ARIRIÚ I.....	56
FIGURA 23: BASE DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 - ARIRIÚ I	56
FIGURA 24: PROCESSO DE DECAPAGEM E EVIDENCIAÇÃO DE OBJETOS NA QUADRÍCULA C1 - ARIRIÚ I.....	56
FIGURA 25: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA UNIDADE C1 - ARIRIÚ I.....	56
FIGURA 26: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 3 DA SONDAÇÃO 5M N/S - ARIRIÚ I	56
FIGURA 27: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES DO QUADRANTE CENTRAL - ARIRIÚ I.....	57
FIGURA 28: DECAPAGEM E EVIDENCIAÇÃO DE OBJETOS NAS UNIDADES C1 E C2 - ARIRIÚ I.....	57
FIGURA 29: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO – ARIRIÚ I.....	58
FIGURA 30: EVIDENCIAÇÃO DE MATERIAIS LÍTICOS NA QUADRÍCULA C1 – ARIRIÚ I	58
FIGURA 31: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA ESCAVADA - ARIRIÚ I	59
FIGURA 32: COLETA DE SUPERFÍCIE NA ÁREA DO SÍTIO ARIRIÚ I.....	59
FIGURA 33: DEMARCAÇÃO DAS UNIDADES DE ESCAVAÇÃO NO SÍTIO SANTA TEREZINHA I	60
FIGURA 34: INÍCIO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO SANTA TEREZINHA I .	61

FIGURA 35: DECAPAGEM E PENEIRAMENTO DO SEDIMENTO PROVENIENTE DAS UNIDADES – SANTA TEREZINHA I	61
FIGURA 36: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 – SANTA TEREZINHA I	61
FIGURA 37: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE C3 – SANTA TEREZINHA I	61
FIGURA 38: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA – SANTA TEREZINHA I	61
FIGURA 39: DECAPAGEM DAS UNIDADES A3 E C3 – SANTA TEREZINHA I	61
FIGURA 40: FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO SANTA TEREZINHA I	62
FIGURA 41: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 3 DA SONDAÇÃO M5 LESTE – SANTA TEREZINHA I	62
FIGURA 42: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA DE ESCAVAÇÃO – SANTA TEREZINHA I	63
FIGURA 43: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO SANTA TEREZINHA I	63
FIGURA 44: LIMPEZA SUPERFICIAL DA ÁREA ESCOLHIDA PARA SER ESCAVADA NO SÍTIO RÚSSIA I	64
FIGURA 45: DEMARCAÇÃO DAS UNIDADES DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RÚSSIA I	65
FIGURA 46: DECAPAGEM E PENEIRAMENTO DO SEDIMENTO PROVENIENTE DAS UNIDADES – RÚSSIA I	65
FIGURA 47: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 – RÚSSIA I	65
FIGURA 48: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE C3 – RÚSSIA I	65
FIGURA 49: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA – RÚSSIA I	65
FIGURA 50: DECAPAGEM DAS UNIDADES DO QUADRANTE CENTRAL – RÚSSIA I	65
FIGURA 51: DECAPAGEM DO NÍVEL 1 DA UNIDADE B1 - RÚSSIA I	66

FIGURA 52: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 3 DA SONDAGEM M5 OESTE – RÚSSIA I.....	66
FIGURA 53: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO RÚSSIA I	67
FIGURA 54: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA DE ESCAVAÇÃO – RÚSSIA I	67
FIGURA 55: INÍCIO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RÚSSIA II	68
FIGURA 56: DECAPAGEM E PENEIRAMENTO DO SEDIMENTO PROVENIENTE DAS UNIDADES – RÚSSIA II	69
FIGURA 57: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 – RÚSSIA II	69
FIGURA 58: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A3 – RÚSSIA II	69
FIGURA 59: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE C3 – RÚSSIA II.....	69
FIGURA 60: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA – RÚSSIA II.....	69
FIGURA 61: DECAPAGEM DAS UNIDADES DO QUADRANTE CENTRAL – RÚSSIA II....	69
FIGURA 62: FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES - RÚSSIA II	70
FIGURA 63: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA UNIDADE A1 – RÚSSIA II	70
FIGURA 64: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO RÚSSIA II	71
FIGURA 65: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA DE ESCAVAÇÃO – RÚSSIA II	71
FIGURA 66: HIGIENIZAÇÃO DO MATERIAL LÍTICO	77
FIGURA 67: CATALOGAÇÃO DO MATERIAL LÍTICO.....	77
FIGURA 68: ANÁLISE DO MATERIAL LÍTICO	78
FIGURA 69: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO ARIRIÚ I.....	85
FIGURA 70: LASCA BIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO ARIRIÚ I	85
FIGURA 71: MACHADO POLIDO EM BASALTO - SÍTIO ARIRIÚ I.....	86

FIGURA 72: LASCA BIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO ARIRIÚ I	86
FIGURA 73: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA I	87
FIGURA 74: DETRITO EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA I	87
FIGURA 75: LASCA BIPOLAR EM ARENITO SILICIFICADO - SÍTIO RÚSSIA I	88
FIGURA 76: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA I	88
FIGURA 77: LASCA BIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II	89
FIGURA 78: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II	89
FIGURA 79: MICROLASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II	90
FIGURA 80: LASCA BIPOLAR TAMBÉM EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II	90
FIGURA 81: MACHADO EM ARENITO FRAGMENTADO - SÍTIO SANTA TEREZINHA I ...	91
FIGURA 82: LÂMINA DE MACHADO COM MARCAS DE RETOQUE - SÍTIO SANTA TEREZINHA I	91
FIGURA 83: LÂMINA DE MACHADO EM BASALTO - SÍTIO SANTA TEREZINHA I	92
FIGURA 84: PONTA DE PROJÉTIL FOLIÁCEA - SÍTIO SANTA TEREZINHA I	92
FIGURA 85: ACERVO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I	95
FIGURA 86: DOBRADIÇA DE PORTEIRA ENCONTRADA NA SUPERFÍCIE – SÍTIO RIO INFERNINHO I	96
FIGURA 87: PARTE DE CANECA ENCONTRADA NO SÍTIO RIO INFERNINHO I	96
FIGURA 88: FRAGMENTO DE LOUÇA – SÍTIO RIO INFERNINHO I	97
FIGURA 89: PREGO – SÍTIO RIO INFERNINHO I	97
FIGURA 90: TAMPA METÁLICA DE GARRAFA – SÍTIO RIO INFERNINHO I	98
FIGURA 91: TAMPA PLÁSTICA DE GARRAFA – SÍTIO RIO INFERNINHO I	98
FIGURA 92: COMPONENTE PLÁSTICO UTILIZADO NA FIXAÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO – SÍTIO RIO INFERNINHO I	99

FIGURA 93: CACO DE VIDRO DE GARRAFA – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	99
FIGURA 94: FACE EXTERNA DE FRAGMENTO DE TELHA DE BARRO COLONIAL DO TIPO CAPA E CANAL – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	100
FIGURA 95: FACE INTERNA DO MESMO FRAGMENTO DE TELHA COLONIAL – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	100
FIGURA 96: FRAGMENTO DE TELHA DO TIPO FRANCESA – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	101
FIGURA 97: FRAGMENTO DE TELHA DE AMIANTO – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	101
FIGURA 98: FRAGMENTO DE TIJOLO MACIÇO – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	102
FIGURA 99: PARTE INTERNA DE TIJOLO DE SEIS FUROS – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	102
FIGURA 100: FRAGMENTO DE PARTE EXTERNA DE TIJOLO DE SEIS FUROS – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	103
FIGURA 101: PEQUENO BLOCO DE CONCRETO – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	103
FIGURA 102: PEQUENO BLOCO DE CONCRETO COM INDICAÇÃO DO NEGATIVO DE USO SOBRE TIJOLO DE SEIS FUROS – SÍTIO RIO INFERNINHO I.....	104
FIGURA 103: EXPLANAÇÃO SOBRE ARTEFATOS LÍTICOS - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA – SÃO JOSÉ - SC.....	117
FIGURA 104:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA ...	117
FIGURA 105: ESCLARECIMENTOS SOBRE O FOLDER DO PROGRAMA DE RESGATE E MONITORAMENTO DA ÁREA DO CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA	118
FIGURA 106: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA	118
FIGURA 107: ALUNO OBSERVANDO O FOLDER DO PROGRAMA DE RESGATE E MONITORAMENTO DA ÁREA DO CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA	118

FIGURA 108: EXPLICAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTEFATOS- 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA	118
FIGURA 109: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA –8º ANO E 8ª SÉRIE A (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA	118
FIGURA 110: EXPLICAÇÃO SOBRE OS ARTEFATOS CERÂMICOS - 8º ANO E 8ª SÉRIE A (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA.....	118
FIGURA 111: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA – 6º ANO 01, C. M. E. VILA FORMOSA – SÃO JOSÉ - SC	119
FIGURA 112: ESCLARECIMENTO SOBRE DATAÇÕES - 6º ANO 01, C. M. E. VILA FORMOSA.....	119
FIGURA 113: EXPLICAÇÃO DA UTILIDADE DOS ARTEFATOS LÍTICOS - 6º ANO 01, C. M. E. VILA FORMOSA	119
FIGURA 114: EXPOSIÇÃO DA EXTENSÃO DO CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - 6º ANO 02, C. M. E. VILA FORMOSA	119
FIGURA 115: EXIBIÇÃO DE UMA PONTA DE FLECHA - 6º ANO 02, C. M. E. VILA FORMOSA.....	119
FIGURA 116: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 02, C. M. E. VILA FORMOSA	119
FIGURA 117: ESCLARECIMENTO SOBRE ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS- 7º ANO 01, 8º ANO E 8ª SÉRIE (9º ANO), C. M. E. VILA FORMOSA	120
FIGURA 118: EXPLANAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS DO RESGATE ARQUEOLÓGICO- 7º ANO 01, 8º ANO E 8ª SÉRIE (9º ANO), C. M. E. VILA FORMOSA	120
FIGURA 119: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS – BIGUAÇU - SC	121
FIGURA 120: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	121
FIGURA 121: EXPLANAÇÃO SOBRE AS ETAPAS DO RESGATE ARQUEOLÓGICO-6º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	121

FIGURA 122: ESCLARECIMENTO SOBRE OS TIPOS DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS - 6º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	121
FIGURA 123: ABERTURA PARA QUESTIONAMENTOS - 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS.....	121
FIGURA 124:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA -7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	121
FIGURA 125:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 7º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	122
FIGURA 126: ILUSTRAÇÃO DAS PONTAS DE FLECHAS - 7º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS.....	122
FIGURA 127: EXPLANAÇÃO SOBRE DATAÇÕES- 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	122
FIGURA 128: EXPLANAÇÃO DAS LEIS QUE AMPARAM A ARQUEOLOGIA - 8º ANO 02,E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS.....	122
FIGURA 129:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA–9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	122
FIGURA 130:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA -9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	122
FIGURA 131: EXPLANAÇÃO SOBRE DATAÇÕES - 6º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES – BIGUAÇU - SC.....	123
FIGURA 132: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	123
FIGURA 133: EXPLICAÇÃO SOBRE ARTEFATOS - 6º,7º, 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES	123
FIGURA 134: CONVERSA COM OS ALUNOS - 6º,7º, 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES	123
FIGURA 135: ESCLARECIMENTOS SOBRE AS ETAPAS DA ARQUEOLOGIA - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	123

FIGURA 136: EXPLANAÇÃO DAS LEIS QUE AMPARAM A ARQUEOLOGIA - 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	123
FIGURA 137: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA – PALHOÇA - SC	125
FIGURA 138: ALUNOS OBSERVANDO O FOLDER DO CONTORNO RODOVIÁRIO - 6º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA.....	125
FIGURA 139: EXPLANAÇÃO SOBRE ARTEFATOS LÍTICOS - 7º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	125
FIGURA 140: EXPLICAÇÃO DO FOLDER DO CONTORNO RODOVIÁRIO - 7º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	125
FIGURA 141: APRESENTAÇÃO DE ARTEFATOS LÍTICOS- 8º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	125
FIGURA 142: EXPLICAÇÃO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS ARTEFATOS LÍTICOS - 8º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	125
FIGURA 143: EXPLANAÇÃO SOBRE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - 9º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	126
FIGURA 144: ALUNO OBSERVANDO ARTEFATO LÍTICO - 9º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	126
FIGURA 145: EXPLANAÇÃO SOBRE A EVOLUÇÃO HUMANA - 6º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – PALHOÇA - SC.....	126
FIGURA 146: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	126
FIGURA 147: CONVERSA COM OS ALUNOS - 7º ANO 01, E. E. M. N. SENHORA DE FÁTIMA.....	126
FIGURA 148: ENTREGA DOS FOLDERS SOBRE AS ETAPAS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA - 7º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	126
FIGURA 149: ESCLARECIMENTOS SOBRE A EVOLUÇÃO HUMANA - 9º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.....	127

FIGURA 150: ENTREGA DOS FOLDERS SOBRE AS ETAPAS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA - 9º ANO 02 E 03, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.....	127
FIGURA 151: ALUNO OBSERVANDO FOLDER - 9º ANO 02 E 03, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	127
FIGURA 152: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 9º ANO 02 E 03, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	127
FIGURA 153: ILUSTRAÇÃO DO TEMA DISCUTIDO - 7º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	127
FIGURA 154: INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA - 9º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.....	127
FIGURA 155: ALUNOS CONFECCIONANDO ARTE RUPESTRE - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA – SÃO JOSÉ.....	130
FIGURA 156: ALUNAS CONFECCIONANDO ARTE RUPESTRE- 8º ANO, C. E. M. SANTA ANA.....	130
FIGURA 157: OFICINA DE ARTE RUPESTRE –8ª SÉRIE A (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA	130
FIGURA 158: RUPESTRE PRODUÇÃO DA ARTE RUPESTRE - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA	130
FIGURA 159: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE – 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS - BIGUAÇU.....	131
FIGURA 160: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	131
FIGURA 161: PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	131
FIGURA 162: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01 E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	131
FIGURA 163: ALUNOS PRODUZINDO ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01 E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	131

FIGURA 164: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01 E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS.....	131
FIGURA 165: ALUNOS PRODUZINDO ARTE RUPESTRE - 7º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES - BIGUAÇU	132
FIGURA 166: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE - 7º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	132
FIGURA 167: ORIENTAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	132
FIGURA 168: ESCLARECIMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 02 E 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	132
FIGURA 169: ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 6º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA - PALHOÇA	133
FIGURA 170: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE - 6º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	133
FIGURA 171: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	133
FIGURA 172: APRESENTAÇÃO DOS TIPOS DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	133
FIGURA 173: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	133
FIGURA 174: PALESTRA DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	133
FIGURA 175: ORIENTAÇÃO PARA OS ALUNOS - 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	134
FIGURA 176: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	134
FIGURA 177: INTRODUÇÃO A ARTE RUPESTRE - 9º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	134

FIGURA 178: ALUNOS PRODUZINDO ARTE RUPESTRE - 9º ANO, E. B. PROF. ^a ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	134
FIGURA 179: ORIENTAÇÃO NA PRODUÇÃO DA ARTE RUPESTRE - 8º ANO 02 E 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES	134
FIGURA 180: ALUNOS CONFECCIONANDO SUA ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF. ^a ANTONIETA SILVEIRA SOUZA	134
FIGURA 181: ALEXANDRE DA SILVA- 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA.....	135
FIGURA 182: AUGUSTO A. DA SILVA - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA	135
FIGURA 183: JOÃO VITOR P. - 8º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA.....	135
FIGURA 184: JOÃO VITOR P. - 8º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA.....	135
FIGURA 185: LUAN DE MATOS - 8ª SÉRIE B (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA	135
FIGURA 186: MARCELA BORBA DA SILVA - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA	135
FIGURA 187: NATALIA DOS SANTOS S. - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA.....	136
FIGURA 188: RHUAN MURYEL F. ALBINO - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA	136
FIGURA 189: DÉBORA S. DA ROSA - 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	136
FIGURA 190: EVILYN CRISTINA S. - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	136
FIGURA 191: WELLITAN PEREIRA M - 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	136
FIGURA 192: JHÉSSICA DE ALCANTARA - 7º 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	136
FIGURA 193: LARISSA K. RODRIGUES - 9º ANO, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	137
FIGURA 194: MATEUS A. FREITAS - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	137

FIGURA 195: MICHAEL DOUGLAS S. - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	137
FIGURA 196: MILENY SILVA LIMA - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	137
FIGURA 197: JÉSSICA MARQUES M. - 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	137
FIGURA 198: FELIPE O. SODRÉ - 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	137
FIGURA 199: ALUNOS – EDUARDO, GIOVANA, LUIS, BRUNO, RUBENS, MARCOS P., PEDRO – 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA.....	138
FIGURA 200: ALUNOS – ALEXANDRA, ALMIRO, DYANA, ESTÉFANY, MARIANA E RAFAELA – 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA	138
FIGURA 201: ALUNOS – DANIEL KRAUS, ISMAEL DA SILVA, FELIPE MARINHO, ALEXANDRE PEREIRA – 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA.....	138
FIGURA 202: DOUGLAS, GEZIEL, MARIA LUIZA, JENIFFER – 7º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA.....	138
FIGURA 203: VISITA GUIADA - 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	140
FIGURA 204: VISITA GUIADA - 7º, 8º E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS	140
FIGURA 205: EXPLANAÇÃO SOBRE SÍTIO ARQUEOLÓGICO - 6º ANO E PROJETO ESCOLA MAIS, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	140
FIGURA 206: EXPLICAÇÃO SOBRE AS ETAPAS DO RESGATE - 6º ANO E PROJETO ESCOLA MAIS, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES.....	140

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	17
2	DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	19
3	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO.....	21
4	A OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	25
5	GÊNESE E EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	41
6	CNSA – GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	45
7	PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO	47
7.1	ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA	49
7.2	ANÁLISE DO MATERIAL LÍTICO	72
7.3	ANÁLISE DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I	93
7.4	DISCUSSÃO DOS DADOS	104
8	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DIVULGAÇÃO DA PESQUISA	107
9	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	145
10	REFERENCIAS	147
11	ANEXOS	153
11.1	PORTARIA CNA/IPHAN QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA E PROTOCOLO DA ENTREGA DO RELATÓRIO PARCIAL	154
11.2	CARTAS DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS ESCAVADOS	158
11.3	PLANTAS TOPOGRÁFICAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	162
11.4	CROQUIS DE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS.....	168
11.5	FICHAS DE ANÁLISE DO MATERIAL LÍTICO	210

11.6	FICHAS DE CATÁLOGO DO MATERIAL HISTÓRICO.....	219
11.7	FICHAS DE CADASTRO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS ATUALIZADAS ...	221
11.8	MATERIAL DIDÁTICO-INFORMATIVO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	247
11.9	ATIVIDADES DIDÁTICAS DE ARTE RUPESTRE REALIZADAS COM OS ALUNOS.....	249
11.10	LISTAS DE PRESENÇA DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.	272

1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório final de resgate arqueológico vem apresentar os resultados das atividades de resgate realizadas sobre os sítios arqueológicos Rio Inferninho I, Santa Terezinha I, Rússia I, Rússia II e Aririú I, bem como a análise laboratorial dos vestígios encontrados e a discussão dos dados realizados entre os meses de maio e dezembro de 2014. É importante destacar que foi encaminhado a este IPHAN/SC, um relatório parcial das pesquisas no mês de Julho de 2014, conforme protocolo em anexo. Os sítios supracitados, foram identificados nas áreas que serão impactadas pelas obras de implantação do Contorno Rodoviário Florianópolis, que perpassará os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça – Santa Catarina. A rodovia tem seu ponto inicial sob as coordenadas UTM (22J) 734165/6972470 e seu ponto final sob as coordenadas UTM (22J) 730020/6935710, com uma extensão aproximada de 47,63 km.

O mesmo empreendimento foi objeto de diagnóstico arqueológico interventivo e prospecção arqueológica, também realizado pela equipe da Espaço Arqueologia. Na ocasião do diagnóstico arqueológico foram obtidas informações a respeito do potencial arqueológico da região impactada pelo empreendimento. Já na etapa de prospecção, levantamentos sistemáticos foram realizados, resultando na identificação dos sítios acima citados, nos municípios de Biguaçu e Palhoça.

Além das atividades de resgate arqueológico, o presente relatório apresentará dados a respeito das atividades de educação patrimonial e divulgação da pesquisa que foram realizadas dentro do cronograma das atividades de resgate, atingindo os municípios abrangidos pelo empreendimento, que tem seu programa continuado no decorrer do Monitoramento Arqueológico.

Aproveitamos para ressaltar que, de acordo com DNIT (2006), todo empreendimento deve ser submetido ao adequado tratamento ambiental, que consiste no estabelecimento de medidas de caráter corretivo, mitigador ou compensatório, em função da previsibilidade da ocorrência de eventos ambientalmente impactantes como decorrência dos serviços e obras. No âmbito da arqueologia, mais especificamente, tais medidas preventivas e mitigadoras são consistem na realização do diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico, executados nas diferentes etapas do processo de licenciamento ambiental. Através de tais atividades procura-se evitar que os registros materiais da memória e das tradições de grupos pré-

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 18/340
-----------------------	---------------	------------------------	------------------

coloniais e históricos sejam impactados, fazendo valer as disposições da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961.

Por fim, salientamos que o presente relatório final de regate arqueológico representa o cumprimento das exigências feitas pelo IPHAN/SC através do Parecer técnico nº 031/2014, para conceder as licenças ambientais à Auto Pista Litoral Sul, responsável pela implantação do empreendimento.

2 DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento objetiva a construção do Contorno Rodoviário de Florianópolis, visando desviar o tráfego de longa distância, do eixo principal da BR-101, na região metropolitana de Florianópolis, melhorando a fluidez do tráfego de passagem e do tráfego urbano que utiliza a rodovia, minimizando assim os congestionamentos.

O Contorno Rodoviário de Florianópolis é uma nova rodovia, em pista dupla, Classe 1, a ser construído em uma nova diretriz, iniciado nas proximidades do quilômetro 180 da BR-101, com término no quilômetro 218,5 da mesma rodovia, com 47,63 quilômetros de extensão, o qual se desenvolverá pelos vales dos rios Três Riachos, Biguaçu, Forquilha, Maruim, Passa Vinte e Aririú, retornando à BR-101 nas proximidades da praça de pedágio.

O traçado prevê a implantação de interseções nas principais vias de ligação, federais, estaduais e municipais, tais como as rodovias federais BR-101 e BR-282, as rodovias estaduais SC-408 e SC-407 e, a rodovia municipal de Forquilha. Foram previstas passagens inferiores para atender as estradas municipais e acessos, mantendo assim as ligações entre as comunidades que ficarão no entorno da rodovia.

Segundo informações do Projeto de Engenharia, o Contorno de Florianópolis movimentará para a sua construção, mais de 6 milhões de metros cúbicos de materiais para a implantação da plataforma de terraplenagem. É previsto uma escavação de aproximadamente 2,8 milhões de metros cúbicos de solo em primeira categoria e 1,7 milhões de escavação em rocha. Informa ainda o Projeto, que em alguns segmentos do traçado, será necessário efetuar a remoção de solos moles para possibilitar a execução do aterro, cujo volume poderá chegar a aproximadamente 350.000 m³. Esses locais serão preenchidos com material drenante, muito provavelmente com areia.

A plataforma foi projetada em pista dupla com duas faixas de rolagem de 3,60 metros de largura cada, acostamento interno com 0,60 metro de largura, acostamento externo de 2,50 metros de largura, e canteiro central de 10,60 metros, além de uma faixa de domínio de 70 metros a partir do eixo da rodovia.

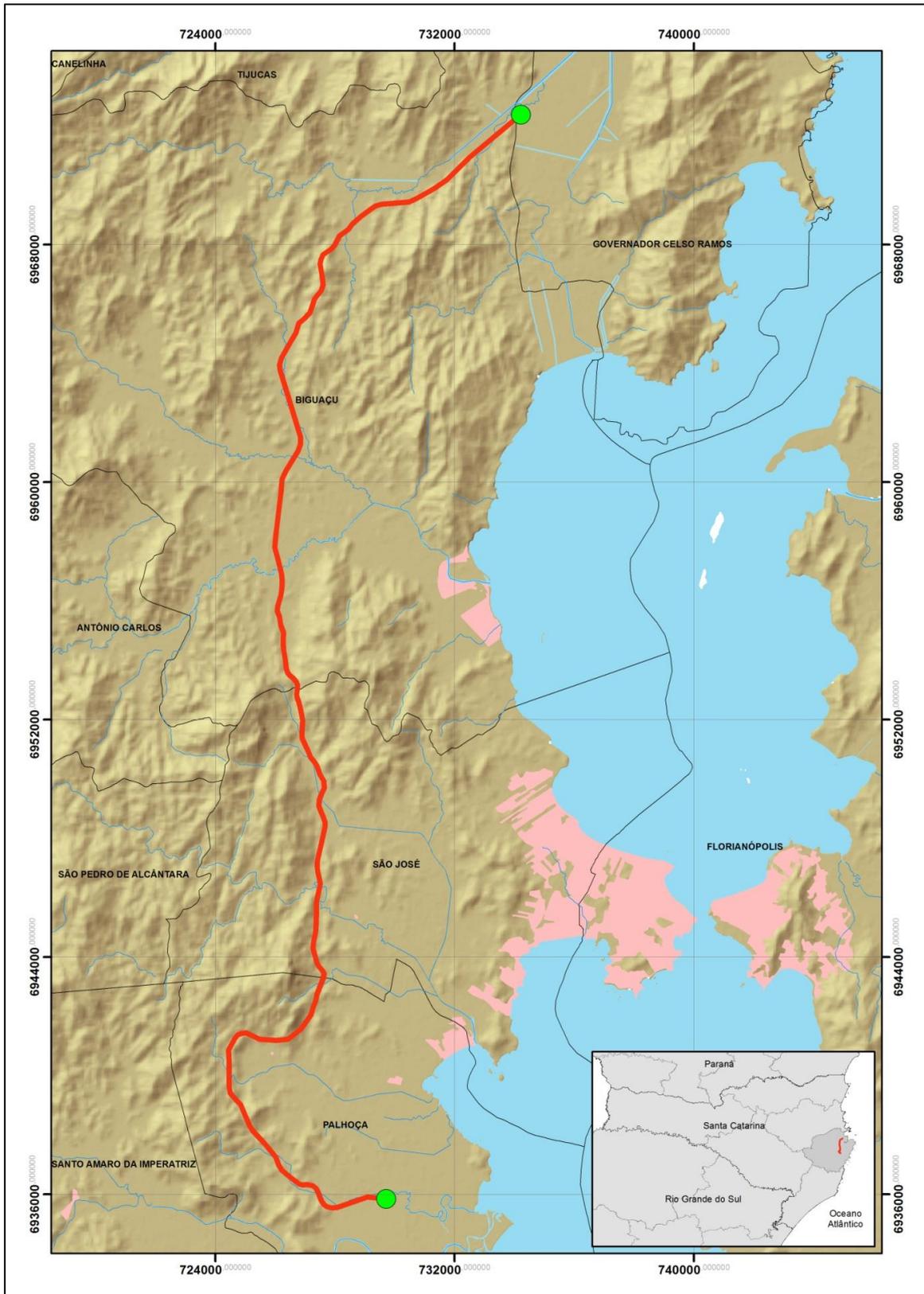


FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO CONTOURO VIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS

3 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DE ESTUDO

A região abrangida pela pesquisa arqueológica de que trata o presente relatório localiza-se entre os municípios de Biguaçu, São José e Palhoça. Os três municípios situam-se na região do litoral central do estado de Santa Catarina, cuja base econômica são as atividades comerciais, a indústria, a prestação de serviços e atividades agropecuárias, esta última, menos representativa. A região está situada dentro do domínio morfoclimático Mares de Morros, domínio este que acompanha todo o litoral brasileiro, apresentando relevo bastante irregular resultante de ações erosivas que ocorreram sobre a estrutura cristalina proterozóica (BIGARELLA et al, 1994). Apresenta, ainda, clima predominantemente quente e úmido, tanto nas zonas tropicais, como nas subtropicais.

Geomorfologicamente, o traçado do contorno rodoviário de Florianópolis está situado em uma área composta por dois diferentes compartimentos geomorfológicos: as planícies costeiras e as serras do Leste Catarinense.

As planícies costeiras, formadas por acumulações lacustres, fluviais, marinhas e eólicas, margeiam todo o leste do Estado de Santa Catarina ao longo do Oceano Atlântico, apresentando áreas mais largas na região sul do Estado, e áreas mais estreitas a partir do município de Laguna. Tais planícies são compostas por praias, campos de dunas estáveis e instáveis, lagoas costeiras, foz de rios, pontais, enseadas e baías (SANTA CATARINA, 2008).

As serras do Leste Catarinense são compostas por um conjunto de morros e montanhas com encostas íngremes, modelados por dissecções homogêneas, onde os vales podem ser muito profundos, principalmente no alto e médio curso dos rios. Esse relevo é esculpido em rochas cristalinas e se estende no sentido norte sul, desde Joinville até Jaguaruna. Suas maiores altitudes alcançam cerca de 1200 metros tendendo a diminuir conforme a proximidade com as planícies litorâneas.

A geologia local é composta basicamente por embasamentos cristalinos neoproterozóicos (rochas magmáticas e metamórficas) e planícies litorâneas quaternárias. As formações neoproterozóicas compreendem a corpos granito-gnáissicos que compõem o Cinturão Dom Feliciano, que se estende de Santa Catarina ao Uruguai, sendo dividido em Batólito Pelotas no escudo sul-rio-grandense, Batólito Florianópolis no escudo catarinense e Batólito Aiguá no escudo uruguaio. Composto o Batólito Florianópolis e a litoestratigrafia da

área estudada temos os granitos foliados calcialcalinos pertencentes ao Orógeno Pelotas - Granitóides Pelotas, Granito Imaruí-Capivari e Granito Ilha (PERROTA et al, 2004).

Sucessivos aos embasamentos cristalinos estão os depósitos sedimentares cenozóicos. Entre eles estão os Depósitos Aluvionares e os Depósitos Litorâneos Indiferenciados. Os aluvionares são compostos por areia, areia quartzosa, cascalheira, silte, argila e turfa, sendo resultado do processo de regressão marinha e de sedimentações fluviais. Já os depósitos litorâneos indiferenciados são formados basicamente por areia, silte e argila, estando localizados mais próximos da costa (PERROTTA et al., 2004).

Em se tratando de solos, a área onde se encontra o empreendimento é composta principalmente por camadas de Neossolos (em locais dunas eólicas e praias estáveis), Gleissolos (nos locais onde prevalecem depósitos fluvi-deltáicos e fluvio-lacustres), Cambissolos e Argissolos (nas locais cuja litoestratigrafia é composta por granitos).

Os Neossolos são os solos constituídos por material mineral, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa atuação das forças intempéricas (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Os Gleissolos são solos constituídos por material mineral com horizonte glei iniciando-se dentro dos primeiros 150 cm da superfície, imediatamente abaixo de horizonte A ou Em ou de horizonte hístico com espessura insuficiente para definir a classe dos Organossolos (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Os Cambissolos são solos constituídos por material mineral com horizonte B incipiente subjacente a qualquer tipo de horizonte superficial, exceto hístico com 40cm ou mais de espessura, ou horizonte A chernozêmico, quando o B incipiente apresentar argila de atividade alta e saturação por bases alta. Já os Argissolos, são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B textural imediatamente abaixo do A ou E, com argila de atividade baixa ou com argila de atividade alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico na maior parte do horizonte B (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2006).

Nesta região, as áreas cobertas por gleissolos e cambissolos são caracterizadas pela presença da Floresta Ombrófila Densa, também conhecida como Mata Atlântica. Esse tipo de vegetação é caracterizado pela presença de espécies vegetais de grande e médio

porte (macro e mesofanerófitos), além de lianas lenhos e abundância de epífitas. Seu desenvolvimento está diretamente associado ao processo de resfriamento da terra ocorrido após o ótimo climático, que permitiu um significativo aumento da umidade na região sul do Brasil, eliminando os meses de seca que impediam o desenvolvimento de uma vegetação mais densa.

O termo “*ombrófila*” refere ao aspecto ecológico dessa formação, que se desenvolve em locais com excelente distribuição de chuvas e temperaturas médias de 25°. Já o termo “*densa*” é utilizado porque a floresta desenvolveu-se de forma exuberante, sendo composta por árvores vigorosas, resultando em uma cobertura fechada e densa (SANTA CATARINA, 1998).

A fisionomia da Floresta Ombrófila Densa é a de um conjunto denso de árvores, arvoretas, arbustos e ervas emaranhadas por cipós e outros tipo de vegetais. Muitas vezes, uma única árvore forma toda uma comunidade de organismos associados, pois sobre ela vivem as epífitas ou as lianas, que apesar de suas raízes estarem fixadas no chão precisam que seus ramos se escorem na vegetação mais alta, além de fungos, líquens, musgos e animais como os insetos e pássaros, entre outros (SANTA CATARINA, 2008).

Na faixa litorânea sul catarinense são identificadas duas variações da Floresta Ombrófila Densa: a de terras baixas e a submontana. A Floresta Ombrófila Densa de terras baixas ocorre sobre as planícies costeiras sedimentares do quaternário, em ambientes situados poucos metros acima do nível do mar. De acordo com Veloso (et al, 1991), essa formação vegetal apresenta um dossel não contínuo, entre 20 e 30 metros. Abaixo desse dossel ocorre um estrato arbóreo contínuo, seguido por um estrato arbustivo e herbáceo mais ou menos desenvolvido. Nesta formação duas espécies se destacam a *Calophyllum brasiliense* (guanandi) e a *Ficus organensis* (figueira). Já a Floresta Ombrófila Densa submontana, ocorre em áreas com solos relativamente profundos e altitude superior a 100 metros e inferior a 600 metros; apresenta fanerófitos de até 30 metros no estrato superior, e uma submata composta por plântulas de regeneração natural, palmeiras de pequeno porte e herbáceas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1992).

Sobre os depósitos pleistocênicos e holocênicos, ocorrem as áreas recobertas pelas Formações Litorâneas pioneiras, que apresentam influência marina e eólica, ocorrendo principalmente em áreas de dunas e outros ambientes que sofrem influência do mar. Nas áreas situadas longe da linha de costa, as formações litorâneas são compostas por espécies

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 24/340
-----------------------	---------------	------------------------	------------------

arbustivas e arbóreas de pequeno porte, como as aroeiras, os quamirins, as caporococas e as macegas; enquanto que espécies de porte herbáceo, como a salsa da praia, o capim das dunas e o feijão da praia aparecem mais próximas da praia e estão mais adaptadas às mudanças rápidas deste ambiente (SANTA CATARINA, 2008).

Por fim, vale dizer que, assim como em praticamente todo o litoral catarinense, nesta região o clima é temperado, com temperatura média anual de 20°, precipitação anual de 1400 milímetros e umidade relativa do ar com valores oscilando ao entorno de 85%.

4 A OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no estado de Santa Catarina foram desenvolvidas no decorrer da primeira metade do século XIX por naturalistas que buscavam desvendar as origens dos grandes *mounds* compostos principalmente por conchas, identificados em toda a costa catarinense. É nesse período, mais precisamente em 1849, que Varnhagen publica a primeira obra relacionada à arqueologia catarinense, chamada "*Ethinographia indígena: línguas, emigrações e archeologia*", na qual reconhece tais monumentos como resultado de ações antrópicas.

Em 1895 é publicada na Revista do Museu Paulista a primeira síntese a respeito da ocupação pré-colonial no Brasil meridional, a qual foi desenvolvida por Hermann Von Ihering a partir de dados etnográficos. De acordo com Piazza (1966), em seu texto o autor aborda temas relacionados à convivência entre os grupos indígenas e os imigrantes europeus, bem como a distribuição geográfica das diferentes etnias indígenas; apresenta informações acerca dos vestígios arqueológicos associados aos primeiros habitantes deste território (artefatos líticos, inscrições rupestres e sambaquis); e lança o panorama ocupacional pré-colonial, segundo o qual, havia um povo de pescadores, habitantes desde a Lagoa dos Patos até a Ilha de Santa Catarina, que viviam dos peixes do mar e dos moluscos, um povo habitante das matas, que seriam os Guarani, e um povo que habitava os campos de cima da serra.

Contudo, entre 1849 e 1915, os estudos *de veras* arqueológicos desenvolvidos em Santa Catarina tinham como principal objeto os sambaquis litorâneos. De acordo com Brandi (2004), os trabalhos publicados neste período se limitavam a procurar explicações que indicassem a origem da população que construiu os sambaquis, entre os quais podemos citar o trabalho de Rodrigues Peixoto (1885) e Rodrigues da Costa (1912), nos sambaquis do litoral sul catarinense, e Luiz Gualberto (1927), nos sambaquis de São Francisco do Sul.

A primeira pesquisa arqueológica empreendida no planalto catarinense foi realizada por Jorge Clarke Bleyer em 1908, tendo seus resultados sido publicados em 1912, 1919 e 1928. Bleyer desenvolveu, no município de São Joaquim, mapeamentos e escavações de abrigos rochosos nos quais foram encontrados vestígios de sepultamentos secundários que, na época, foram interpretados como restos de rituais antropofágicos.

Durante as décadas de 1920 e 1930 pouco se produziu sobre arqueologia em Santa Catarina. Novos avanços foram obtidos a partir da década de 1940, com os trabalhos desenvolvidos pelo casal Bigarella e Guilherme Tiburtius em torno dos sambaquis do litoral

norte do estado, trabalhos estes que se estenderam até o início da década de 1960 e renderam, no mínimo, 18 publicações.

No litoral central de Santa Catarina, mais precisamente na região da Grande Florianópolis, as pesquisas arqueológicas sistemáticas só tiveram início na segunda metade da década de 1950, através das prospecções realizadas pelo Pe. João Alfredo Rohr. Entre 1959 e 1961 Rohr publica quatro trabalhos nos quais aborda os resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas na Ilha de Santa Catarina, São Francisco do Sul e litoral sul catarinense.

Simultaneamente, Pe. Pedro Ignácio Schmitz desenvolve escavações em sítios cerâmicos da Tradição Tupiguarani no vale do Rio Uruguai e, em 1957 publica os resultados obtidos durante a escavação e a análise do material cerâmico coletado.

É, contudo, a partir da criação do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) e sua instituição em Santa Catarina, em 1964, que as pesquisas arqueológicas no estado ganham fôlego e volume. O responsável pelo desenvolvimento do Programa no estado era o professor de História da América da recém criada Universidade Federal de Santa Catarina, Walter Piazza. Segundo Brandi (2004), Piazza publicou 17 artigos entre os anos de 1964 e 1977 e, após o encerramento do PRONAPA, nunca mais se dedicou a arqueologia. Suas publicações noticiavam os resultados das etapas de mapeamento e escavação de sítios arqueológicos distribuídos em todo o território catarinense.

Paralelamente aos trabalhos realizados por Piazza, João Alfredo Rohr, mesmo não possuindo qualquer vínculo com o PRONAPA, desenvolveu diversos projetos de mapeamento e escavação de sítios arqueológicos em todo o estado de Santa Catarina até início da década de 1980, sendo o responsável pelo registro de 433 sítios arqueológicos, distribuídos em 50 municípios¹. Deve ser destacado também o trabalho de Ana Maria Beck, que realizou trabalhos significativos em sambaquis, nas regiões norte, central e sul de Santa Catarina.

Entre a segunda metade das décadas de 1980 e 1990, as pesquisas arqueológicas em tiveram um certo declínio, tomando novo fôlego a partir de 1997, após a Resolução CONAMA nº 237 que torna obrigatória a realização de pesquisas arqueológicas no contexto das licenças ambientais de empreendimentos que, com sua implantação, põem em risco a integridade do Patrimônio Cultural.

¹ Dados obtidos através do sistema de consulta do CNSA/SGPA do IPHAN, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>

Desse momento até o presente, inúmeros trabalhos de arqueologia preventiva (ou consultiva, ou de contrato, entre outras denominações dadas) foram realizados no estado, gerando grandes contribuições para o desenvolvimento de um panorama de ocupação pré-contato mais consistente do que o proposto por Ihering. Além desses projetos de arqueologia preventiva, continuam sendo desenvolvidas pesquisas acadêmicas em áreas pontuais do estado, tais como no planalto de Lages (IAP-UNISINOS); no planalto de Chapecó (CEOM-UNOCHAPECÓ); no extremo sul (IPAT-UNESC); no litoral sul e AMUREL (IAP-UNISINOS, GRUPEP-UNISUL, MAE-USP e Museu Nacional-UFRJ); no litoral central (NAU-UFSC); e no litoral norte (MASJ).

É, portanto, através de dados obtidos nos últimos 160 anos de pesquisa arqueológica, que elaboramos um breve panorama geral da ocupação pré-contato empreendido no território que compreende atualmente ao estado de Santa Catarina. Salientamos, contudo, que neste breve levantamento privilegiamos enfatizar o contexto arqueológico dos municípios que serão atingidos diretamente pelo empreendimento em tela.

Em suma, podemos dizer que ocorreram cinco processos de ocupação no período pré-colonial em Santa Catarina, empreendidos por diferentes grupos humanos. Tais distinções foram definidas no decorrer das últimas quatro décadas através de dados etno-históricos e tecnológicos. Dessa forma temos, até o momento, o seguinte panorama arqueológico para Santa Catarina:

TABELA 1: PANORAMA ARQUEOLÓGICO CATARINENSE

GRUPO ÉTNICO/TECNOLÓGICO	ÁREAS DE OCUPAÇÃO
Caçadores-coletores Tradição Umbu	Planalto e encosta da serra
Caçadores-coletores Tradição Humaitá	Vales dos grandes rios do planalto
Pescadores-caçadores-coletores	Toda planície costeira
Grupos Jê	Planalto, planície costeira e encosta da serra
Grupos Guarani	Vale do Rio Uruguai e planície litorânea

Como visto acima, na região da Grande Florianópolis, várias pesquisas sistemáticas foram realizadas desde a década de 1960 e diversos tipos de sítios foram identificados, tais como sambaquis, cemitérios/aldeias Jê, aldeias e parapeiros Guarani, petroglifos e oficinas líticas.

Os grupos portadores da Tradição Umbu são considerados caçadores-coletores de alta mobilidade que ocuparam os campos do planalto e a encosta da serra catarinense, de onde obtinham os recursos necessários para sua subsistência. Até o momento são conhecidos três tipos de sítios arqueológicos associados a essa tradição cultural: acampamentos a céu aberto, próximos a córregos perenes; abrigos rochosos ventilados e iluminados; aterros construídos junto a terrenos alagadiços próximos a rios e lagoas. Tais sítios comumente possuem pequenas dimensões e devem ter abrigado reduzidos grupos familiares sem residência fixa, devido à sua grande mobilidade territorial.

No que concerne ao tipo de material arqueológico identificado nesses sítios, destaca-se a presença de lítico lascado confeccionado sobre lascas e lâminas preparadas através das técnicas de percussão, pressão e polimento. Os artefatos comumente encontrados são: pontas de projétil, furadores, raspadores, pedunculares, pré-formas bifaciais e bolas de boleadeira (FARIAS, 2005).

As datas obtidas em sítios caçadores-coletores com material lítico da Tradição Umbu indicam que a ocupação exercida por esse grupo no estado se iniciou há a 9,5 mil anos A. P., nos campos e nas bordas do planalto. Tais dados foram obtidos em pesquisas recentes realizadas pelo Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP-Unisinos) no município de Taió (SCHMITZ *et al*, 2009), e pela equipe da Scientia Consultoria Científica no alto Uruguai (CALDARELLI; LAVINA, 2011).

No sítio SC-TA-19, escavado pelo IAP-Unisinos em 2008, foram identificadas diversas lascas em sílex e quartzo, além de pontas de projétil, bifaces, quebra-coquinhos e percutores. Segundo Schmitz (*et al* 2009), com a escavação verificou-se também a existência de um conjunto de pequenos fogões compostos por seixos e plaquetas de basalto e, no seu entorno os artefatos líticos acima citados. Ainda de acordo com o autor, com a análise de radiocarbono realizada a partir de amostras de carvão coletadas neste conjunto de fogões, obteve a data calibrada de 8.980 A. P.

Caldarelli e Lavina (2011), assim como Hoeltz e Brüggemann (2011), informam sobre datas obtidas no sítio Umbu com reocupação Guarani ACH-LP01, situado na área de impacto da UHE Foz do Chapecó, alto curso do Rio Uruguai. De acordo com os autores, através de análise radiocarbônica realizada a partir de amostras de carvão do nível pré-cerâmico do referido sítio (40-50 cm), obteve-se a data de 9.460 A. P.

Nas áreas do planalto e do oeste catarinense não foram identificados elementos que permitissem a associação desses grupos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu a grupos etno-históricos, mas, ao que tudo indica, a ocupação desses grupos no planalto e suas bordas se estendeu até o século XI de nossa Era, período em que se inicia a expansão dos Jê nesse território.

É, também, nesse horizonte cronológico que estão situados os sítios da Tradição Umbu na encosta catarinense. De acordo com Claudino (2011), de 216 sítios arqueológicos mapeados pelo GRUPEP - Arqueologia (UNISUL) nos municípios da encosta sul catarinense, 185 estão associados aos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu, e suas datas variam entre 1180 e 700 A. P.

Sobrepondo dados arqueológicos e etnográficos, Farias (2005) verificou que nos locais onde ocorrem os sítios arqueológicos da Tradição Umbu, ocorreram também conflitos entre grupos Xokleng e colonizadores europeus. A partir desses dados, a autora propôs que os caçadores-coletores portadores da tradição Umbu seriam os antepassados desse grupo etnográfico conhecido como Xokleng, dos quais trataremos mais a frente.

Assim como o planalto, a planície costeira de Santa Catarina vem sendo ocupada por grupos humanos há milhares de anos, e os principais registros dessa antiga e densa ocupação são os sambaquis, sítios arqueológicos associados aos grupos pescadores-caçadores-coletores.

De maneira geral, os sambaquis são acúmulos de material malacológico de origem lagunar ou marinha, depositados em secções horizontais, intercalados por estratos compostos por areia com ou sem matéria orgânica. Associada à esta base 'construtiva', são encontrados, dentro dos diversos tipos de sambaquis, ossos de peixe, mamíferos e aves, artefatos líticos, instrumentos confeccionados em osso e sepultamentos.

Estudos sobre a variação cultural dos sambaquis de Santa Catarina são realizados desde o início do século XX, mas destacamos os trabalhos de Anamaria Beck, realizados entre as décadas de 1960 e 1970, mas publicados em 2007; Andreas Kneip (2004), De Blasis (*et al.* 2007) e Assunção (2010).

Beck (2007) dividiu o litoral catarinense em três setores (sul, central e norte), elegendo um sítio por setor, sobre os quais realizou escavações sistemáticas. Através dos trabalhos realizados nos três setores, Beck identificou cinco variações culturais, às quais classificou como fases Congonhas (litoral sul), Ponta das Almas, Rio Lessa (litoral central), Morro do Ouro e Enseada (litoral norte). Tal categorização foi desenvolvida pela autora levando em consideração o tamanho dos sítios, o tipo de indústria lítica, a ocorrência ou não de sepultamento e suas variações, e a ocorrência ou não de cerâmica.

Tais elementos foram os mesmos considerados pelos demais autores citados, contudo, estes desenvolveram suas análises sobre os sambaquis situados na planície sedimentar do complexo lagunar sul catarinense, mais precisamente nos municípios de Tubarão, Jaguaruna, Laguna, Capivari de Baixo e Treze de Maio.

Assunção (2010) propõe a categorização dos sambaquis situados nessa área em três tipos distintos:

Tipo A: Os sambaquis principais. Esse grupo é composto por sítios que geralmente apresentam grandes proporções, comportando-se como marcos referenciais em meio à paisagem, possuindo estratigrafia formada por várias camadas compostas de conchas, desde sua base, intercaladas a camadas com muito material orgânico onde podemos encontrar a maioria dos sepultamentos, além de artefatos, estruturas de combustão, restos de alimentação e por vezes buracos de estaca. A partir de seu tamanho e da sua relação funerária esses sambaquis foram interpretados como monumentos intencionalmente vocacionados desde o início de sua construção, estando voltados à prática de atividades relacionadas aos mortos (ASSUNÇÃO, 2010, p. 100).

Tipo B: Sítios satélites. Esse grupo é formado por casqueiros de tamanho menor, com estratigrafia simples, com camadas superficiais conchíferas muito orgânicas e queimadas, sobre montículos de sedimento arenoso estéril. Esses sítios não possuem função funerária, uma vez que neles não encontramos sepultamentos, a baixa incidência de artefatos de qualquer natureza causam problemas quanto a caracterização de sua função, no entanto, espacialmente eles se comportam como periféricos, sendo sempre encontrados nas proximidades de concheiros principais, nunca isolados. As datações realizadas demonstram que eles são contemporâneas aos sambaquis funerários de seus grupos, podendo ser avaliados como vestígios de eventos realizados em curtos períodos de tempo (ASSUNÇÃO, 2010, p. 100-101).

Tipo C: Sítios tardios. O último grupo é formado pelos sítios que apresentam ocupações ligadas a períodos mais recentes com datas variando entre 1500 e 500 anos AP. Apresentam estratigrafia composta por pacotes homogêneos formados por sedimento arenoso associado à baixa quantidade de conchas. Seu tamanho varia entre médio e pequeno, não alcançando a estatura dos grandes sambaquis do tipo A. Sepultamentos também são detectados, associados a alta incidência de pedras de fogueira, artefatos ósseos e líticos, a primeira vista semelhantes aos encontrados nos sítios principais, além de fragmentos cerâmicos em pequena quantidade (ASSUNÇÃO, 2010, p. 101).

Fazendo uma grosseira associação com a tipologia proposta por Assunção (2010) e a categorização proposta por Beck para os sambaquis do litoral central, podemos dizer que os sambaquis do tipo C de Assunção correspondem aos sambaquis das fases Ponta das Almas (sem cerâmica) e Rio Lessa (com cerâmica) de Beck.

É importante salientar que, tanto os sítios tipo C de Assunção, quanto a ocupação cerâmica identificada nas camadas mais superficiais dos sambaquis do litoral central têm sido associadas à ocupação Jê nessas regiões (SCHMITZ; ROGGE, 2012).

A data mais antiga que se tem até o momento para a ocupação dos pescadores-coletores no litoral catarinense é de 7.570 anos A. P. (calibrada), e foi obtida no sambaqui Rio Caipora, município de Treze de Maio (ASSUNÇÃO, 2010). As demais datas obtidas para essa mesma região denotam uma continuidade 'cultural' que se estende até 1.500 anos A. P., sem intervalos aparentes.

Além dos grupos sambaquieiros, o litoral de Santa Catarina é marcado pela presença dos grupos Jê meridionais. Estudos linguísticos e etnográficos informam que esses grupos, hoje representados pelos Kaingang e Xokleng, fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê, originado no planalto central brasileiro, mais precisamente entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, possivelmente nas proximidades do grupo Jê central atualmente extinto, conhecido como Xakriabá. De acordo com Urban (1992), os Jê meridionais teriam iniciado sua migração em direção ao sul a 3.000 anos atrás, mas até o momento se desconhece o momento de sua chegada na região e as motivações de tal migração. O que se acredita, contudo, é que buscavam áreas com características semelhantes às do seu habitat de origem, o planalto central brasileiro.

Ao chegar no planalto meridional brasileiro, estes desenvolveram um *ethos* que está diretamente associado às configurações e às transformações ambientais dessa região. Deste *ethos*, que assim como o ambiente sofreu diversas modificações nos dois últimos milênios, o que é possível captar através das pesquisas arqueológicas está depositado na cultura material e nas estruturas de habitação e cerimoniais deixadas por esses grupos. Da cultura material, encontram-se fragmentos de cerâmica e artefatos líticos produzidos a partir do lascamento e/ou do polimento sobre blocos de basalto e arenito. Já as estruturas de habitação e cerimoniais, podem apresentar formas e dimensões diferentes, isoladas ou compondo agrupamentos.

Estudos realizados no planalto e litoral catarinense captaram registros de atividades dos povos Jê a partir do século III da nossa Era, obtidos em áreas cerimoniais com sepultamentos, como os abrigos sob rocha do vale do Canoas e o cemitério litorâneo de Içara, 1735 A. P. e 1580 A. P., respectivamente (DE MASI, 2005, SCHMITZ; ROGGE, 2012).

Tanto no planalto como no litoral, esse período que se estende do século III até o século XII da nossa Era é marcado pela alta mobilidade desses grupos, que parece estar

associada a captação de recursos sazonais presentes nesses dois compartimentos geomorfológicos.

No planalto, o período de menor mobilidade parece estar marcado por um aumento na complexidade social desse grupo, registrado com o aumento do tamanho das casas e com a formação de aterros niveladores no entorno das mesmas; com uma maior distribuição das estruturas dentro de uma 'área de domínio'; e com o surgimento dos 'danceiros', que seriam elementos centralizadores de determinados grupos familiares (REIS, 2007, SALDANHA, 2005, MULLER, 2008, SCHMITZ; NOVASCO, 2011).

No litoral, o período de menor mobilidade se inicia juntamente com o surgimento da formação pioneira de restinga e está caracterizado pelos sítios do litoral central e norte de Santa Catarina, como Rio do Meio (1170 A. P.), Praia da Tapera (1140 A. P.) e Base Aérea (800 A. P.) na Ilha de Santa Catarina; Laranjeiras I, em Balneário Camboriu; Forte Marechal Luz (880 A. P.), Enseada I e Bupeva II, em São Francisco do Sul; e Itacoara, em Joinville. Estes sítios são compostos por áreas de habitação e apresentam vestígios materiais (cerâmica Taquara/Itararé e artefatos líticos) que remetem a uma ocupação mais estável que no período anterior (BANDEIRA, 2004, SCHMITZ; ROGGE, 2012).

É também, dentro desse horizonte cronológico (do século X ao XIV da nossa Era) que estão situados os vestígios associados aos grupos de alta mobilidade que ocupavam a encosta da Serra Geral. Acredita-se que esses grupos são os antepassados dos Xokleng históricos que, desde o início da ocupação europeia ocupavam esse mesmo espaço.

Mais precisamente no início do século XX, quando da chegada dos imigrantes ao território que hoje corresponde à zona rural da Grande Florianópolis, essa região era ocupada por esses grupos Xokleng, também conhecidos por botocudos ou brugres, que habitavam e circulavam pela extensa área de terras dos três estados do sul do Brasil e entre o planalto serrano e o litoral.

Os Xokleng, que tradicionalmente ocupavam as áreas cobertas pelas florestas da Mata Atlântica e Araucária, deslocavam-se continuamente em busca de alimento de acordo com o que o meio poderia lhes oferecer em cada uma das estações do ano. Isso os fazia migrar, por exemplo, para o planalto serrano em busca do pinhão durante os meses que antecediam o inverno e retornavam as terras próximas ao litoral quando lhes apresentavam frutos próprios da região, estação e caça. Esse deslocamento aponta para uma grande

mobilidade dentro de seu território ou um movimento pendular entre o litoral e o planalto, com nítidas características estacionais (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012).

Os homens Xokleng, fisicamente, eram robustos e altos, já as mulheres tinham estatura baixa. Eram monogâmicos, mas aos guerreiros de valor e aos chefes da tribo era permitida a poligamia. O matrimônio não era indissolúvel, podendo o homem trocar de mulher quando quisesse. Uma tribo era composta por diversos grupos que costumavam reunir-se a cada mês para celebrar festas em comum. Um grupo era formado por, aproximadamente 8 a 10 famílias. Eram nômades e deslocavam-se constantemente em busca de caça e coleta. Para Santos (1973 *apud* CLAUDINO, 2011), o nomadismo teria sido uma adaptação às áreas de encosta, já que teriam sido expulsos pelos Kaingang do planalto.

Nas áreas abaixo da serra, os Xokleng costumavam viver em pequenos grupos familiares que podiam variar de oito a trinta pessoas. Provavelmente este número era um fator facilitador da caça e a coleta, quando que no planalto os grupos poderiam chegar a cinquenta pessoas, inclusive com a agregação de famílias aparentadas.

Para Zanelatto e Osório (2012), os conflitos que aconteceram ao longo do século XX envolvendo, por um lado os Xokleng, e de outro, as frentes coloniais e os tropeiros, principalmente por meio da atuação dos chamados “bugreiros”, acabou por promover um processo de extermínio do povo Xokleng. Para buscar apoio e justificar estas execuções era necessário persuadir as comunidades quanto à necessidade destas ações.

A caracterização dos Xokleng como “selvagens desalmados”, que tudo fazia para matar o branco, foi comum e necessário para justificar as ações deflagradas pelos bugreiros e colonos. Várias histórias sobre a agressividade dos Xokleng foram usadas para considerá-los indomesticáveis, traiçoeiros, inclinados ao roubo, cujo maior prazer era matar os brancos (SANTOS, 1973 *apud* SOUZA; FARIAS, 2005, p. 150).

De acordo com Silvio Coelho dos Santos, os bugreiros agiam em grupos que variavam de 8 a 15 pessoas, podendo haver uma variação desta quantia para mais ou para menos, geralmente formado por parentes entre si. A maioria era composta por caboclos conhecedores das florestas que operavam sob o comando de um líder, e os ataques desferidos aos acampamentos se davam de surpresa ao amanhecer.

De acordo com Claudino (2011), no final do século XIX e início do XX houve a intensificação dos conflitos entre Xokleng e imigrantes. Para acabar com esse “problema”,

os presidentes da Província de Santa Catarina, agentes colonizadores e imigrantes passam contratar profissionais que realizavam ataques visando afugentar e assassinar os índios.

Zanelatto e Osório (2012) nos relatam que os últimos Xokleng da região sul catarinense foram os que conseguiram sobreviver ao feroz processo colonizador, diga-se de passagem, implementado pelo Governo Imperial ainda na primeira metade do século XIX. Para esses poucos, o destino foi o confinamento em áreas determinadas pelo Estado e pelo SPI – serviço de Proteção ao índio. Mesmo diante de tanta violência, os Xokleng se mantiveram num estado de luta permanente para assegurar a sua a sua sobrevivência diante da conquista, mesmo depois da destruição quase que total dos recursos naturais que em outros tempos eram abundantes em sua terra.

Os registros arqueológicos apontam a presença dos grupos portadores da Tradição Tupiguarani no sul do Brasil ao mesmo tempo em que se registram as primeiras ocupações Jê na mesma região, ao redor do século quinto de nossa Era. Assim, ao que tudo indica, esse movimento de colonização tem seu ponto de partida nas áreas da Floresta Amazônica, descendo pelas matas do curso médio do Paraná, donde se estendem para as matas do Uruguai e do Jacuí (SCHMTIZ, 2005).

As primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na região Amazônica se iniciaram na década de 1960 com o surgimento do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica – PRONAPA, comandado pelo casal norte-americano Clifford Evan e Betty Meggers. A partir do programa trabalhos sistemáticos – com teorias, métodos e hipóteses definidos – passaram a ser realizados. O PRONAPA tinha como objetivo inicial estabelecer cronologias relativas e absolutas, a fim de definir a direção das influências, migração e difusão das culturas através do método Ford, que tinha como foco os mecanismos pelos quais se modificam as culturas (NOELLI, 1996).

A grande questão levantada por Evans e Meggers girava em torno da influência exercida pelo ambiente no processo de adaptação do homem. Tais hipóteses estão associadas à corrente histórico-culturalista, a qual entende que a transferência dos mecanismos de adaptação biológicos para os culturais não livra o homem das restrições impostas pelo ambiente que o cerca. Dentro dessa perspectiva, Meggers (1974) pressupunha que o ambiente amazônico não seria propício para o desenvolvimento de culturas em longo prazo por serem áreas com potencial agrícola limitado, atribuindo a região circum-caribenha o centro da origem da cultura encontrada no território amazônico.

Segundo Meggers (1974), através da migração dos grupos, as técnicas agrícolas e cerâmicas teriam chegado à floresta tropical amazônica por volta de 3.000 anos A.P.

Com base nessa hipótese foram elaborados diversos modelos baseados em dados etnográficos, arqueológicos e linguísticos, que tem o objetivo de fixar um local de origem para os povos pertencentes ao tronco linguístico Tupi-guarani, e estabelecer suas rotas de migração para o litoral e para o sul do Brasil.

Um dos modelos mais influentes é o elaborado por Métraux (1927), que acredita ser a Amazônia o centro da dispersão dos Tupis. Outro modelo bastante difundido tem origem nas pesquisas de Aryan Rodrigues, que classifica o tronco Tupi em dez famílias, das quais, seis estão presentes no território rondoniense, o que aponta a região como possível centro da dispersão Tupi-Guarani. Contestando as teorias de Meggers, o antropólogo Donald Lathrap (1975) propõem que o centro da origem dos Proto-Tupi estaria situado na confluência do rio Madeira com o Amazonas. Contudo, influenciado por Rodrigues (1964), o autor sugere que o ponto de dispersão desses grupos estaria localizado na região da Serra dos Parecis, tendo migrado até lá devido à pressão dos Aruak (CRUZ, 2008).

Brochado (1984), partindo do modelo proposto por Lathrap e se baseando em dados arqueológicos, linguísticos e etnográficos, desenvolve o modelo mais completo e mais aceito até então. Segundo o autor, os Tupi-Guarani teriam sua origem entre o rio Madeira e o Guaporé. Ali teriam desenvolvido a cerâmica que o autor classifica como Tradição Policrômica Amazônica, com as cerâmicas Guarani e Tupinambá como subtradições desta.

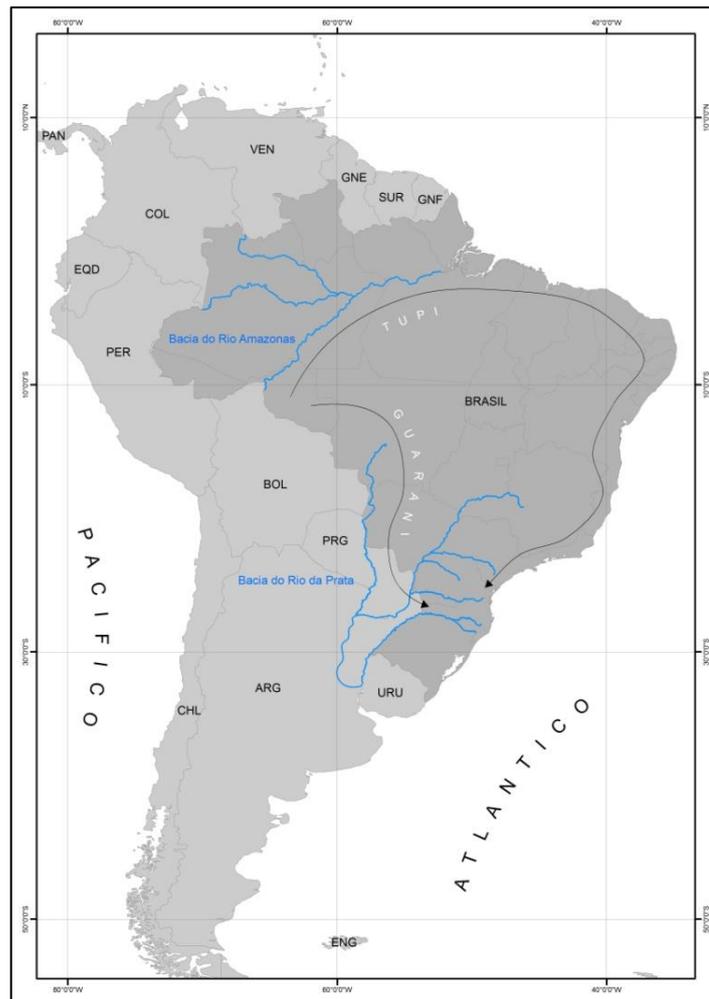


FIGURA 2: MIGRAÇÃO DOS GRUPOS PERTENCENTES AO TRONCO LINGUÍSTICO TUPI-GUARANI

Segundo Brochado (1984), os grupos que confeccionavam a cerâmica Guarani teriam migrado em direção ao sul do continente, descendo pelas bacias hidrográficas do interior (Paraguai, Paraná, etc.). Já os grupos que confeccionavam a cerâmica Tupinambá teriam migrado pela margem direita do rio Amazonas até o litoral nordeste do Brasil, descendo pelo mesmo até chegar ao litoral norte do Paraná.

A organização territorial Guarani se divide em diferentes dimensões espaciais, que parte desde a menor unidade de convívio social, representada pela casa onde reside a família nuclear, até o **guará** o território Guarani, no seu nível mais amplo. O **teko'á** se constitui a partir de um conjunto de aldeias e acampamentos que formam então um território de domínio e influência, delimitado por limites geográficos naturais como rios, morros, arroios, etc. (MILHEIRA, 2008).

Mas, além das áreas de maior amplitude da divisão territorial Guarani, existem também áreas de funcionalidades específicas, voltadas para a exploração e captação de recursos, que são conhecidas como micro-ambientes ou ecozonas. São nessas áreas que se desenvolvia a captação de recursos ambientais e a produção de bens materiais (MILHEIRA, 2008).

Dados arqueológicos e históricos informam que em toda costa catarinense encontravam-se indígenas Guarani (Carijós), situados nas áreas cobertas por cordões de dunas estáveis e organizados em aldeias. Estes grupos utilizavam diversificados tipos de vasilhas cerâmicas durante afazeres domésticos e eventos rituais, fazendo com que seja encontrado nos sítios associados a esse grupo, fragmentos de grandes vasos para preparação e conservação de bebidas fermentadas, panela para cozimento de alimentos, tigelas e pequenos potes para servir comidas e bebidas.

O conhecimento de que se dispõe atualmente a respeito da ocupação pré-colonial empreendida pelos Guarani no sul do Brasil, é produto do cruzamento de dados etnográficos, históricos e arqueológicos. Ainda hoje, quando se busca informações a respeito do sistema de organização social e cultural desse grupo, lembra-se e recorre-se ao modelo etnoarqueológico proposto para a região do delta do Rio Jacuí (Rio Grande do Sul), por Francisco Noelli em sua dissertação de mestrado intitulada “*Sem Tekohá não há Tekó*”, defendida no ano de 1993.

Noelli (1993) desenvolveu seu trabalho a partir da análise de uma enorme gama de documentos, que incluem tanto crônicas etnográficas do século XVI, quanto relatórios de pesquisa arqueológica do ano de 1992. Segundo o autor, o objetivo geral da dissertação é o de elaborar uma síntese de elementos comuns aos Guarani *arqueológicos* e *históricos*, tais como a espacialidade das estruturas dos assentamentos, as áreas de captação de recursos, os equipamentos e estratégias de subsistência, os alimentos e a língua. Da arqueologia o autor extraiu dados referentes à forma das estruturas, a dispersão das mesmas no assentamento e a localização dos utensílios associados às estruturas habitacionais e anexas. Da etnografia e da linguística extraiu dados referentes ao uso, modo de construção e forma das estruturas que compõem os assentamentos.

Em seu trabalho, Noelli (1993) faz a caracterização das estruturas partindo da definição das tão conhecidas “manchas pretas”, as quais, associadas à cerâmica, exercem papel de fóssil guia dos sítios Guarani. Segundo o autor as manchas pretas são o registro

do que um dia foi uma estrutura, ou de habitação (onde residiam as famílias), ou anexas (onde se realizam atividades domésticas). As estruturas de habitação concentram a maior quantidade de cerâmica e nunca são encontradas isoladas, uma vez que a "aldeia" era sempre formada pelo agrupamento de algumas famílias que habitavam, cada qual, uma grande casa.

Contudo, apesar de tentadora, a aplicação do modelo etnoarqueológico proposto por Noelli, é perigosa, principalmente quando o intuito é o de explicar o processo de ocupação Guarani na região sul de Santa Catarina.

Assim como Noelli, recentemente, Rafael Milheira (2010) propôs em sua tese de doutorado um modelo de ocupação e aproveitamento territorial Guarani. Para tal, o autor revisita sítios arqueológicos mapeados por Rohr (1984), realiza novos mapeamentos na região sul de Santa Catarina e se utiliza de dados de escavações realizadas em 10 sítios superficiais.

A área piloto pesquisada por Milheira compreende à faixa litorânea que tem como limite norte a barra do Camacho, e como limite sul a barra do rio Urussanga, litoral sul de Santa Catarina. Nesse recorte territorial Milheira reúne informações sobre 41 sítios Guarani e, é a partir da análise intra e inter sítios que o autor elabora seu modelo de ocupação, buscando abordar a história de longa duração Guarani numa perspectiva regional, articulando as informações geradas a partir das escavações arqueológicas e informações etnohistóricas e etnográficas.

A partir dos dados disponíveis na literatura arqueológica e cruzando-os com os dados obtidos em sua pesquisa, Milheira propõe que os Guarani tenham ocupado essa região em um momento de possível "abandono" desse território. De acordo com o autor, na região do litoral sul não havia uma ocupação efetiva, uma vez que os grupos sambaquieiros já haviam se diluído por volta de 1500 anos A.P. e os grupos Jê apenas desciam ao litoral para eventuais rituais funerários. Portanto, ao chegarem nessa região, por volta de 600 anos A. P. os Guarani não encontraram as dificuldades que lhes eram impostas em outras regiões. Isso explicaria, conforme o autor, a ocorrência de um adensamento de sítios arqueológicos Guarani em um território tão amplo em tão pouco tempo, num processo que não parece ter ultrapassado a faixa temporal de 150 anos para se desenvolver (MILHEIRA, 2010).

Consideramos que o momento inicial da chegada dos grupos Guarani na região não tenha se dado por um processo de adensamento populacional, mas sim, por uma intenção de ocupação daquele território coordenada e estrategicamente pelas lideranças. Ou seja, a chegada massiva e "repentina" dos Guarani não foi resultado de um adensamento populacional gradual e lento que caracteriza o "*enxameamento*", mas sim, um processo de ocupação rápido coordenada a partir de alguma região interiorana ou mesmo de outras localidades do litoral. Tratar-se-ia, sob este ponto de vista, de uma leva expansionista provinda de algum local já ocupado densamente, como, por exemplo, a região interiorana do Estado de Santa Catarina, ou mesmo, o litoral norte do mesmo Estado. Este processo de ocupação territorial estaria vinculado então ao costume Guarani de ocupar novas áreas para o desenvolvimento da vida tradicional, o que envolve novas áreas de plantio, controle de novos recursos e etc. (MILHEIRA, 2010, p. 139).

Acreditamos na validade do modelo proposto por Milheira que, em alguns aspectos, se assemelha a modelos anteriores propostos por outros pesquisadores e, em outros aspectos, diverge dos mesmos (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993; LAVINA, 2000; SCHMITZ, 2005). Ao contrário dos autores citados acima, que acreditam em um adensamento gradual da ocupação Guarani, Milheira propõe uma "invasão" massiva e coordenada, que visava garantir a dominação desse território.

Se considerarmos as datas obtidas na região dos vales dos rios d'Una² (650 A. P.) Tubarão³ (650 A. P.), Capivari⁴ (505 A. P.), Jaguaruna (550 A. P.) e Urussanga⁵ (570 A. P.), o que se verifica é a ocorrência de um processo que dura em torno de 150 anos. Contudo, ao contrário do que propõe Milheira (2010), as datas indicam que o processo de migração Guarani para a planície costeira de Santa Catarina se deu a partir do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, e não do litoral norte de Santa Catarina. Isso, pelo fato de que poucos são os sítios identificados no litoral centro-norte catarinense, enquanto que, abaixo do Mampituba, verifica-se uma densa ocupação desse grupo.

Ao contrário do que ocorre no litoral sul e litoral central de Santa Catarina, no litoral norte a ocupação Guarani aparenta não ter tido tanta expressão quanto os grupos

² Data obtida no sítio cerâmico Araçatuba, no município de Imbituba (MELLO, 2006).

³ Data obtida no sítio cerâmico Mato Alto, no município de Laguna (MAURICIO, 2008).

⁴ Data obtida no sítio cerâmico SC-SM-06, no município de São Martinho (DeMASI, 2006).

⁵ Datas obtidas nos sítios cerâmicos Sibelco e Olho d'Água I, município de Jaguaruna (MILHEIRA, 2010).

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 40/340
-----------------------	---------------	------------------------	------------------

sambaqueiros ou mesmo Jê, uma vez que reduzidos são os sítios associados a ocupação pré-colonial empreendida por esta população. Bandeira (2004), escavou um dos únicos sítios arqueológicos Guarani mapeados no litoral norte de Santa Catarina, denominado Poço-grande, para o qual obteve a data de 340+-35 A. P. (termoluminescência). Se associarmos esta data às datas obtidas no litoral sul por Milheira (2010), De Masi (2006) Mauricio (2008) e Mello (2006), é possível supor que o processo de migração dos Guarani para o litoral norte não tenha sido efetivado devido à chegada dos europeus na costa catarinense. Portanto, considerando uma migração de sul para norte, supõe-se que quando os Guarani estariam iniciando uma disputa (bélica ou não) com os Jê pelo território do litoral norte, houve o contato com o europeu, fazendo com que tal processo fosse interrompido.

5 GÊNESE E EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Com o advento das grandes navegações e da expansão europeia no fim do século XV e início do século XVI, que culminaram com conquistas territoriais além-mar incluindo o novo mundo, as novas terras banhadas pelo Oceano Atlântico passaram a ser constantemente visitadas, impulsionando a expansão territorial promovida pelas potências marítimas da época, em especial, Portugal e Espanha. Toda a América que, durante milênios foram dominadas por populações autóctones, passou a ser disputada e sucessivamente ocupada por populações de origem europeia.

Desde o início do século XVI o litoral catarinense tem sido refúgio, abrigo natural e passagem de muitos navegantes que utilizavam-se do oceano atlântico para suas investigações e exploração do novo continente que se despontava com grande potencialidade para várias nações. Com a intensa circulação de embarcações na costa do Brasil desde o início do século XVI associado à deficiência de suportar as intempéries e as desafiadoras formações geográficas do sul do continente americano, foram registrados uma série de naufrágios ocorridos ao longo de pelo menos cinco séculos de história de navegação em nossas águas.

A transformação do espaço geográfico de Santa Catarina é facilmente observável, bastando-nos um tempo de confrontações entre o ontem e o hoje. Mas, as grandezas e a velocidade da transformação nem sempre são suficientemente compreendidas, inclusive como movimentos de brutal supressão ou desfiguração de muitas de suas peculiaridades. A modernização tende a uniformizar costumes e valores culturais, sobrando cada vez menos às peculiares diferenciações, sujeitas à morte lenta ou súbita.

Os estudos de geografia urbana estão se tornando mais frequentes entre outros motivos pelo rápido crescimento das cidades brasileiras. E cada vez mais estes estudos têm-se orientado no sentido de distinguir tipos de cidades, conforme a gênese, atividades e paisagens. Santa Catarina tem o privilégio de ostentar uma grande variedade de cidades, sendo lícito falar-se em várias séries urbanas. Assim, Desterro, atualmente a Região Metropolitana de Florianópolis da qual Palhoça faz parte, interessa-nos, sobretudo pelas características originais que apresenta desde sua formação.

Desde 1748 aplicava-se o interesse geopolítico português sob o velho princípio do “povoar para conquistar”, estimulando-se a emigração de famílias dos Açores e lhas

concedendo glebas sesmeiras para atividades primárias. Segundo Piazza (1983), os açorianos vieram em número reduzido, pouco mais de 6 mil famílias, durante alguns anos. Vieram numa época ainda subordinada, segundo Mumford (apud PIAZZA, 1983), ao domínio do paleotecnismo. A máquina a vapor era ainda um sonho de engenheiros ingleses e as fundições, à base de lenha e carvão vegetal, não produziam ferro em abundância.

Para Bastos (2002), foi a partir da segunda metade do século XVIII que a coroa portuguesa promoveu o povoamento do litoral sul brasileiro, numa evidente estratégia econômico-político-militar, frente à expansão espanhola, a partir do Rio da Prata, pois as correntes vicentistas do século XVII chegaram apenas até São Francisco do Sul. A busca de novas áreas para os capitais comerciais portugueses, bem como para garantir o povoamento efetivo, levaram ao estabelecimento de colônias de povoamento no litoral catarinense. A consolidação do desenvolvimento econômico do litoral catarinense deu origem a três centros comerciais: Desterro, São Francisco do Sul e Laguna.

Para Mamigonian (1966) podemos distinguir em Santa Catarina vários tipos de regiões quanto à produção, como é o caso do litoral açoreano, de povoamento antigo, especialmente na área de Florianópolis. Durante os séculos XVII e XVIII os paulistas alcançaram o território catarinense pelo litoral e pelo planalto. No litoral apresaram índios e se instalaram em explorações agrícolas primitivas, quase de subsistência.

O litoral foi transformado no século XVIII com o estabelecimento dos casais açoreanos e madeirenses: as explorações policultoras familiares forneceram, nos fins do século XVIII e inícios do XIX, importantes excedentes alimentares (farinha de mandioca, arroz, feijão, melado, etc.), que se destinaram ao abastecimento do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo Montevidéu, (MAMIGONIAN, 1966). Nasceram, assim, no litoral catarinense os centros comerciais, Desterro, São Francisco do Sul e Laguna.

Como decorrência das atividades econômicas em implantação, havia necessidade de promover efetivo povoamento do território próximo às áreas de pesca, como também a defesa do território, o que levou à construção de uma série de fortificações na Ilha de Santa Catarina e área continental circunvizinha, a qual fora escolhida pelas condições naturais favoráveis ao estabelecimento das armações e às invasões e, portanto, à defesa.

As colônias de povoamento açoriano-madeirense estavam alicerçadas na pequena propriedade familiar onde o colono, diferentemente dos escravos das “*plantations*”, tinha a

liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar o excedente em benfeitorias na propriedade, ou para adquirir artigos importados. Esse foi o fator fundamental que propiciou a emersão de Desterro à posição de destaque no cenário colonial como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios.

Os açorianos e seus descendentes assimilaram rudimentares técnicas agrícolas, pesqueiras e outros conhecimentos indígenas. Suas contribuições para o desenvolvimento posterior da pesca e da indústria náutica foram notáveis, embora sob evidentes limites do paleotecnismo, da ostensiva utilização da madeira e das fontes primárias de energia hidráulica, tração animal e do fogo. Mesmo sendo constituídos por apenas um punhado de famílias, ao longo dos tempos se multiplicaram na condição de brasileiros e deixaram marcas profundas na configuração técnica, cultural, econômica e administrativa, sobretudo nas áreas litorâneas do Estado.

Os atrativos ou fatores de fixação do catarinense na planície não se restringiram aos solos arenosos, aptos para cultivo da mandioca⁶, e à oferta de alimentos aquáticos, valores essenciais para os grupos indígenas. Não se restringiram às condições morfológicas costeiras que facilitaram a atracação de embarcações e origens das primeiras vilas e cidades portuárias, desde os lusos-brasileiros-vice-reis-africanos aos açorianos, que montaram redes de engenhos farinheiros e de açúcar mascavo, “armações de baleia” e comunidades de pesca. Durante muito tempo, o ingresso destes, acontecia em doses modestas quanto ao número e relativamente lento.

Também não se restringiram a influência de vias prioritárias de conexão ao longo do litoral e deste aos espaços que demandam a Santa Catarina do Planalto. Não se restringiram aos efeitos da revolução turística, responsável por gigantismo movimento de produção e transferência de materiais que se destinam à formação de espaços edificados em relação à ambientes costeiros, sem todas as latitudes da faixa marinha, condicionando imenso volume de turistas usuários e estimulando especializados serviços de atendimento.

⁶ Os terrenos arenosos e maciços das baixadas estáveis e das instáveis restingas (termo popularizado pelo geólogo Alberto Ribeiro Lamengo, na década de 40) abrigavam bem o principal cultivo da mandioca, planta de raiz rica em amido, palatável após operações de eliminação da intolerável acidez cianídrica.

Os atrativos e fatores de fixação do catarinense na planície se referem, ainda, aos efeitos da contiguidade da mesma com vales de colonização, onde foram desencadeadas atividades policultoras e industriais, grande parte buscando saída de seus produtos pelos portos litorâneos. Nada tão mais de planície marinha do que a Capital do Estado, Florianópolis, centro de um espaço de conurbação com São José, Palhoça e Biguaçu, em visível processo de expansão, isto é, de concentração de pessoas cujo ar que respiram tem o cheiro de moléculas evocativas da sensação de liberdade do mar, segundo Lago (2000).

O papel histórico pertenceu, é óbvio, aos transportes pela via marítima como muito bem demonstram as primeiras e importantes aglomerações litorâneas (São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna). Outras nasceram atreladas ao mar, como Itajaí, São José e Palhoça e, existindo ainda aquelas que se valeram das conexões com o mar, permitidas pelas vias fluviais da Vertente Atlântica, como Blumenau, Tijucas, Tubarão, Araranguá, etc., como vias de transporte, os rios tiveram considerável importância apenas algum tempo, quando eram ainda escassas outras possibilidades de comunicação (perda da força do comércio de cabotagem em relação ao rodoviário). Com o advento das ferrovias e da era rodoviária com os motores à explosão encerrou a carreira dos transportes fluviais que, se foi gloriosa, foi limitada a poucos fluxos e de curta duração.

De 1930 até meados da década de 1960, os negócios de Florianópolis permaneceram praticamente estagnados, pois a decadência da colonização açoriana e a perda da hegemonia do capital comercial sobre a fachada atlântica catarinense não permitiram alterações na vida de relações, a não ser a redução de sua área de influência de Tijucas-SC, ao norte, até Garopaba-SC, ao sul (BASTOS, 2002). Entretanto, a partir do golpe de 1964, nova política de investimentos federais e estaduais beneficiará Florianópolis, modificando radicalmente o perfil da cidade. Em decorrência disto, a urbanização se acelera e a modernização e o reforço do terciário superior dão novas funções à administração estadual e federal (surgimento do BESC, da CELESC, TELESC, etc.), dinamizando serviços, contribuindo para a implantação de novos serviços, como a UFSC, o DNOS, o DAER, a ELETROSUL. Neste sentido, Florianópolis readquire certas atividades de âmbito estadual que havia perdido na fase anterior, só que, como atividades administrativas modernas. Outro elemento que contribuiu para romper esse período de estagnação, foi a construção da BR-101, permitindo assim que comerciantes da Grande Florianópolis realizassem viagens até São Paulo no intuito de abastecer a capital catarinense.

6 CNSA – GRANDE FLORIANÓPOLIS

No decorrer da pesquisa buscamos na base de dados do IPHAN registros de sítios arqueológicos mapeados nos municípios diretamente impactados pelo empreendimento: Biguaçu, São José e Palhoça.

TABELA 2: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS NO CNSA

NOME DO SÍTIO	MUNICÍPIO	TIPO	COORDENADAS UTM	FONTE
Conjunto Histórico de São Miguel	Biguaçu	Histórico	733440 / 6960710	AMARAL; SILVA, ?
Oficina Lítica de São Miguel	Biguaçu	Oficina Lítica	--	AMARAL; SILVA, ?
Escola de Tijuquinhas	Biguaçu	Histórico	--	AMARAL, SILVA, ?
Areias de Baixo	Biguaçu	Sambaqui	--	AMARAL; SILVA, ?
Praia da Pinheira II	Palhoça	Tupiguarani	--	ROHR, 1984
Ponta do Maruim	Palhoça	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Ilha dos Corais I	Palhoça	Petroglifos	--	ROHR, 1984
Ilha dos Corais II	Palhoça	Cemitério Jê	--	ROHR, 1984
Albardão	Palhoça	Sambaqui	--	EBLE, REIS, 1976
Morro do Tomé I	Palhoça	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Morro do Tomé II	Palhoça	Sambaqui	--	ROHR, 1984
Pinheira	Palhoça	Sambaqui	731492 / 6912977	ROHR, 1984
Guarda do Embaú II	Palhoça	Petroglifos	--	COMERLATO, 2005
Guarda do Embaú III	Palhoça	Oficina Lítica	--	COMERLATO, 2005
Guarda do Embaú I	Palhoça	Aldeia Jê	--	COMERLATO, 2005
Ilha do Papagaio I	Palhoça	Oficina Lítica	--	COMERLATO, 2005
Ilha do Papagaio II	Palhoça	Patroglifos	--	COMERLATO, 2005
Ponta das andorinhas I	Palhoça	Petroglifos	--	COMERLATO, 2005

No município de Biguaçu foram identificados um total de 4 registros, sendo 2 pré-coloniais – um dos sítios é composto por bacias de polimento dispostas sobre blocos de granito, e o outro se trata de um sambaqui raso -, e 2 históricos - situados no complexo arquitetônico de São Miguel. Os sítios pré-coloniais e um dos sítios históricos que constam na plataforma CNSA - IPHAN foram identificados durante as prospecções arqueológicas realizadas em associação com o projeto de duplicação do trecho norte da BR 101 (Palhoça-Garuva), durante a década de 1990, e estão situados fora da AID do contorno viário.

Em Palhoça existem 17 registros, todos pré-coloniais. Entre os registros foram verificados sítios sambaquis (6), cemitérios e acampamentos Jês (4), oficinas líticas (2), petroglífos (4) e sítios Guaranis (1). Os registros encontrados na base do CNSA do IPHAN dão conta de ocupações empreendidas por grupos fortemente vinculados aos ambientes litorâneos. Para o município de São José não existem sítios arqueológicos cadastrados.

Estendendo um pouco nossa área de abrangência, realizamos uma busca pelo banco de dados de sítios arqueológicos mapeados em Florianópolis (situado fora das áreas de influência do empreendimento) e verificamos a existência de 131 sítios pré-coloniais mapeados, em sua maioria os sítios mapeados estão associados aos grupos sambaqueiros, ocorrendo em menor quantidade sítios com petroglífos, oficinas líticas, cemitérios e acampamentos Jê, e sítios Guarani⁷. Recorremos aos sítios cadastrados no município de Florianópolis para melhor elucidar o fato de que os sítios mapeados nos municípios que estão inseridos na área de influência do empreendimento, representam apenas a ocupação pré-colonial de grupos que possuíam uma relação forte com a paisagem litorânea e, por isso, não refletem o panorama ocupacional da área do empreendimento, situada no interior da região da Grande Florianópolis, onde predominam as encostas e as planícies fluvio-colúvias. Sabe-se, através de pesquisas realizadas em toda a encosta catarinense, que esses ambientes eram majoritariamente ocupados por grupos de alta mobilidade, cuja economia estava pautada caça e na coleta de recursos provenientes da floresta densa e dos cursos de água.

⁷ O município de Florianópolis está situado fora das áreas de influência do empreendimento, por isso os sítios localizados no município e cadastrados no CNSA não foram incluídos na tabela que apresenta os sítios arqueológicos cadastrados nos municípios diretamente impactados pelo empreendimento.

7 PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO

A etapa de Resgate Arqueológico, de que trata este relatório de pesquisa, referente ao empreendimento em questão e, de acordo com o § 1º do Art. 6º da Portaria IPHAN 230/2002, é nesta fase que são realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios identificados na fase de Diagnóstico Arqueológico e Prospecção Arqueológica intensiva. Ainda conforme o § 1º do referido artigo, o resgate arqueológico será executado "por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2002, p. 2-3).

O § 2º do Art. 6 do mesmo documento informa sobre o produto final do resgate arqueológico e **justifica** a realização de tais atividades de salvamento de sítios arqueológicos situados em áreas que serão impactados pela instalação de empreendimentos diversos. De acordo com o referido parágrafo [...]

[...] O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. **Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional** (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2002, p. 3, grifo nosso).

Dessa forma, considerando o disposto na Portaria IPHAN nº 230/2002, e cientes da importância da realização de pesquisas arqueológicas em regiões pouco estudadas sob este aspecto, como é o caso da região da encosta da Grande Florianópolis, desenvolvemos tal projeto de Resgate Arqueológico. O mesmo tem como **objetivo geral** contribuir para as discussões que vêm sendo suscitadas a respeito dos processos de ocupação do litoral catarinense através da identificação de elementos presentes nos sítios arqueológicos que permitam verificar equivalências ou disparidades com os modelos e padrões tecnológicos e ocupacionais verificados em pesquisas anteriormente realizadas na região.

Para tal, esta pesquisa estará pautada no método de abordagem hipotético-dedutiva, uma vez que buscamos, através das atividades de campo, testar uma hipótese pré-formulada. De acordo com Leonel e Motta (2011), o método de abordagem hipotético-dedutivo está relacionado à experimentação e não se limita à generalização empírica das

observações, exigindo a verificação objetiva dos fatos, ou seja, a dedução transforma-se em hipótese e precisa ser testada. Dessa forma, ao realizar o resgate dos sítios, testamos duas hipóteses pré-formuladas a partir dos resultados obtidos na fase de diagnóstico e prospecção arqueológica:

- 1ª – Os sítios pré-coloniais demonstram que grupos caçadores-coletores portadores da Tradição Umbu ocuparam densamente a região da Grande Florianópolis;
- 2ª – A região do Rio Inferninho era uma área de passagem das tropas, e o sítio Rio Inferninho I é um dos registros dessa atividade.

Já a aplicação das técnicas de escavação foi norteada pelos métodos de procedimento histórico-culturalista e processualista. De acordo com Alarcão (1996), o método histórico-culturalista busca, através dos vestígios materiais, determinar funções e tipologias aos artefatos e, a partir deles, definir culturas e rastreá-las. O método processualista, por sua vez, está diretamente associado à antropologia cultural e entende a cultura como um sistema composto por elementos utilizados pelos grupos humanos para se adaptar ao sistema ambiental.

Em se tratando das técnicas de campo, de maneira geral as escavações arqueológicas se deram da seguinte forma: a primeira atividade realizada sobre os sítios consistiu na realização de caminhamentos sistemáticos, com linhas de 3 a 5 metros de equidistância, através dos quais buscamos delimitar o sítio superficialmente, e identificar as áreas de maior concentração de material arqueológico. Após delimitar superficialmente o sítio e identificar as áreas de maior concentração de material, sobre estas foram definidas malhas de quadrículas, geralmente de 9 m², que foram totalmente escavadas. A escolha por malhas de 9 m² se deu pelo fato de ocorrerem poucos materiais arqueológicos nos sítios, principalmente naqueles associados à tradição Umbu. No caso de não serem encontradas áreas de acúmulo de material cerâmico, as escavações das áreas centrais foram empreendidas sob as coordenadas indicadas no ato da identificação dos sítios arqueológicos. No sítio Rio Inferninho I outra metodologia foi aplicada, conforme será demonstrado nas descrições que seguem e nas plantas topográficas que constam do anexo desse relatório.

O tratamento dos materiais arqueológicos, por sua vez, foi realizado no laboratório da sede da Espaço Arqueologia, seguindo os procedimentos de curadoria amplamente reconhecidos: higienização, catalogação, análise e acondicionamento. A análise do material

lítico foi realizada a partir de uma abordagem tecno-tipológica, conforme Prous (1992, 2004); enquanto que os materiais históricos foram analisados conforme sua tipologia a fim de indicarem cronologia.

7.1 Escavação arqueológica

O primeiro sítio escavado foi o **Rio Inferninho I**, que se trata de um sítio histórico do século XX, localizado sob as coordenadas UTM (22J) 732081/6970500 e é composto pela base de uma antiga edificação. Neste sítio foram escavadas duas quadrículas de 1 x 1 metro na parte superior da estrutura, naquilo que supomos seja o piso da edificação; três trincheiras de 0,50 x 1 metro na base da estrutura; e quatro sondagens de 0,50 x 0,50 metro dispostas entre as partes interna e externa da edificação. Através das escavações realizadas verificamos a grande quantidade de materiais construtivos (cacos de telha de barro e amianto, tijolos maciços, tijolos de seis furos e restos de concreto) e poucas peças de utilidade doméstica (fragmentos de louça, fragmentos de porcelana e exemplares de metal). Foram coletadas amostras de cimento e amianto, materiais construtivos que, assim como o tijolo de seis furos, nos levam a propor que a estrutura data da segunda metade do século XX.

Nos chamou atenção na Sondagem 4 e na Trincheira N/S a ocorrência de manchas com carvão associadas a telhas. Através das escavações não foi possível identificar elementos que nos ajudem a caracterizar o evento que gerou tal quantidade de carvão, contudo, apesar da ausência de evidências, acreditamos que sejam queimas de descarte de lixo. Em resumo, foi coletado um total de 140 peças, sendo que dessas, 97 são fragmentos de materiais construtivos (telha de barro, tijolo, amianto e cimento) e 16 são utensílios diversos (plástico, prego, tampa de garrafa, louça e porcelana). Por fim, vale informar que 45 peças provêm das duas unidades; 52 provêm das trincheiras; 42 provêm das sondagens; e 1 é proveniente da coleta de superfície.



FIGURA 3: VERIFICAÇÃO DA ÁREA DO SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 4: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE ESCAVAÇÃO - RIO INFERNINHO I



FIGURA 5: DELIMITAÇÃO DA TRINCHEIRA E/W - RIO INFERNINHO I



FIGURA 6: INÍCIO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES, TRINCHEIRAS E SONDAGENS - RIO INFERNINHO I



FIGURA 7: ESCAVAÇÃO DA TRINCHEIRA N/S - RIO INFERNINHO I



FIGURA 8: ESCAVAÇÃO DA UNIDADE 2 - RIO INFERNINHO I



FIGURA 9: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES 1 E 2 - RIO INFERNINHO I



FIGURA 10: DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 11: ESCAVAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO NA UNIDADE 1 - RIO INFERNINHO I



FIGURA 12: REGISTRO VETORIAL DO SEGUNDO NÍVEL DA UNIDADE 1 - RIO INFERNINHO I



FIGURA 13: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DA UNIDADE 1 E SONDAGEM 3 - RIO INFERNINHO I



FIGURA 14: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA TRINCHEIRA N/S - RIO INFERNINHO I



FIGURA 15: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA SONDAGEM 1-RIO INFERNINHO I



FIGURA 16: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 5 DA SONDAGEM 4-RIO INFERNINHO I



FIGURA 17: FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 18: FINALIZAÇÃO DA ESCAVAÇÃO DA UNIDADE 2, TRINCHEIRA E/W E ANEXO 1 - RIO INFERNINHO I



FIGURA 19: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO - RIO INFERNINHO I



FIGURA 20: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES
REALIZADAS SOBRE O SÍTIO RIO INFERNINHO I

O segundo sítio escavado se chama **Ariú I**, que se trata de um sítio lítico superficial pré-colonial, localizado sob as coordenadas UTM (22J) 727371/6936434 e é composto por materiais líticos lascados dispersos pela superfície. Neste sítio uma área de 9 m² foi totalmente escavada, estando as intervenções distribuídas entre nove quadrículas de 1 x 1 metro, localizadas na área onde verificamos uma maior concentração de material sobre a superfície. Além das unidades de 1 m², foram escavadas 8 sondagens de 0,50 x 0,50 metro, nas orientações norte, sul, leste e oeste do quadrante central de 9 m². Além das escavações realizamos coleta superficial em toda a área que possuía a superfície exposta, sendo todo o material coletado plotado através de levantamento topográfico.

Cientes do baixo grau de integridade do sítio, procuramos, através dos procedimentos metodológicos, obter o maior número de informações possível. Sabemos, contudo, que em áreas como esta, determinados implementos são utilizados no preparo da terra e no plantio, e a movimentação do solo e a intervenção subsuperficial é relativamente profunda, atingindo 30 ou 40 centímetros abaixo da superfície, o suficiente para destruir o contexto arqueológico de sítios como este. Propomos, no entanto, a escavação de uma área amostral de 9 m² no local de maior concentração de material arqueológico na superfície, como uma forma de verificar a existência de estruturas conservadas na subsuperfície. As sondagens exploratórias serviram como uma forma de buscar, além da área central escavada, locais de dispersão de materiais ou vestígios de estruturas de combustão.

Em resumo, foi coletado um total de 62 peças, sendo que 23 peças provêm do primeiro nível das unidades; 21 provêm do segundo nível das unidades; 3 provêm do terceiro nível das unidades; e 14 provêm da coleta de superfície. Caracterizam-se como lascas, fragmentos de lascas e alguns blocos de quartzo, nenhum apresentando formato de artefato (com exceção da ponta de flecha encontrada na etapa de prospecção).



FIGURA 21: PROCESSO DE
ESCAVAÇÃO DO SÍTIO ARIRIÚ I



FIGURA 22: DECAPAGEM DO PRIMEIRO
NÍVEL DAS QUADRÍCULAS - ARIRIÚ I



FIGURA 23: BASE DO NÍVEL 1 DA
UNIDADE A1 - ARIRIÚ I



FIGURA 24: PROCESSO DE
DECAPAGEM E EVIDENCIAÇÃO DE
OBJETOS NA QUADRÍCULA C1-ARIRIÚ I



FIGURA 25: REGISTRO
FOTOGRAFICO DO NÍVEL 2 DA
UNIDADE C1 - ARIRIÚ I



FIGURA 26: REGISTRO
FOTOGRAFICO DO NÍVEL 3 DA
SONDAGEM 5M N/S - ARIRIÚ I



FIGURA 27: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES DO QUADRANTE CENTRAL - ARIRIÚ I



FIGURA 28: DECAPAGEM E EVIDENCIAÇÃO DE OBJETOS NAS UNIDADES C1 E C2-ARIRIÚ I



FIGURA 29: PROCESSO DE ESCAVAÇÃO – ARIRIÚ I



FIGURA 30: EVIDENCIAÇÃO DE MATERIAIS LÍTICOS NA QUADRÍCULA C1 – ARIRIÚ I



FIGURA 31: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA ESCAVADA - ARIRIÚ I



FIGURA 32: COLETA DE SUPERFÍCIE NA ÁREA DO SÍTIO ARIRIÚ I

O terceiro sítio escavado se chama **Santa Terezinha I**, que se trata de um sítio lítico superficial pré-colonial, localizado sob as coordenadas UTM (22J) 725604/6956934 e é composto por materiais líticos lascados dispersos pela superfície. Neste sítio uma área de 9 m² foi totalmente escavada, estando as intervenções distribuídas entre nove quadrículas de 1 x 1 metro, localizadas na área onde foi encontrada a ponta de flecha na etapa de prospecção arqueológica. Além das unidades de 1 m², foram escavadas 8 sondagens de 0,50 x 0,50 metro, nas orientações norte, sul, leste e oeste do quadrante central de 9 m². Além das escavações realizamos coleta superficial em toda a área que atualmente é utilizada para o plantio, sendo todo o material coletado plotado através de levantamento topográfico.

Em resumo, foi coletado um total de 5 peças, sendo que dessas, 1 é proveniente do primeiro nível da unidade B2 e 4 provêm da coleta de superfície. Acreditamos que a baixa densidade de material arqueológico no sítio está relacionada ao contínuo uso da área para fins agrícolas. Além disso, esta característica pode estar associada à funcionalidade do sítio, que provavelmente não se tratava de um local de confecção de artefatos, mas sim de um acampamento temporário.



FIGURA 33: DEMARCAÇÃO DAS UNIDADES DE ESCAVAÇÃO NO SÍTIO SANTA TEREZINHA I



FIGURA 34: INÍCIO DO PROCESSO DE
ESCAVAÇÃO DO SÍTIO SANTA TEREZINHA
I



FIGURA 35: DECAPAGEM E
PENEIRAMENTO DO SEDIMENTO
PROVENIENTE DAS UNIDADES – SANTA
TEREZINHA I



FIGURA 36: REGISTRO FOTOGRÁFICO
DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 – SANTA
TEREZINHA I



FIGURA 37: REGISTRO FOTOGRÁFICO
DO NÍVEL 1 DA UNIDADE C3 – SANTA
TEREZINHA I



FIGURA 38: ESCAVAÇÃO
ARQUEOLÓGICA – SANTA TEREZINHA I



FIGURA 39: DECAPAGEM DAS UNIDADES
A3 E C3 – SANTA TEREZINHA I



FIGURA 40: FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO SANTA TEREZINHA I



FIGURA 41: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 3 DA SONDAGEM M5 LESTE – SANTA TEREZINHA I



FIGURA 42: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA DE ESCAVAÇÃO – SANTA TEREZINHA I



FIGURA 43: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO SANTA TEREZINHA I

O quarto sítio escavado se chama **Rússia I**, que se trata de um sítio lítico superficial pré-colonial, localizado sob as coordenadas UTM (22J) 726523/6955548 e é composto por materiais líticos lascados dispersos pela superfície. Neste sítio uma área de 9 m² foi totalmente escavada, estando as intervenções distribuídas entre nove quadrículas de 1 x 1 metro, localizadas na área onde foi verificada a maior concentração de lascas sobre a superfície. Além das unidades de 1 m², foram escavadas 8 sondagens de 0,50 x 0,50 metro, nas orientações norte, sul, leste e oeste do quadrante central de 9 m². Além das escavações realizamos coleta superficial sobre uma área de 100 m² que atualmente é utilizada para o plantio de cana, sendo todo o material coletado plotado através de levantamento topográfico.

Em resumo, foi coletado um total de 188 peças, sendo que dessas, 103 peças provêm do primeiro nível das unidades; 42 peças provêm do segundo nível das unidades; 5 provêm das sondagens exploratórias; e 38 provêm da coleta de superfície. Caracterizam-se como lascas, fragmentos de lascas e alguns blocos de quartzo.



FIGURA 44: LIMPEZA SUPERFICIAL DA ÁREA ESCOLHIDA PARA SER ESCAVADA NO SÍTIO RÚSSIA I



FIGURA 45: DEMARCAÇÃO DAS UNIDADES DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RÚSSIA I



FIGURA 46: DECAPAGEM E PENEIRAMENTO DO SEDIMENTO PROVENIENTE DAS UNIDADES – RÚSSIA I



FIGURA 47: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 – RÚSSIA I



FIGURA 48: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE C3 – RÚSSIA I



FIGURA 49: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA – RÚSSIA I



FIGURA 50: DECAPAGEM DAS UNIDADES DO QUADRANTE CENTRAL – RÚSSIA I



FIGURA 51: DECAPAGEM DO NÍVEL 1 DA UNIDADE B1 - RÚSSIA I



FIGURA 52: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 3 DA SONDAGEM M5 OESTE – RÚSSIA I



FIGURA 53: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO RÚSSIA I



FIGURA 54: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA DE ESCAVAÇÃO – RÚSSIA I

O quarto sítio escavado se chama **Rússia II**, que se trata de um sítio lítico superficial pré-colonial, localizado sob as coordenadas UTM (22J) 726554/6955669 e é composto por materiais líticos lascados dispersos pela superfície. Neste sítio uma área de 9 m² foi totalmente escavada, estando as intervenções distribuídas entre nove quadrículas de 1 x 1 metro, localizadas na área onde foi verificada a maior concentração de lascas sobre a superfície. Além das unidades de 1 m², foram escavadas 8 sondagens de 0,50 x 0,50 metro, nas orientações norte, sul, leste e oeste do quadrante central de 9 m². Além das escavações realizamos coleta superficial sobre uma área de 100 m² que atualmente é utilizada para o plantio de cana, sendo todo o material coletado plotado através de levantamento topográfico.

Em resumo, foi coletado um total de 114 peças, sendo que dessas, 62 peças provêm do primeiro nível das unidades; 24 peças provêm do segundo nível das unidades; e 28 provêm da coleta de superfície. Caracterizam-se como lascas, fragmentos de lascas e alguns blocos de quartzo.



FIGURA 55: INÍCIO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DO SÍTIO RÚSSIA II



FIGURA 56: DECAPAGEM E PENEIRAMENTO DO SEDIMENTO PROVENIENTE DAS UNIDADES – RÚSSIA II



FIGURA 57: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A1 – RÚSSIA II



FIGURA 58: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE A3 – RÚSSIA II



FIGURA 59: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 1 DA UNIDADE C3 – RÚSSIA II



FIGURA 60: ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA – RÚSSIA II



FIGURA 61: DECAPAGEM DAS UNIDADES DO QUADRANTE CENTRAL – RÚSSIA II



FIGURA 62: FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCAVAÇÃO DAS UNIDADES - RÚSSIA II



FIGURA 63: REGISTRO FOTOGRÁFICO DO NÍVEL 2 DA UNIDADE A1 – RÚSSIA II

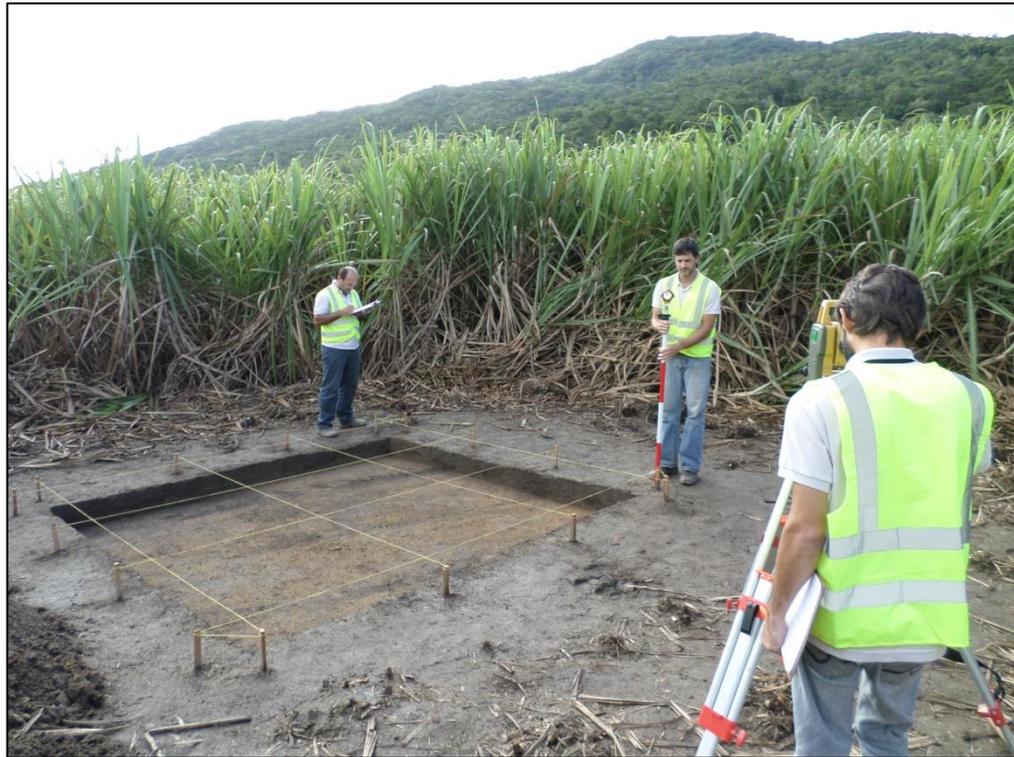


FIGURA 64: COLETA DE DADOS ESPACIAIS DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS SOBRE O SÍTIO RÚSSIA II



FIGURA 65: SITUAÇÃO FINAL DA ÁREA DE ESCAVAÇÃO – RÚSSIA II

7.2 Análise do material lítico

Através das análises dos materiais líticos, objetivamos identificar os métodos de produção, as técnicas aplicadas para que os mesmos fossem produzidos e a sua provável utilidade. Por método entendemos que o mesmo se trata de agenciamento racional de certo número de gestos executados, cada qual, graças a uma técnica.

Em arqueologia, mais especificamente na compreensão da confecção do artefato lítico, entende-se que a técnica se relaciona diretamente a ação e a forma essencial para um determinado fim. Junto à técnica, há o gesto, o qual se caracteriza como sendo a trajetória, a força e a postura corporal. Toda retirada é planejada, eventualmente acontecem acidentes que podem ou não ser superados. A ordenação sistemática dos gestos técnicos origina, por exemplo, o método de lascamento (LEROI-GOURHAN, 1985).

Segundo Fogaça (2003 apud XAVIER, 2007), para entender uma indústria lítica, é necessário entender o que era fabricado a partir do que o meio físico disponibilizou ao artesão, e, posteriormente, os sistemas de produção utilizados para a obtenção dos produtos de lascamento. Contudo, é necessário que seja mantida a visão antropológica durante o processo de análise, uma vez que tais artefatos de pedra são produtos da criatividade e da ação humana, e dessa forma, possuem suas peculiaridades.

Já a análise do material lítico escavado nos dois sítios identificados foi adaptada de Morais (1987), o qual propõe que, ao invés de descrever as indústrias líticas a partir de uma abordagem tipológica – onde se busca apenas definir a funcionalidade dos objetos – realize-se o estudo da sequência de gestos técnicos e procure-se analisar as características de um grupo como um todo através de análises tecno-tipológicas.

Conforme Vialou (1980), em análises de material lítico, a tecno-tipologia é o estudo raciocinado, onde, primeiramente faz-se a análise do lascamento e do talhe da matéria prima; em segundo a análise dos retoques intencionais; em terceiro a análise das marcas deixadas pela utilização do utensílio e, por fim, em quarto a análise dos utensílios em uma perspectiva de classificação.

A ficha tecno-tipológica utilizada prevê uma série de informações sobre cada peça, entre os quais estão presentes atributos genéricos, tais como: forma básica, matéria-prima, estado de conservação da peça, superfície natural, origem da matéria prima, dados de

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 73/340
-----------------------	---------------	------------------------	------------------

modificação pós-deposicionais e sua localização e, por fim, suas medidas. Os códigos de análise utilizados seguem na próxima página:

CÓDIGOS DE ANÁLISE LÍTICA

A – Forma básica

- 1 – Lasca unipolar
- 2 – Lasca bipolar
- 3 – Núcleo
- 4 – Termófero
- 5 – Artefato unifacial ou bifacial
- 6 – Artefato bruto
- 7 – Artefato polido
- 8 – Fragmento de lasca
- 9 – Fragmento de artefato
- 10 – Bloco natural
- 11 – Detrito

B – Matéria-prima

- 1 – Basalto
- 2 – Arenito
- 3 – Arenito silicificado
- 4 – Calcedonia
- 5 – Quartzo
- 6 – Sílex
- 7 – Granito
- 8 – Sem informação

C – Estado de preservação

- 1 – Completo
- 2 – Incompleto

D – Quantidade de superfície natural

- 1 – Sem superfície natural
- 2 – 25% de superfície natural
- 3 – 50% de superfície natural
- 4 – 75% de superfície natural
- 5 – 100 % de superfície natural
- 6 – Sem informação

E – Origem da matéria-prima

- 1 – Seixo
- 2 – Bloco
- 3 – Geodo
- 4 – Sem informação

F – Dados da modificação da peça

- 1 – Queimada
- 2 – Quebrada
- 3 – Pátina
- 4 – Desgaste
- 5 – Reativada
- 6 – Oxidada
- 7 – Marcas de arado
- 8 – Sem modificação
- 9 – Sem informação

G – Localização da modificação

- 1 – Proximal
- 2 – Mesial
- 3 – Distal
- 4 – Lateral
- 5 – Ausente
- 6 – Total

H – Tipo de lasca

- 1 – Lasca cortical
- 2 – Lasca de preparação
- 3 – Lasca de biface
- 4 – Lamina
- 5 – Lasca de retoque

I – Unipolar/bipolar

I1 - Plano de percussão direta (PPD)

- 1 – Superfície natural
- 2 – Liso
- 3 – Diedro
- 4 – Facetado
- 5 – Linear
- 6 – Puntiforme
- 7 – Macerado

I2 – Canto dorsal do PPD

- 1 – Superfície natural
- 2 – Com redução
- 3 – Sem redução
- 4 – Sem informação

J - Bipolar Plano de percussão indireto (PPI)

- 1 – Superfície natural
- 2 – Liso
- 3 – Macerado
- 4 – Sem parte proximal
- 5 – Sem informação

K – Dados de núcleo

- 1 – Unipolar com uma plataforma
- 2 – Unipolar com mais de uma plataforma
- 3 – Bipolar

L – Dados de artefatos unifaciais e bifaciais

L1 - Tipo

- 1 – Unifacial
- 2 – Bifacial

L2 - Forma

- 1 – Triangular
- 2 – Foliácea
- 3 – Circular
- 4 – Retangular
- 5 – Pedunculada

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 75/340
-----------------------	---------------	------------------------	------------------

6 – Sem informação

**M – Dados de artefato
bruto**

1 – Percutor

2 – Percutor
multifuncional
(percutor/apoio)

3 – Apoio (bigorna)

4 – Polidor manual

5 – Peça com
depressão semi-
esférica

Medidas

N) Comprimento

O) Largura

P) Espessura

A coleção lítica dos sítios escavados no âmbito deste projeto soma um total de 319 peças, distribuídas entre os 4 sítios. Assim como o material cerâmico, todo o material lítico encontrado e coletado nos sítios foi higienizado, catalogado e analisado conforme sua tecno-tipologia.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL LÍTICO

SÍTIO ARQUEOLÓGICO	Tradição	QUANTIDADE
Aririú I	Umbú	43
Rússia I	Umbú	173
Rússia II	Umbú	94
Santa Terezinha I	Umbú	9



FIGURA 66: HIGIENIZAÇÃO DO MATERIAL LÍTICO



FIGURA 67: CATALOGAÇÃO DO MATERIAL LÍTICO



FIGURA 68: ANÁLISE DO MATERIAL LÍTICO

O material lítico que compõe os sítios é pouco expressivo e, de maneira geral, compreendem a lascas unipolares/bipolares e detritos, com pouca ocorrência de artefatos (Gráfico 1).

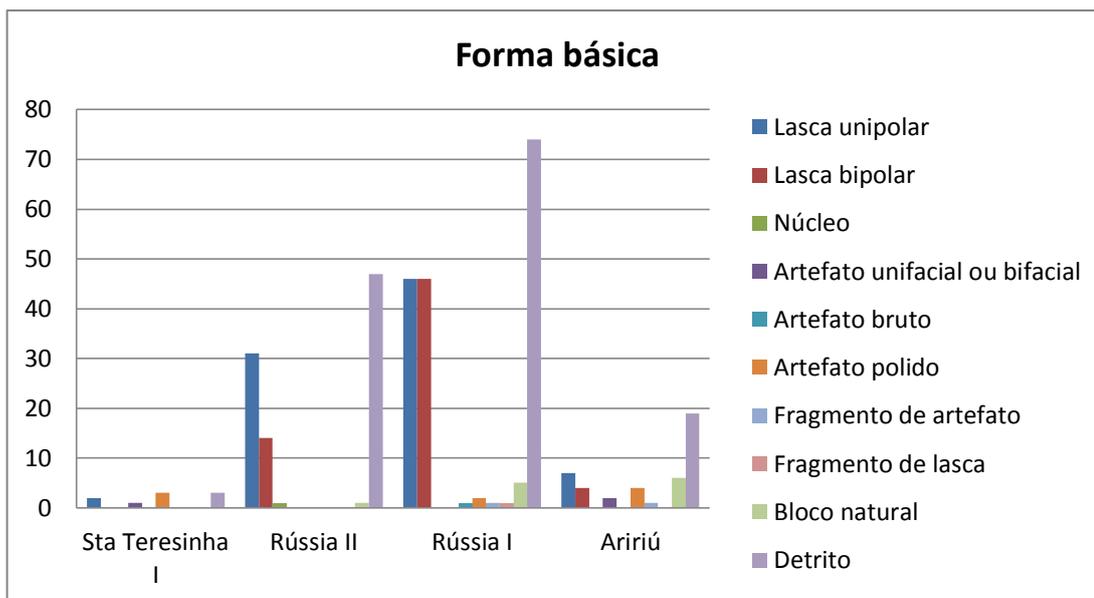


GRÁFICO 1: FORMAS BÁSICAS QUE OCORREM NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

O estudo da matéria prima demonstrou a predominância do quartzo na confecção dos artefatos líticos. Verifica-se, também, a ocorrência de sílex, arenito silicificado, arenito e basalto, todos em pouca quantidade (Gráfico 2).

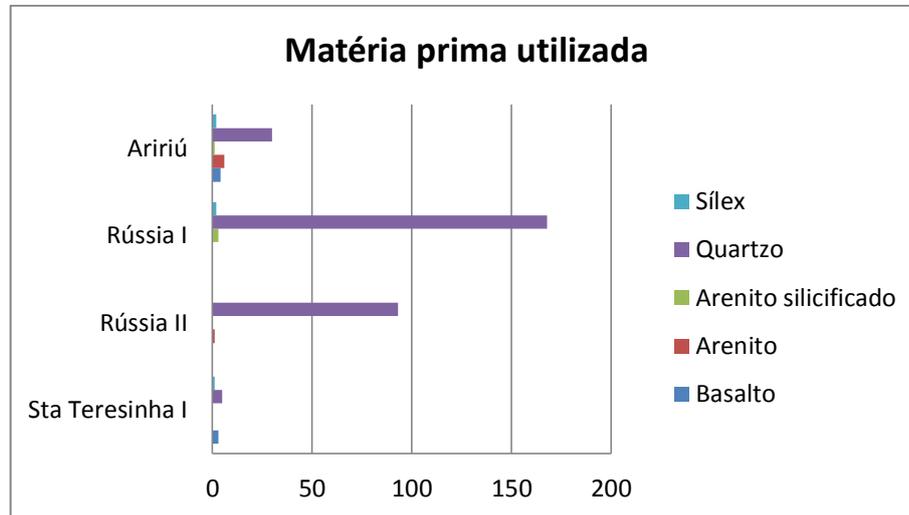


GRÁFICO 2: MATÉRIA-PRIMA IDENTIFICADA NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Processos pós-deposicionais geram impactos sobre os artefatos líticos, que por vezes acabam se fragmentando. No entanto, nos sítios analisados verificamos que maior parte dos materiais encontrados estão completos (Gráfico 3).

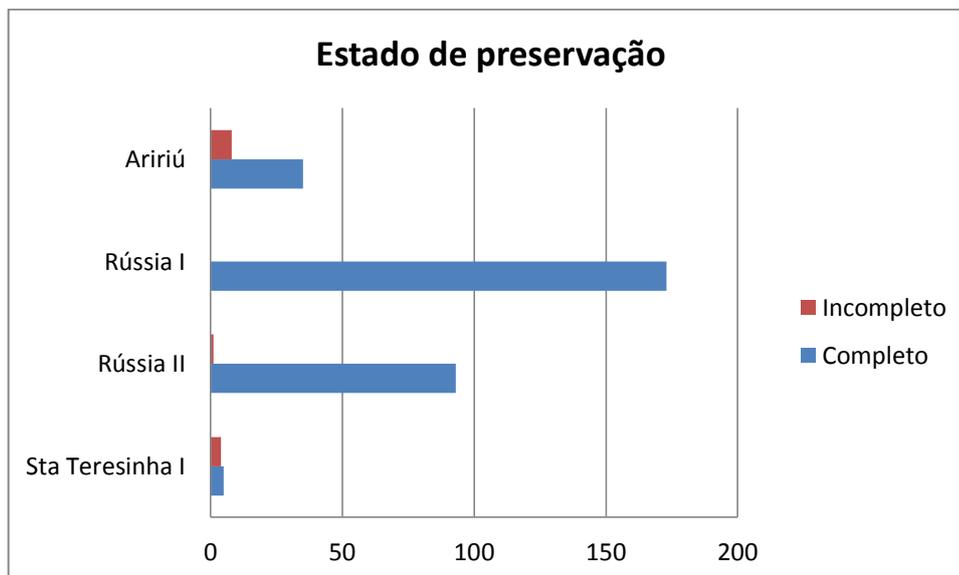


GRÁFICO 3: ESTADO DE PRESERVAÇÃO DOS MATERIAIS LÍTICOS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

As análises de modificações pós-deposicionais demonstram que parte das peças que apresentam algum tipo de modificação ou quebra foram impactadas pelas atividades de aragem da terra. Outras modificações, que podem ser consideradas menos destrutivas, aparecem com menor expressão, como é o caso da oxidação (Gráfico 4).

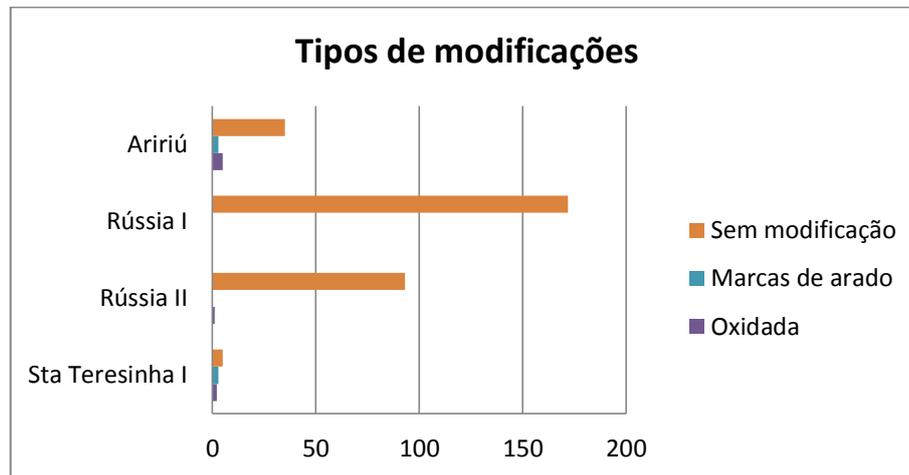


GRÁFICO 4: TIPOS DE MODIFICAÇÕES PÓS-DEPOSICIONAIS VERIFICADAS NAS PEÇAS

Boa parte dos materiais líticos encontrados não fornecem informações a respeito da origem da matéria prima. A maior parte daqueles que fornecem tal informação foram produzidos a partir de matéria-prima obtida em blocos (Gráfico 5), atributo que pode ser verificado graças aos vestígios de superfície natural que sobram nas peças, mesmo sendo pouco representativas (Gráfico 6). O quartzo, principal matéria prima utilizada nos quatro sítios, aflora em blocos nas encostas dos embasamentos cristalinos que compõem a paisagem da região, juntamente com as planícies de inundação. Tais blocos são de fácil acesso e, facilitando, também a obtenção do quartzo e confecção dos artefatos.

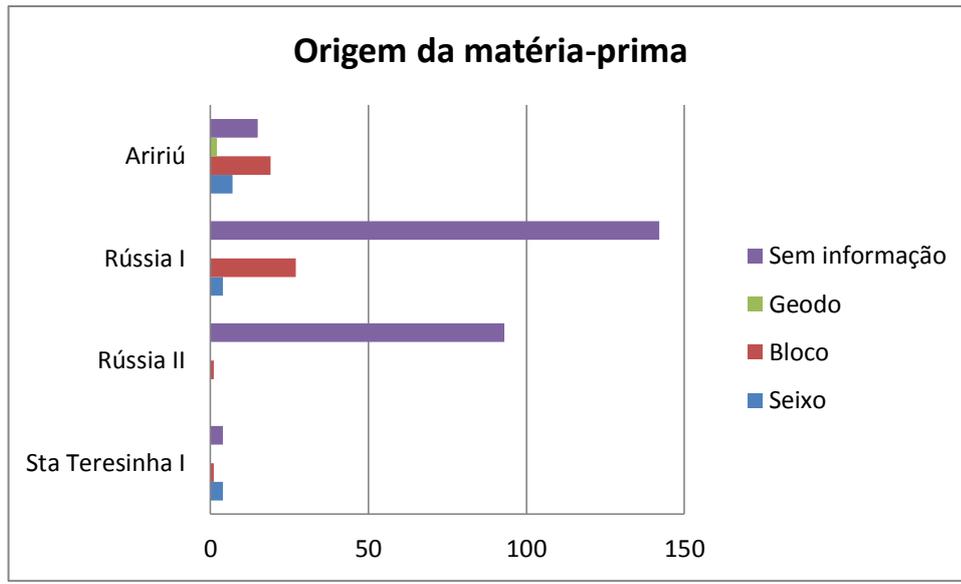


GRÁFICO 5: ORIGEM DA MATÉRIA-PRIMA UTILIZADA

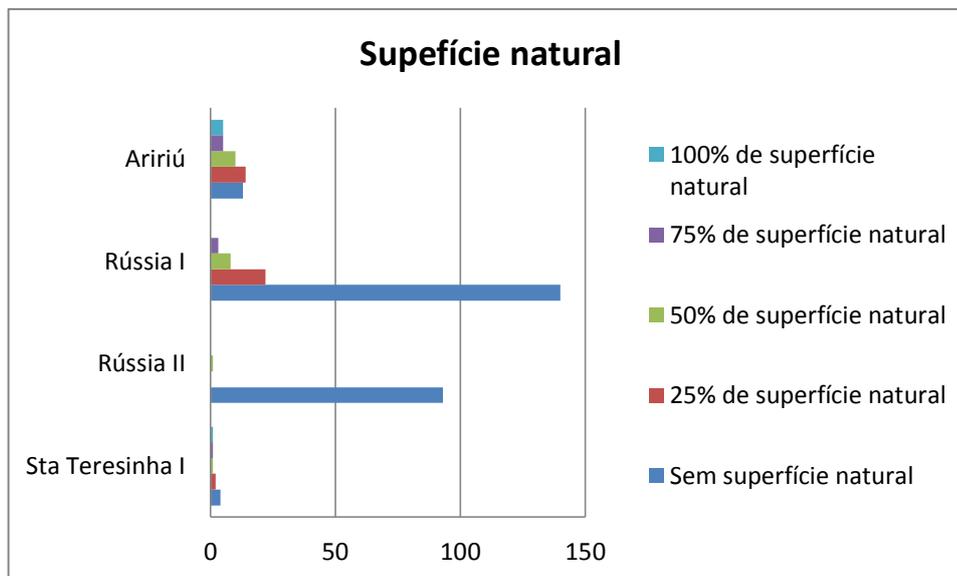


GRÁFICO 6: QUANTIDADE DE SUPERFÍCIE NATURAL PRESENTE NAS PEÇAS LÍTICAS

Quanto ao tipo de lascas, através das análises verificamos que a maioria se trata de lascas de preparação, ocorrendo também lascas de retoque e, em menor número, lascas corticais. No sítio Santa Terezinha I ocorrem apenas lascas de preparação (Gráfico 7).

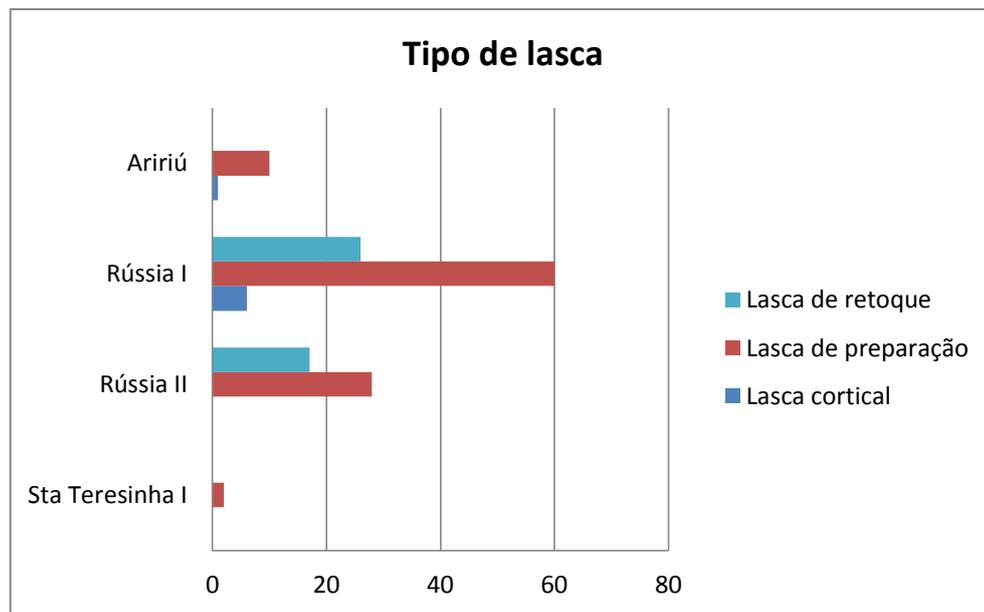


GRÁFICO 7: TIPOS DE LASCAS ENCONTRADOS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Em se tratando de artefatos, como pode ser visto no Gráfico 1, são pouco numerosos (17 no total) e ocorrem nos sítios Aririú I, Rússia I e Santa Terezinha I. Desses 15 artefatos, 2 são artefatos unifaciais, 1 é bifacial, 9 são artefatos polidos, 1 se caracteriza como um artefato bruto e ocorrem também 2 fragmentos de artefatos (Gráfico 8).

No sítio Aririú I foram identificados os seguintes artefatos: 1 ponta de projétil, 2 lâminas de machado polidas, 1 lâmina de machado polida com marcas de retoque, 1 pré-forma e 1 percutor. No sítio Rússia I foi encontrada 1 ponta de projétil e 1 fragmento de artefato com marcas de retoque. No sítio Santa Terezinha I foram encontradas 3 lâminas de machado polidas e 1 ponta de projétil.

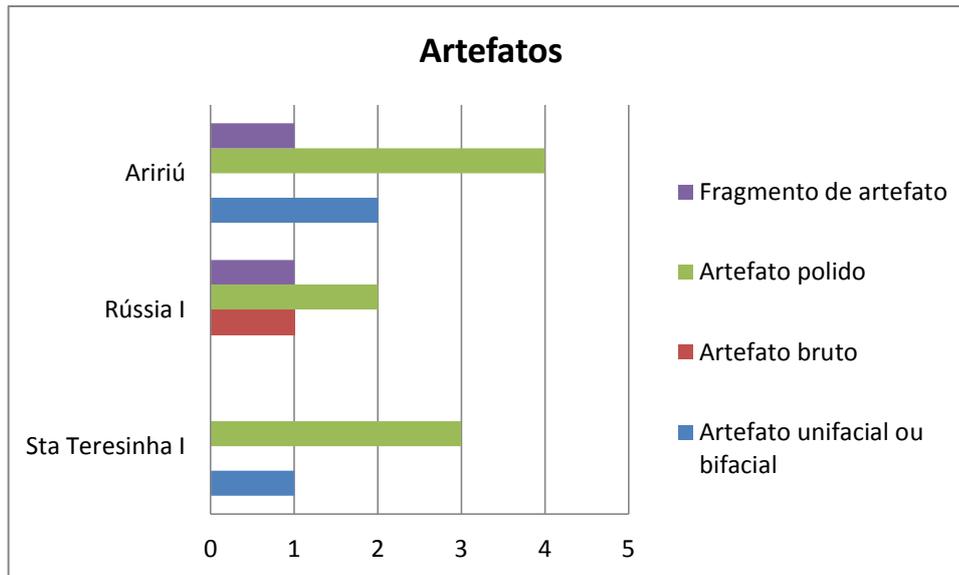


GRÁFICO 8: TIPOS DE ARTEFATOS ENCONTRADOS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS ESCAVADOS

Os últimos dados analisados se referem às medidas das peças: comprimento, largura e espessura. Verificamos que, de maneira geral, as peças são de pequeno/médio porte, com predomínio de medidas inferiores a 4 centímetros de comprimento e largura, com espessuras inferiores a 1 centímetro (Gráficos 9, 10 e 11).

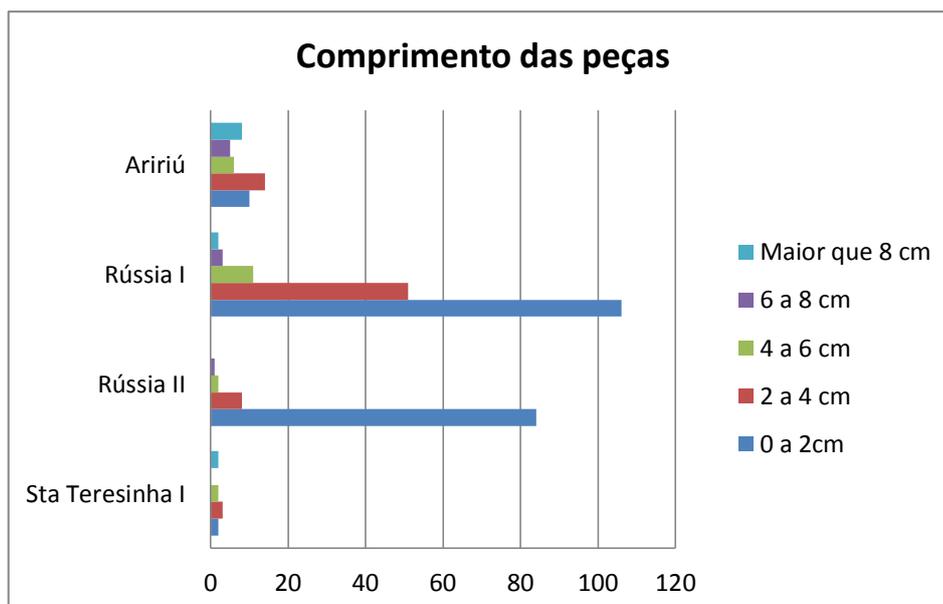


GRÁFICO 9: COMPRIMENTO DAS PEÇAS LÍTICAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

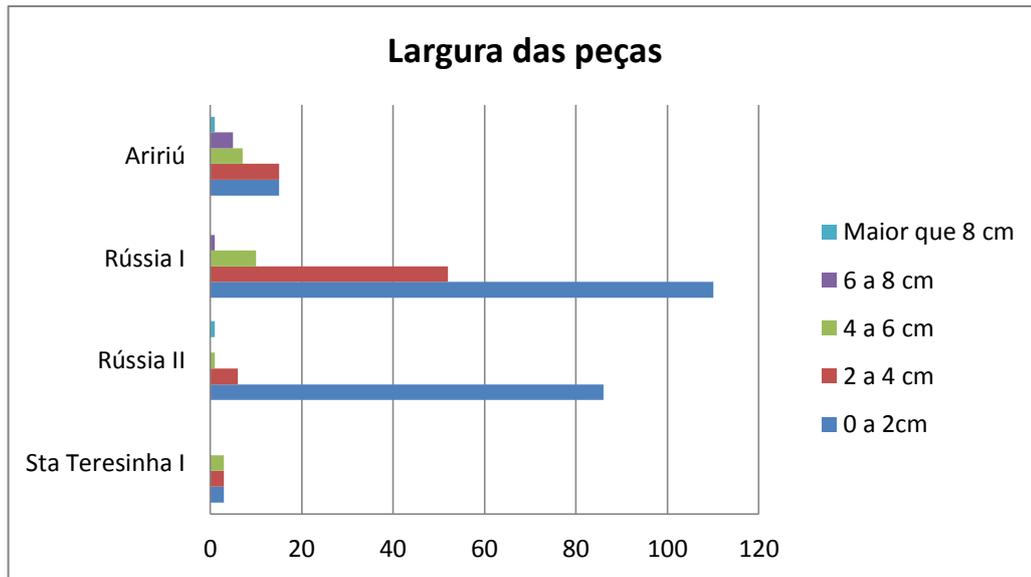


GRÁFICO 10: LARGURA DAS PEÇAS LÍTICAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

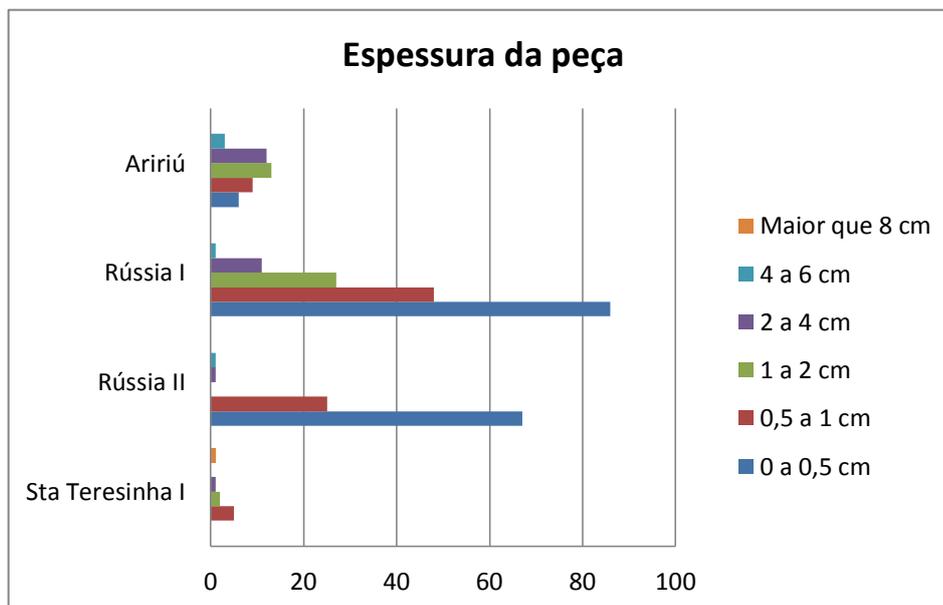


GRÁFICO 11: ESPESSURA DAS PEÇAS LÍTICAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS



FIGURA 69: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO ARIRIÚ I



FIGURA 70: LASCA BIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO ARIRIÚ I



FIGURA 71: MACHADO POLIDO EM BASALTO - SÍTIO ARIRIÚ I



FIGURA 72: LASCA BIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO ARIRIÚ I



FIGURA 73: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA I



FIGURA 74: DETRITO EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA I



FIGURA 75: LASCA BIPOLAR EM ARENITO SILICIFICADO - SÍTIO RÚSSIA I

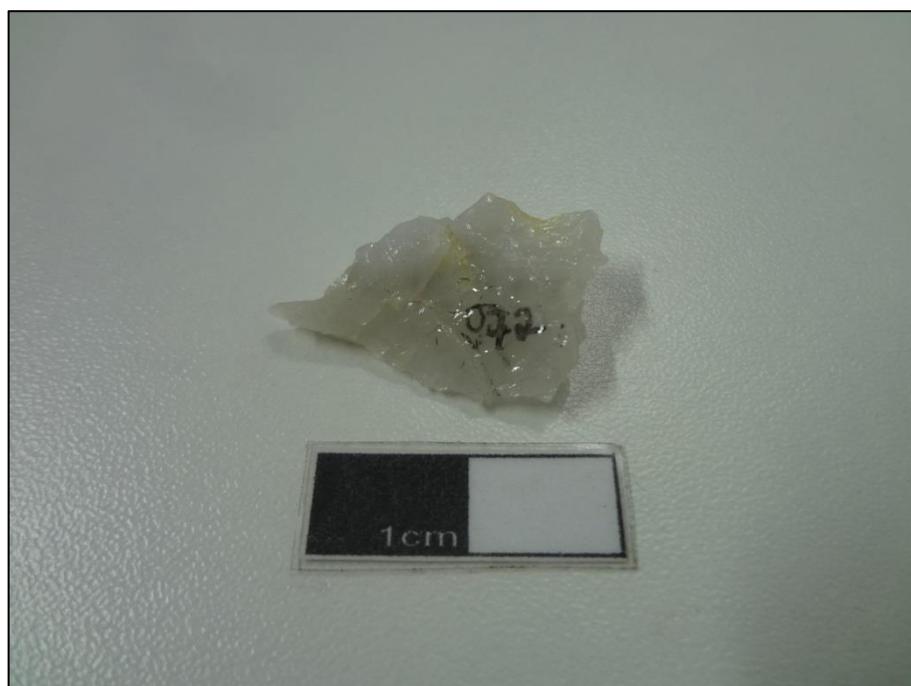


FIGURA 76: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA I



FIGURA 77: LASCA BIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II



FIGURA 78: LASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II



FIGURA 79: MICROLASCA UNIPOLAR EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II



FIGURA 80: LASCA BIPOLAR TAMBÉM EM QUARTZO - SÍTIO RÚSSIA II



FIGURA 81: MACHADO EM ARENITO FRAGMENTADO - SÍTIO SANTA TEREZINHA I



FIGURA 82: LÂMINA DE MACHADO COM MARCAS DE RETOQUE-SÍTIO SANTA TEREZINHA I



FIGURA 83: LÂMINA DE MACHADO EM BASALTO - SÍTIO SANTA TEREZINHA I



FIGURA 84: PONTA DE PROJÉTEL FOLIÁCEA - SÍTIO SANTA TEREZINHA I

7.3 Análise do material arqueológico do sítio Rio Inferninho I

A análise do material arqueológico proveniente do sítio Rio Inferninho I foi desenvolvida com o intuito de obter informações a respeito do período em que a estrutura foi construída e utilizada. Dessa forma, apenas quantificamos o material e separamos conforme Classe, Tipo e Subtipo, como por exemplo, “Classe: material construtivo; Tipo: telha; Subtipo: telha de barro”. A partir da análise realizada conseguimos situar cronologicamente a estrutura escavada.

Do referido sítio foram coletados 144 materiais, sendo 1 da superfície; 47 das duas unidades escavadas no centro do piso da estrutura; 53 das trincheiras escavadas nas laterais da estrutura; e 43 nas sondagens exploratórias escavadas no entorno do piso da estrutura.

Conforme pode ser visto no Gráfico 12, grande parte do material coletado trata-se de material construtivo, ocorrendo poucos utensílios domésticos e materiais que indiquem que a área foi utilizada para habitação.

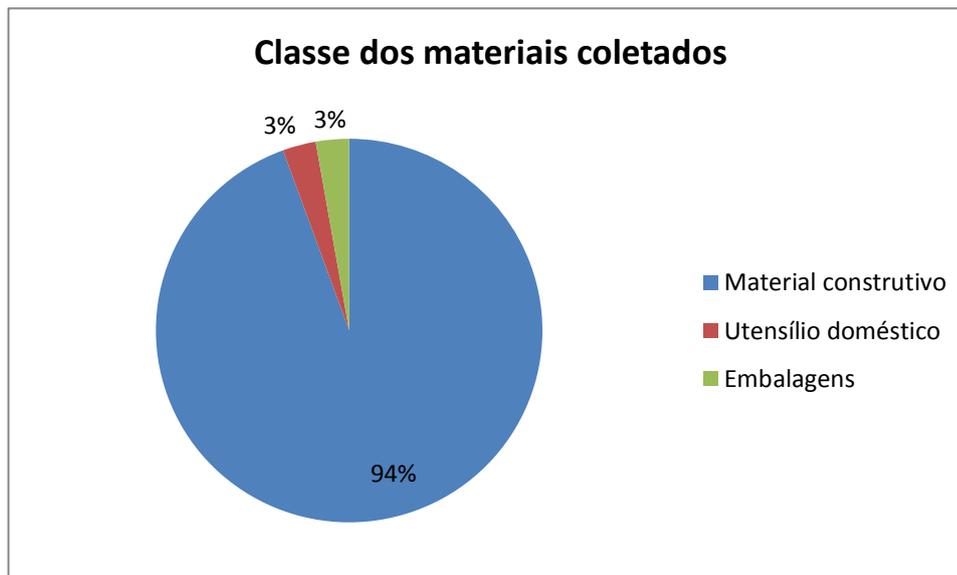


GRÁFICO 12: CLASSE DOS MATERIAIS COLETADOS NO SÍTIO RIO INFERNINHO I

Entre os materiais construtivos, os materiais mais encontrados foram as telhas, seguidas pelos tijolos (Gráfico 13). Avançando para o subtipo, temos a predominância das telhas de barro (colonial capa/canal e francesa), seguidas pela telha de amianto e pelo tijolo

maciço. Ocorrem também tijolos de furo, um prego (cravo), uma dobradiça comumente utilizada em porteiros de mangueiras e um componente de plástico utilizado na fixação das telhas de amianto (Gráfico 14).

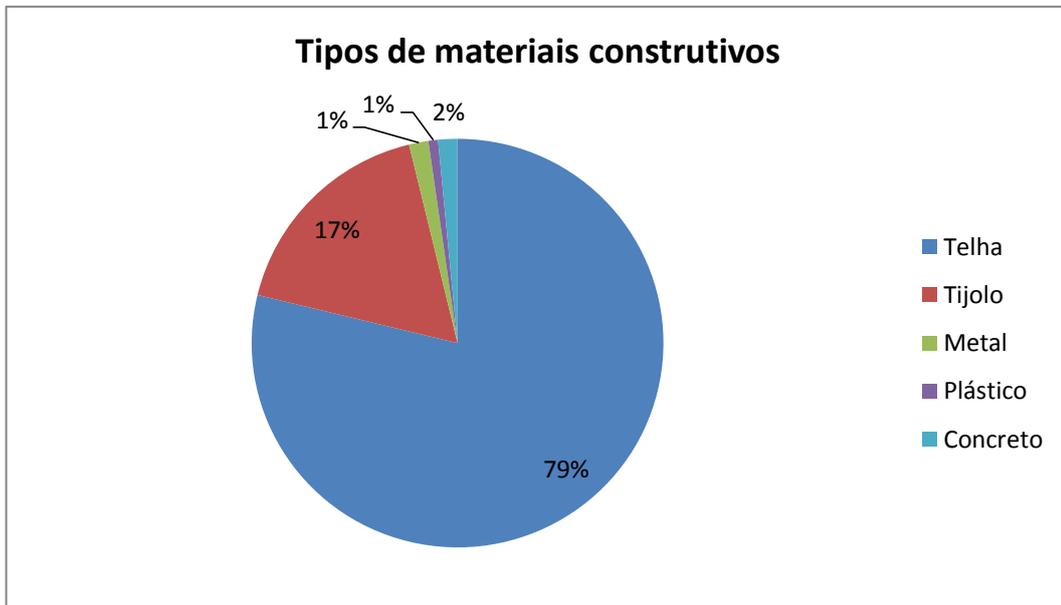


GRÁFICO 13: TIPOS DE MATERIAIS CONSTRUTIVOS - SÍTIO RIO INFERNINHO I

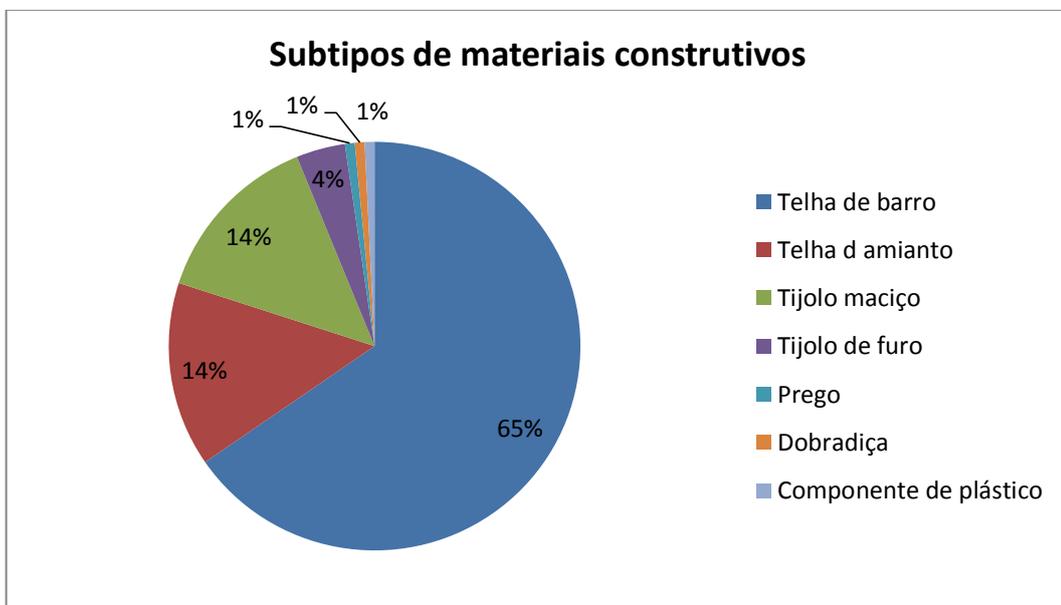


GRÁFICO 14: SUBTIPOS DE MATERIAIS CONSTRUTIVOS - SÍTIO RIO INFERNINHO I

Os utensílios domésticos encontrados são poucos, compreendendo apenas 4 peças do acervo, assim divididos: 1 caneca de louça fragmentada, dois fragmentos de louça (provavelmente de potes/pratos) e 1 fragmento de vidro (garrafa). Alguns poucos restos de embalagens foram encontrados também, perfazendo um total de 4 peças, 2 de metal (tampinha de garrafa) e 2 de plástico (tampa de garrafa e saco plástico). A baixa quantidade de material doméstico indica que a estrutura que compõe o sítio não era utilizada como uma habitação, inferência que se reforça com a presença da dobradiça de porteira encontrada na superfície.



FIGURA 85: ACERVO DO SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 86: DOBRADIÇA DE PORTEIRA ENCONTRADA NA SUPERFÍCIE – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 87: PARTE DE CANECA ENCONTRADA NO SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 88: FRAGMENTO DE LOUÇA – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 89: PREGO – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 90: TAMPA METÁLICA DE GARRAFA – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 91: TAMPA PLÁSTICA DE GARRAFA – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 92: COMPONENTE PLÁSTICO UTILIZADO NA FIXAÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 93: CACO DE VIDRO DE GARRAFA – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 94: FACE EXTERNA DE FRAGMENTO DE TELHA DE BARRO COLONIAL DO TIPO
CAPA E CANAL – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 95: FACE INTERNA DO MESMO FRAGMENTO DE TELHA COLONIAL – SÍTIO RIO
INFERNINHO I



FIGURA 96: FRAGMENTO DE TELHA DO TIPO FRANCESA – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 97: FRAGMENTO DE TELHA DE AMIANTO – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 98: FRAGMENTO DE TIJOLO MACIÇO – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 99: PARTE INTERNA DE TIJOLO DE SEIS FUROS – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 100: FRAGMENTO DE PARTE EXTERNA DE TIJOLO DE SEIS FUROS – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 101: PEQUENO BLOCO DE CONCRETO – SÍTIO RIO INFERNINHO I



FIGURA 102: PEQUENO BLOCO DE CONCRETO COM INDICAÇÃO DO NEGATIVO DE USO SOBRE TIJOLO DE SEIS FUROS – SÍTIO RIO INFERNINHO I

7.4 Discussão dos dados

Após a apresentação dos resultados das análises realizadas nos sítios pré-coloniais e no sítio histórico, cabem algumas reflexões a respeito das evidências encontradas nos sítios e das informações que delas apreendemos.

Começando pelos sítios líticos pré-coloniais, há que se fazer algumas ponderações iniciais a respeito dos mesmos, e principalmente a respeito da inexistência de outros estudos sobre sítios líticos na mesma região. Buscando dados na produção bibliográfica sobre a arqueologia da região da Grande Florianópolis, encontramos muitas informações a respeito dos sítios litorâneos, informações essas que são produzidas sistematicamente desde a década de 1960. O mesmo não ocorre com os sítios do interior, sobre os quais, nada é encontrado. A inexistência de outros dados sobre sítios de interior para a região dificulta a realização de uma discussão mais abrangente, já que os sítios por nós escavados forneceram um número limitado de informações, que se resumem a tecno-tipologia de materiais líticos e implantação na paisagem. Portanto, faremos aqui uma síntese dos resultados, sem discussões pretensiosas.

Conforme já demonstramos capítulos atrás, todos os sítios pré-coloniais mapeados são compostos por materiais líticos lascados e polidos, e apresentam baixo grau de conservação. Neles, há o predomínio de pequenas lascas de quartzo e ocorrência de poucos artefatos que, em suma, caracterizam-se como machados polidos.

Os sítios são pequenos, com dispersão do material lítico restrita aos topos das colinas, situadas nas proximidades de córregos e de planícies de inundação. Os sítios Santa Terezinha I, Rússia I e Rússia II apresentam esse padrão de assentamento (topo de morro e proximidade aos córregos e planícies de inundação); já o sítio Aririú I está em uma área relativamente mais plana, com pouca diferença de nível entre a área do sítio e os cursos de água.

As análises líticas realizadas demonstram a ocorrência significativa de lascas de preparação (com exceção do sítio Santa Terezinha I), indicando que artefatos líticos em quartzo estão sendo produzidos nesses locais. Além das lascas de preparação, alguns artefatos polidos de uso doméstico (ou cotidiano) foram encontrados nos sítios, o que nos leva a crer que os sítios se tratavam de acampamentos temporários, característicos dos caçadores-coletores da encosta catarinense estudados por Lavina (1994), Farias (2005) e Claudino (2011), com a diferença de não terem sido encontradas malhas de terra preta.

A ausência de materiais passíveis de serem datados impediu situar os sítios no panorama cronológico de ocupação pré-colonial da região e limitou discussões mais profundas, contudo, a realização desse trabalho deve ser considerado como um passo em direção a novas descobertas arqueológicas, que ampliarão o panorama cultural e cronológico da ocupação pré-colonial da região da Grande Florianópolis.

A respeito do sítio Rio Inferninho I, através das escavações verificamos que a estrutura que compõe o sítio não é tão antiga quanto nos foi informado na fase de prospecção. Informações de populares davam conta de que essa estrutura data do período das tropas, entre final do século XIX e início do XX, e que se tratava de uma habitação.

A começar pela funcionalidade da estrutura, as dimensões da mesma e os vestígios encontrados levam a crer que se tratava de um rancho, estábulo ou algo com função parecida. A ausência de maior quantidade de lixo doméstico corrobora com a proposição de que esta não era uma estrutura residencial.

A área da estrutura foi aterrada e nivelada com o sedimento proveniente da encosta que lhe guarda a oeste, associado a grande quantidade de telhas de barro e tijolos fragmentados. A delimitação da área de “ocupação” está demarcada por blocos de granito irregulares, provavelmente coletados nos arredores da estrutura. Tanto a área interna quanto a área externa da estrutura foram aterradas com o intuito de isolar a umidade proveniente do córrego que flui a 20 metros da estrutura, na direção leste.

Em se tratando de cronologia, alguns materiais encontrados denunciam uma datação bem mais recente do que o indicado pelos populares. O uso de telhas de amianto, tijolos de seis furos e de cimento Portland como material construtivo demonstra que a construção foi realizada, provavelmente, após 1950. As primeiras telhas de amianto passaram a ser produzidas no Brasil apenas em 1942, menos de duas décadas após o início da produção e comercialização de cimento Portland no Brasil (BRASILIT, 2014; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND, 2014).

O frasco de Melpoejo encontrado ainda na prospecção traz a data da utilização da estrutura para a segunda metade do século XX. De acordo com o site institucional do laboratório, a empresa foi inaugurada há 76 anos (1938), em Juiz de Fora, Minas Gerais (MELPOEJO, 2014).

Em resumo, através dos dados obtidos acreditamos que esta estrutura se trata da base de um estábulo desmontado, cuja data de construção é posterior a 1950.

8 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E DIVULGAÇÃO DA PESQUISA

A Educação Patrimonial propõe uma metodologia de trabalho relevante para a pesquisa arqueológica, sendo que consiste em educar para a preservação do Patrimônio Cultural. Os temas abordados nas atividades de Educação Patrimonial são resultantes das pesquisas realizadas sobre os elementos mais significativos que compõem o arcabouço cultural de uma localidade, a partir do levantamento de dados secundários provenientes de pesquisas já existentes e de dados primários coletados em campo, sendo do patrimônio material e imaterial.

Segundo Horta et al (1999), a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e as manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al, 1999, p. 6).

E neste mesmo viés é que a discussão acerca do conceito e do que pode ser considerado Patrimônio Cultural se desenvolve. Inicialmente só era reconhecido como patrimônio tudo o que se tinha produzido 'materialmente' e foi assim praticamente até o início do século XX. Como sugere Gallois (2006, p. 12) "a ideia de um patrimônio cultural que não fosse feito apenas de monumentos, de esculturas e quadros de artistas famosos, mas também de saberes imateriais, nasce paralelamente ao surgimento da Antropologia".

Para melhor compreender a amplitude do conceito de patrimônio cultural, obtido no decorrer do séc. XX é necessário recorrer à extensão que o conceito de cultura obteve neste período, a partir de Edward Tylor (1958), ao apresentar sua definição de cultura que propunha que a mesma seria "este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" e causar a fissura que permitiu a ampliação do conceito que se faz cada vez mais presente.

Esse movimento desencadeado no referido século propiciou uma intensa reflexão que por sua vez suscitou algumas reformulações significativas, principalmente, no tocante à legislação no que se refere à preservação do patrimônio cultural.

As políticas nacionais de proteção de patrimônios abriram caminhos novos durante as décadas de 1900 a 1950, incorporando progressivamente não só alguns bens não-materiais, mas os conhecimentos e costumes tradicionais, ou seja, incorporando o que há de mais rico nas culturas humanas: os saberes, as práticas e os modos de criação cultural (GALLOIS, 2006, p. 12).

A primeira proposta de preservação do patrimônio, no Brasil, foi o decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, que definiu "como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". O patrimônio histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social. Sua regulamentação segue da Lei Federal no 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, sendo um marco na luta contra a depredação dos sambaquis e demais sítios arqueológicos. Estudos desta natureza são realizados a fim de atender as exigências feitas por órgãos federais e estaduais e inserem-se no processo de Licenciamento Ambiental, instituído através da Lei 6.938/81 e pela Resolução CONAMA n.º 237 de 19 de dezembro de 1997, no qual está previsto também o estudo de impacto arqueológico, cuja metodologia é normatizada pelas Portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN n.º 007/1988 e n.º 230/2002.

O patrimônio histórico-cultural pode ser definido como herança, legado cultural que se recebe dos antepassados e propicia a autoidentificação dos indivíduos no grupo social e cultural ao qual pertencem. Como propõe Jorge (2012, p. 65) "o sujeito, ao ser inserido em uma determinada ambiência cultural, baseia-se em sua rotina diária para formular um mecanismo em que ele elabora e reconhece suas condições de pertencimento", ele confere a si mesmo como parte integrante do espaço/meio em que está inserido a partir de suas vivências.

Deste modo, fica evidente que o processo de formação do indivíduo se dá diretamente nas instituições com que ele tem contato. Por isso é tão importante a aplicação da metodologia de educação patrimonial no contexto escolar, para a formação do indivíduo como parte do patrimônio cultural daquela coletividade, como escreveu Durkheim *apud* Martins (1990): "A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a

assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios – sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento – que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela”.

Este cenário nos sugere que a constituição do ser social enquanto agente ativo na sociedade perpassa os mais variados segmentos e grupos sociais. Torna-se visível que depois da família, a escola é um espaço privilegiado no cumprimento desta função, pois fornece ao indivíduo subsídios para uma melhor compreensão e significação das informações que lhes são transmitidas.

As experiências primeiras dos atores sociais, vividas no ambiente familiar, ou seja, o *habitus* produzido e adquirido nas relações familiares estão, para ele, no princípio da recepção e da apreciação de toda experiência ulterior dos atores sociais, ao mesmo tempo em que o *habitus* adquirido no sistema escolar constitui um vetor na assimilação das mensagens produzidas pela indústria cultural. [...] Na concepção desenvolvida por Bourdieu, o *habitus*, enquanto produto da história, orienta as práticas individuais e coletivas. Ele tende a assegurar a presença ativa das experiências passadas que depositadas em cada indivíduo sob a forma de esquema de pensamento, percepção e ação contribuem para garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo (MARTINS, 1990).

A Educação Patrimonial é considerada parte inerente do estudo arqueológico, ocorrendo nas suas diferentes etapas no intuito de promover uma crescente apropriação das culturas do passado e do presente, gerando condições adequadas para proporcionar a devida interação entre a comunidade e o patrimônio cultural.

Soares (2001) propõe que, na construção de um conceito de patrimônio, seja ele histórico, artístico, cultural ou emocional, é fundamental a contextualização do objeto a que faz referência, evitando 'coleções museológicas' desprovidas de qualquer sentido na preservação da memória. Para tanto, atualmente podemos definir que: consistem em bens culturais materiais todo tipo de artefatos, monumentos, registros escritos, visuais, sonoros, etc. e bens imateriais, os fragmentos da memória social, formas de fazer e pensar, etc., ou seja, "[...] o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade" (DMITRUK, 2001, p. 14).

Muitos sítios arqueológicos, espaços materializados das construções culturais, desapareceram, enquanto outros necessitam de estudos sistemáticos para revelar elementos culturais ainda não conhecidos. Esses monumentos carregam em si o sentido simbólico da paisagem na qual estão inseridos e “testemunham sistemas mentais da época em que foram criados e solicitam, não raro, uma relação não apenas perceptiva, mas, também efabuladora que mistura os tempos presente e passado, das histórias individuais às coletivas” (FREIRE, 1997, p. 55).

O papel desempenhado pela Educação Patrimonial é de extrema importância para comunidade escolar em si, pois reflete “o papel da ação educativa que é formar um cidadão que tomará parte do espaço público, não somente o desenvolvimento individual do aluno” (CARVALHO, 1990).

A perspectiva de futuro, visando a construção de uma sociedade mais justa e menos excludente deve ser orientada pela memória, longe de saudosismos ou de mera repetição, mas próxima de referências oriundas da socialização dos indivíduos. A memória coletiva, presente nos diferentes tipos de patrimônio, impede as bruscas interrupções que dificultam a construção de uma identidade histórica, ciente de seu valor. Doravante, a cidadania torna-se uma conquista individual no momento em que nos tornamos “sujeitos da preservação” da própria cultura, através da apropriação e reconstrução do patrimônio cultural material e imaterial em nossa sociedade.

Tanto o sistema educacional, como o indivíduo, estão diretamente ligados as causas históricas que não podem ser desconsideradas e, é esse fator que confere a ideia de sociedade, de pertencimento, de que a sociedade é resultante da obra de muitas mãos, como afirma Carvalho (1990) ao citar os escritos de Durkheim.

Como é que o indivíduo pode pretender reconstruir, por meio do único esforço da sua reflexão privada, o que não é obra do pensamento individual? [...] O indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber, quais são suas origens e as condições de que depende. E não poderá sabê-lo sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta que está lá representada.

Segundo Farias *apud* Freire, (2000) “Essa construção cultural poderá se perpetuar e fazer parte da identidade do nosso povo, que presente, oferece a percepção; e ausente, permite-nos a elaborações da memória através de seus vestígios”.

Preservar passa, então, pela compreensão do “que é e para que serve” o patrimônio. Para Paoli (1992), o patrimônio se traduz em “acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade”.

A socialização dos conhecimentos derivados da pesquisa arqueológica junto a comunidade local, responde à função social da disciplina, através do reconhecimento da história dos grupos pré-coloniais e remanescentes para a formação da identidade cultural. Além disso, tem importante papel em assumir uma postura ativa para o esclarecimento sobre a existência de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, a pesquisa e a difusão da consciência preservacionista. (SCHWENGBER, 2002).

Desta maneira, entende-se que a socialização dos resultados das pesquisas arqueológicas e no campo do Patrimônio Cultural, passam pela interação entre a educação formal e a educação patrimonial, unindo a escola e a comunidade científica, conforme consta na obra Educação Patrimonial Histórico, Conceitos e Processos:

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimento de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO E HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 27).

A realização das atividades de Educação Patrimonial permitem vislumbrar a importância da disseminação dos conceitos arqueológicos pouco difundidos no ambiente escolar e também em outros espaços da vida social. A oportunidade de prestar alguns esclarecimentos e, em muitos casos, desmistificar a Arqueologia, permite aos interlocutores, uma percepção de elementos históricos e patrimoniais da sua comunidade.

Partindo dos pressupostos apresentados até então, cabe ao Educador Patrimonial no cumprimento de sua função “apresentar atividades que possam ser desenvolvidas com crianças, jovens e adultos que frequentem ou não o ensino formal, para provocar neles uma atitude para com os bens culturais que fazem parte do nosso Patrimônio Cultural Brasileiro” (GRUNBERG, 2007, p. 4).

Para cumprir tal incumbência tornam-se necessárias, essencialmente, abordagens sobre Arqueologia e Patrimônio que visem relacionar os conceitos com o contexto em que os interlocutores (alunos, professores, comunidade em si, etc.) estão inseridos. É neste momento que percebemos acontecer o processo de troca de conhecimento como já propunham Braga e Calazans (2001, p. 37):

Antes de haver “transmissão de conhecimentos” – e, portanto aprendizagem do conhecimento pronto – o homem depende um do outro para aprender, decorrente de um intercâmbio com o mundo e com as pessoas em ambiente social, através do qual “descobre” coisas, por meios práticos, por reflexão, por experimentação – e até por acaso.

Dentro deste processo de interação cabe ao mediador/educador patrimonial quando estiver atuando buscar:

Desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc. (GRUNBERG, 2007, p. 4).

Por fim, fica delegado a Educação Patrimonial difundir a ideia de patrimônio vivo procurando enfatizar a seguinte problemática:

O que importa preservar – sob a forma de patrimônios culturais – não é apenas da ordem da memória, mas da ordem do projeto: é preciso garantir e tornar renovável o fato da diversidade cultural e não fixar a resultante atual de evoluções seculares, produtos de diálogos constantes. É preciso garantir o que está adquirido para tornar esse patrimônio renovável. [...] Esse patrimônio constituído de elementos amplamente compartilhados, frutos de intercâmbios históricos que se perpetuam, em novos contextos, até hoje (GALLOIS, 2007, p. 23).

É interessante ressaltar que o Patrimônio Cultural não se restringe à produção material humana, mas envolve também a produção emocional e intelectual, tudo o que

permita ao ser humano conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado bem cultural.

As atividades de Educação Patrimonial que serão apresentadas neste projeto de pesquisa arqueológica foram desenvolvidas de modo a atender à etapa de Resgate Arqueológico referente ao “Projeto: Programa de Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Contorno Rodoviário de Florianópolis, município de Biguaçu, São José e Palhoça - SC” descrito na Portaria de número 11 expedida em 14 de março de 2014 pelo IPHAN/SC.

Para tanto, as atividades se concentraram nos bairros Colônia Santana e Forquilha em no município de São José, Guarda do Cubatão e Aririú no município de Palhoça e nos bairros Prado e Biguaçu no município de Biguaçu. Escolhidos estrategicamente devido ao fato de se localizarem na Área de Impacto Direta (AID) do empreendimento ou por possuírem em seus territórios sítios arqueológicos.

Nossa prática foi aplicada em seis escolas dos municípios de Palhoça, São José e Biguaçu conforme listadas na ordem abaixo:

- Escola Básica Professora Antonieta Silveira de Souza, localizada no bairro Guarda do Cubatão no município de Palhoça, atendendo os alunos do Ensino Fundamental II;
- Centro Educacional Municipal Santa Ana, localizada no bairro Colônia Santana no município de São José, atendendo os alunos do Ensino Fundamental II;
- Centro Educacional Municipal Vila Formosa, localizada no bairro Forquilha em no município de São José, atendendo os alunos do Ensino Fundamental II;
- Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos, localizada no bairro Prado no município de Biguaçu, atendendo os alunos do Ensino Fundamental II;
- Escola Básica Municipal Professor Manoel Roldão das Neves, localizada no bairro Biguaçu, atendendo os alunos do Ensino Fundamental II;
- Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro Aririú, atendendo os alunos do Ensino Fundamental II.

Para cumprir as proposições expostas no Programa de Educação Patrimonial submetido ao IPHAN de Santa Catarina, as atividades foram realizadas em três etapas:

- 1ª Etapa: realização de Palestras sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural;
- 2ª Etapa: realização de Oficinas de Cerâmica e Arte Rupestre;
- 3ª Etapa: realização de Visita Monitorada aos Sítios Arqueológicos;

Os trabalhos ocorreram conforme o cronograma pré-agendado com os diretores das escolas e desenvolveram-se de acordo com as proposições da etapa de Diagnóstico Arqueológico. Sendo assim foram realizadas nesta primeira etapa "Palestras sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural".

Para justificar a nossa inserção no contexto escolar inicialmente apresentamos de modo simplificado aos alunos o "Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Contorno Rodoviário de Florianópolis" amparado pelos dados e imagens compilados em dois folders produzidos após a conclusão dos relatórios de Diagnóstico Arqueológico e Prospecção Arqueológica, pela exposição de artefatos líticos e cerâmicos. E, para finalizar, em algumas turmas aplicamos uma atividade prática que exigia participação direta dos alunos.

TABELA 4: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - 1ª ETAPA

MUNICÍPIO	ESCOLA	TURMAS	Nº DE ALUNOS	ATIVIDADES REALIZADAS	DATA/ PERÍODO
Palhoça	E. B. Prof. ^a Antonieta Silveira de Souza	6º Ano	29	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Matutino
Palhoça	E. B. Prof. ^a Antonieta Silveira de Souza	9º Ano	26	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Matutino
Palhoça	E. B. Prof. ^a Antonieta Silveira de Souza	8º Ano	36	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Matutino
Palhoça	E. B. Prof. ^a	7º Ano	22	Palestra sobre	29/05/14 –

	Antonieta Silveira de Souza			arqueologia	Matutino
São José	C. E. M. Santa Ana	8ª Série (9º Ano) A	16	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Santa Ana	8º Ano	10	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Santa Ana	6º Ano 01	19	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Santa Ana	6º Ano 02	13	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Vila Formosa	9º Ano	16	Palestra sobre arqueologia	30/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Vila Formosa	8º Ano	17	Palestra sobre arqueologia	30/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Vila Formosa	7º Ano 01	16	Palestra sobre arqueologia	30/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Vila Formosa	6º Ano 02	12	Palestra sobre arqueologia	30/05/14 - Vespertino
São José	C. E. M. Vila Formosa	6º Ano 01	12	Palestra sobre arqueologia	30/05/14 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	7º Ano 02	22	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	8º Ano 02	27	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	6º Ano 01	18	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	6º Ano 02	28	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	9º Ano 02	23	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	7º Ano 01	23	Palestra sobre arqueologia	29/05/14 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Manoel Roldão das Neves	6º Ano	35	Palestra sobre arqueologia	03/06/14 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º	7º Ano, 8º	46	Palestra sobre	03/06/14 -

	Manoel Roldão das Neves	Ano e 6º Ano 02		arqueologia	Vespertino
	E. B. M. Prof.º				
Biguaçu	Manoel Roldão das Neves	8º Ano 01	20	Palestra sobre arqueologia	03/06/14 - Matutino
	E. B. M. Prof.º				
Biguaçu	Manoel Roldão das Neves	9º Ano 01	14	Palestra sobre arqueologia	03/06/14 - Matutino
	E. E. M. Nossa				
Palhoça	Senhora de Fátima	6º Ano 01	28	Palestra sobre arqueologia	12/06/14 - Matutino
	E. E. M. Nossa				
Palhoça	Senhora de Fátima	7º Ano 01	14	Palestra sobre arqueologia	12/06/14 - Matutino
	E. E. M. Nossa				
Palhoça	Senhora de Fátima	9º Ano 01	37	Palestra sobre arqueologia	12/06/14 - Matutino
	E. E. M. Nossa				
Palhoça	Senhora de Fátima	9º Ano 02 e 9º Ano 03	16	Palestra sobre arqueologia	12/06/14 - Vespertino

Os alunos atendidos na **1º Etapa** compreendem: 27 turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental conforme proposto no Programa de Educação Patrimonial.

Totalizamos a apresentação do Programa de Educação Patrimonial, do “Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Contorno Rodoviário de Florianópolis” e da Palestra: “Arqueologia e Patrimônio Cultural” a 595 alunos das redes estadual e municipal de ensino dos municípios de Palhoça, São José e Biguaçu - Grande Florianópolis, SC. A palestra no âmbito da educação patrimonial constitui uma importante ferramenta para construção do conhecimento em relação à preservação do Patrimônio Cultural.

No dia 29 de maio de 2014, no período vespertino, as palestras foram realizadas no Centro Educacional Municipal Santa Ana, localizado no bairro Colônia Santana, município de São José. As turmas do 6º ano 01 e 02, 8º ano e 8ª série A (9º ano) dos Anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 58 alunos, acompanharam a palestra ministrada que abordava a temática “Arqueologia e Patrimônio Cultural” (figuras 01 a 08).

No Centro Educacional Municipal Vila Formosa, localizado no bairro Forquilha, município de São José, as atividades foram realizadas dia 30 de maio no período vespertino. Os alunos do 6º ano 01 e 02, 7º ano 01, 8º ano, 9º ano acompanharam as explicações sobre o projeto e a “Palestra: Arqueologia e Patrimônio Cultural”. Foram expostos aos alunos alguns artefatos encontrados durante outras escavações. Participaram da atividade 73 alunos (figuras 103 a 118).



FIGURA 103: EXPLANAÇÃO SOBRE ARTEFATOS LÍTICOS - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA – SÃO JOSÉ – SC



FIGURA 104: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 105: ESCLARECIMENTOS SOBRE O FOLDER DO PROGRAMA DE RESGATE E MONITORAMENTO DA ÁREA DO CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 106: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 107: ALUNO OBSERVANDO O FOLDER DO PROGRAMA DE RESGATE E MONITORAMENTO DA ÁREA DO CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 108: EXPLICAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTEFATOS- 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 109: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA – 8º ANO E 8ª SÉRIE A (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 110: EXPLICAÇÃO SOBRE OS ARTEFATOS CERÂMICOS - 8º ANO E 8ª SÉRIE A (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 111: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA – 6º ANO 01, C. M. E. VILA FORMOSA – SÃO JOSÉ - SC



FIGURA 112: ESCLARECIMENTO SOBRE DATAÇÕES - 6º ANO 01, C. M. E. VILA FORMOSA



FIGURA 113: EXPLICAÇÃO DA UTILIDADE DOS ARTEFATOS LÍTICOS - 6º ANO 01, C. M. E. VILA FORMOSA



FIGURA 114: EXPOSIÇÃO DA EXTENSÃO DO CONTORNO RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - 6º ANO 02, C. M. E. VILA FORMOSA



FIGURA 115: EXIBIÇÃO DE UMA PONTA DE FLECHA - 6º ANO 02, C. M. E. VILA FORMOSA



FIGURA 116: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 02, C. M. E. VILA FORMOSA



FIGURA 117: ESCLARECIMENTO SOBRE ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS- 7º ANO 01, 8º ANO E 8ª SÉRIE (9º ANO), C. M. E. VILA FORMOSA



FIGURA 118: EXPLANAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS DO RESGATE ARQUEOLÓGICO- 7º ANO 01, 8º ANO E 8ª SÉRIE (9º ANO), C. M. E. VILA FORMOSA

Nos períodos matutino e vespertino do dia 29 de maio, as atividades foram realizadas na Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos, no bairro Prado, município de Biguaçu. Participaram da apresentação do projeto e da Palestra de Arqueologia e Patrimônio Cultural os alunos do 6º ano 01 e 02, 7º ano 01 e 02, 8º ano 02, 9º ano 02 dos Anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 141 alunos (figuras 119 a 130).

Ainda no município de Biguaçu, no dia 03 de junho nos períodos matutino e vespertino, a apresentação do projeto e a Palestra sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural foram desenvolvidas com as turmas do 6º ano 01 e 02, 7º ano, 8º ano 01 e 02 e 9º ano 02 dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Básica Municipal Professor Manoel Roldão das Neves, localizada no bairro de Biguaçu, somando 115 alunos (figuras 131 a 136).



FIGURA 119: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS – BIGUAÇU - SC



FIGURA 120: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 121: EXPLANAÇÃO SOBRE AS ETAPAS DO RESGATE ARQUEOLÓGICO-6º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 122: ESCLARECIMENTO SOBRE OS TIPOS DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS - 6º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 123: ABERTURA PARA QUESTIONAMENTOS - 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 124: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 125:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 7º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 126: ILUSTRAÇÃO DAS PONTAS DE FLECHAS - 7º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 127: EXPLANAÇÃO SOBRE DATAÇÕES- 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 128: EXPLANAÇÃO DAS LEIS QUE AMPARAM A ARQUEOLOGIA - 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 129:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA- 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 130:PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA -9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 131: EXPLANAÇÃO SOBRE DATAÇÕES - 6º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES – BIGUAÇU - SC



FIGURA 132: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 133: EXPLICAÇÃO SOBRE ARTEFATOS - 6º,7º, 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 134: CONVERSA COM OS ALUNOS - 6º,7º, 8º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 135: ESCLARECIMENTOS SOBRE AS ETAPAS DA ARQUEOLOGIA - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 136: EXPLANAÇÃO DAS LEIS QUE AMPARAM A ARQUEOLOGIA - 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES

As palestras no município de Palhoça aconteceram no dia 29 de maio de 2014, no bairro Guarda do Cubatão, na Escola Básica Professora Antonieta Silveira de Souza, com as turmas do 6º ano A, 7º ano A, 8º ano A e 9º ano A dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no período matutino. Depois de ministrada a palestra, realizamos uma discussão sobre a temática exposta onde os alunos participaram realizando muitos questionamentos. Os alunos também demonstraram bastante interesse pelo ofício do Arqueólogo. Participaram um total de 113 alunos desta atividade (figuras 137 a 142).

No dia 12 de junho, períodos matutino e vespertino, a pesquisa/projeto, o Programa de Educação Patrimonial e a “Palestra: Arqueologia e Patrimônio Cultural” foram realizadas na Escola de Ensino Municipal Nossa Senhora de Fátima, localizada no bairro Aririú, município de Palhoça. As turmas do 6º ano 01, 7º ano 01 e 9º ano 01, 02 e 03 dos Anos Finais do Ensino Fundamental, 95 alunos acompanharam a ministração da palestra. Aos alunos também foram expostos artefatos líticos e cerâmicos provenientes de doações (figuras 143 a 154).



FIGURA 137: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA – PALHOÇA - SC



FIGURA 138: ALUNOS OBSERVANDO O FOLDER DO CONTORNO RODOVIÁRIO - 6º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 139: EXPLANAÇÃO SOBRE ARTEFATOS LÍTICOS - 7º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 140: EXPLICAÇÃO DO FOLDER DO CONTORNO RODOVIÁRIO - 7º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 141: APRESENTAÇÃO DE ARTEFATOS LÍTICOS - 8º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 142: EXPLICAÇÃO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS ARTEFATOS LÍTICOS - 8º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 143: EXPLANAÇÃO SOBRE OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - 9º ANO, E. B. PROF.^a ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 144: ALUNO OBSERVANDO ARTEFATO LÍTICO - 9º ANO, E. B. PROF.^a ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 145: EXPLANAÇÃO SOBRE A EVOLUÇÃO HUMANA - 6º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – PALHOÇA - SC



FIGURA 146: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 6º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 147: CONVERSA COM OS ALUNOS - 7º ANO 01, E. E. M. N. SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 148: ENTREGA DOS FOLDERS SOBRE AS ETAPAS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA - 7º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 149: ESCLARECIMENTOS SOBRE A EVOLUÇÃO HUMANA - 9º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 150: ENTREGA DOS FOLDERS SOBRE AS ETAPAS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA - 9º ANO 02 E 03, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 151: ALUNO OBSERVANDO FOLDER - 9º ANO 02 E 03, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 152: PALESTRA SOBRE ARQUEOLOGIA - 9º ANO 02 E 03, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 153: ILUSTRAÇÃO DO TEMA DISCUTIDO - 7º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



FIGURA 154: INTRODUÇÃO A ARQUEOLOGIA - 9º ANO 01, E. E. M. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

As atividades educativas referente a segunda etapa, tratam da realização das oficinas. Os alunos atendidos nesta **2º Etapa** compreendem: 14 turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Totalizamos o atendimento a 286 alunos das redes municipal e estadual de ensino dos municípios de Palhoça, São José e Biguaçu - Grande Florianópolis - SC.

TABELA 5: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - 2ª ETAPA

SÃO JOSÉ	C. E. M. SANTA ANA	6º ANO 01	20	OFICINA DE ARTE RUPESTRE	11/06/2014 - VESPERTINO
São José	C. E. M. Santa Ana	6º Ano 02	16	Oficina de Arte Rupestre	11/06/2014 - Vespertino
São José	C. E. M. Santa Ana	8º Ano	10	Oficina de Arte Rupestre	11/06/2014 - Vespertino
São José	C. E. M. Santa Ana	8ª Série A (9º Ano)	14	Oficina de Arte Rupestre	11/06/2014 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	7º Ano 01	23	Oficina de Arte Rupestre	11/06/2014 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	8º Ano 01	23	Oficina de Arte Rupestre	11/06/2014 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	9º Ano 01	25	Oficina de Arte Rupestre	11/06/2014 - Matutino
Palhoça	E. B. Prof.ª Antonieta Silveira de Souza	6º Ano 01	31	Oficina de Arte Rupestre	05/06/2014 - Matutino
Palhoça	E. B. Prof.ª Antonieta Silveira de Souza	8º Ano 01	33	Oficina de Arte Rupestre	05/06/2014 - Matutino

Palhoça	E. B. Prof. ^a Antonieta Silveira de Souza	9º Ano 01	25	Oficina de Arte Rupestre	05/06/2014 - Matutino
Palhoça	E. B. Prof. ^a Antonieta Silveira de Souza	7º Ano 01	23	Oficina de Arte Rupestre	05/06/2014 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof. ^o Manoel Roldão das Neves	7º Ano	22	Oficina de Arte Rupestre	18/06/2014 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof. ^o Manoel Roldão das Neves	8º Ano 02	13	Oficina de Arte Rupestre	18/06/2014 - Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof. ^o Manoel Roldão das Neves	9º Ano 02	08	Oficina de Arte Rupestre	18/06/2014 - Vespertino

Nesta etapa foram realizadas Oficinas de Arte Rupestre conforme o cronograma pré-agendado com os diretores das escolas. Durante a oficina foi apresentada uma breve introdução sobre a Arte Rupestre no Brasil e mais especificamente na região Sul. Em seguida, os alunos tiveram a oportunidade de produzirem a sua própria Arte Rupestre utilizando as técnicas que lhes foram apresentadas. A proposta aos discentes era representar o seu cotidiano utilizando apenas a linguagem não-verbal, dessa forma eles só podiam expressar-se através de desenhos. Selecionamos uma amostragem de 18 desenhos produzidos individualmente pelos alunos (figuras 181 a 202) e quatro produções realizadas coletivamente, que foram anexadas neste relatório de pesquisa, no Anexo 11.9.

No dia 11 de junho, período vespertino, a Oficina de Arte Rupestre aconteceu no Centro Educacional Municipal Santa Ana, localizado no bairro Colônia Santana, município de São José. Participaram da apresentação da Introdução de Arte Rupestre e da oficina as turmas do 6º ano 01 e 02, 8º ano e 8ª série A (9º ano) dos Anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 60 alunos (figuras 155 a 158).



FIGURA 155: ALUNOS CONFECCIONANDO ARTE RUPESTRE - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA – SÃO JOSÉ



FIGURA 156: ALUNAS CONFECCIONANDO ARTE RUPESTRE- 8º ANO, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 157: OFICINA DE ARTE RUPESTRE –8º SÉRIE A (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 158: RUPESTRE PRODUÇÃO DA ARTE RUPESTRE - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA

No período matutino, no dia 11 de junho, as Oficinas de Arte Rupestre foram realizadas na Escola Básica Municipal Professor Donato Alípio de Campos, no bairro Prado, no município de Biguaçu. Participaram da atividade as turmas do 7º ano 01, 8º ano 01, 9º ano 01 dos Anos Finais do Ensino Fundamental totalizando 71 alunos (figuras 159 a 164).



FIGURA 159: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE –
7º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE
CAMPOS - BIGUAÇU



FIGURA 160: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO
01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 161: PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 7º
ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE
CAMPOS



FIGURA 162: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE -
8º ANO 01 E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO
ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 163: ALUNOS PRODUZINDO ARTE
RUPESTRE - 8º ANO 01 E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º
DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 164: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO
01 E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE
CAMPOS

No dia 03 de junho nos períodos matutino e vespertino, foram desenvolvidas as Oficinas de Arte Rupestre com as turmas do 7º ano, 8º ano 02 e 9º ano 02 dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Básica Municipal Professor Manoel Roldão das Neves, de Biguaçu, somando 43 alunos (figuras 165 a 168).



FIGURA 165: ALUNOS PRODUZINDO ARTE RUPESTRE - 7º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES – BIGUAÇU



FIGURA 166: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE - 7º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 167: ORIENTAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 168: ESCLARECIMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 02 E 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES

No município de Palhoça no dia 05 de junho, no bairro Guarda do Cubatão, foi realizada a Oficina de Arte Rupestre na Escola Básica Professora Antonieta Silveira de Souza, com as turmas do 6º ano 01, 7º ano 01, 8º ano 01 e 9º ano 01 dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no período matutino. Participaram da atividade 112 alunos (figuras 169 a 180).



FIGURA 169: ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DE ARTE RUPESTRE - 6º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA - PALHOÇA



FIGURA 170: PALESTRA SOBRE ARTE RUPESTRE - 6º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 171: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 172: APRESENTAÇÃO DOS TIPOS DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 173: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 174: PALESTRA DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 175: ORIENTAÇÃO PARA OS ALUNOS - 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 176: OFICINA DE ARTE RUPESTRE - 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 177: INTRODUÇÃO A ARTE RUPESTRE - 9º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 178: ALUNOS PRODUZINDO ARTE RUPESTRE - 9º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA



FIGURA 179: ORIENTAÇÃO NA PRODUÇÃO DA ARTE RUPESTRE - 8º ANO 02 E 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 180: ALUNOS CONFECCIONANDO SUA ARTE RUPESTRE - 7º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA SOUZA

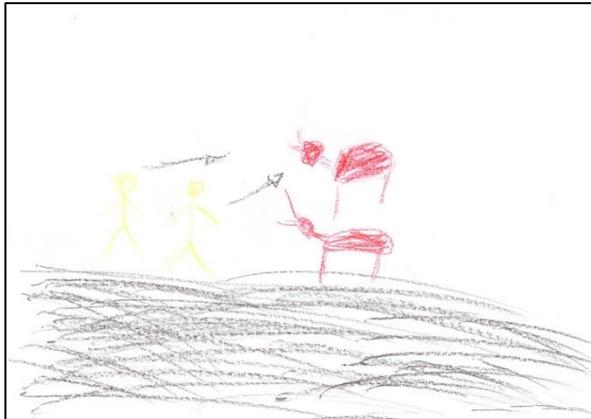


FIGURA 181: ALEXANDRE DA SILVA- 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA

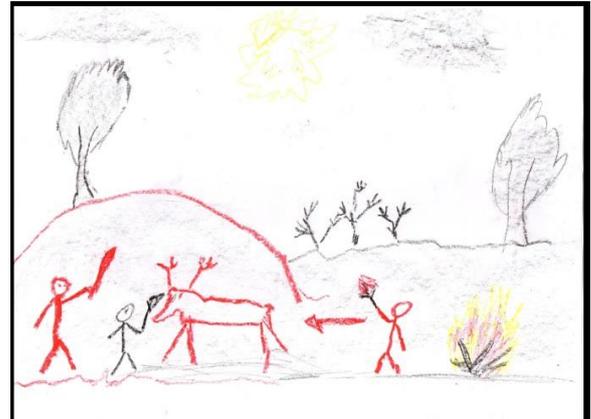


FIGURA 182: AUGUSTO A. DA SILVA - 6º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA

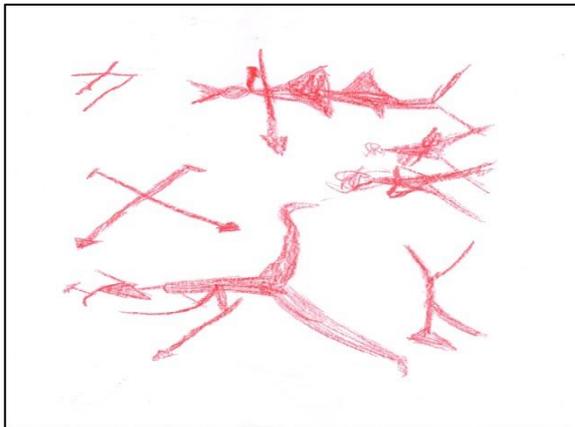


FIGURA 183: JOÃO VITOR P. - 8º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA

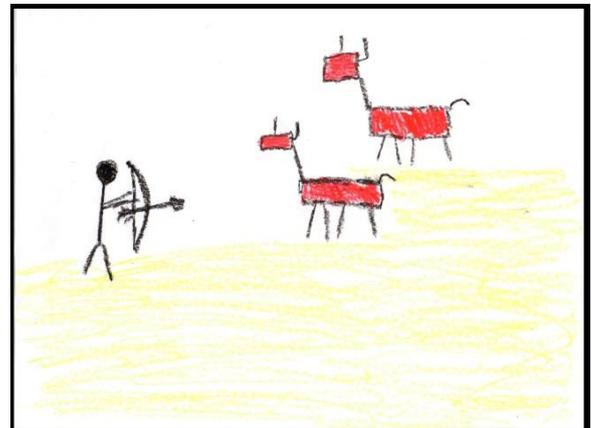


FIGURA 184: JOÃO VITOR P. - 8º ANO 02, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 185: LUAN DE MATOS - 8ª SÉRIE B (9º ANO), C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 186: MARCELA BORBA DA SILVA - 6º ANO 01, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 187: NATALIA DOS SANTOS S. - 6º ANO 02,
C. E. M. SANTA ANA

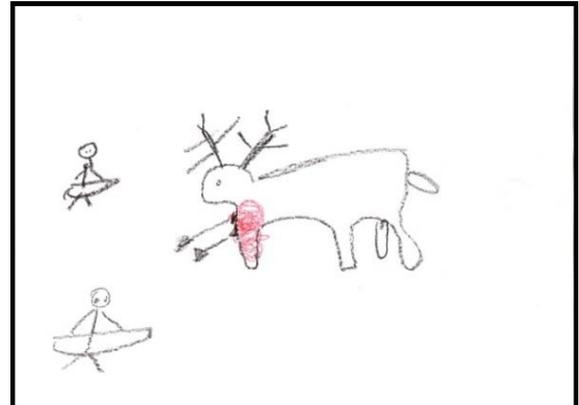


FIGURA 188: RHUAN MURYEL F. ALBINO - 6º ANO
01, C. E. M. SANTA ANA



FIGURA 189: WELLITAN PEREIRA M - 7º ANO 01, E. B.
M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 190: JHÉSSICA DE ALCANTARA - 7º 01, E.
B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

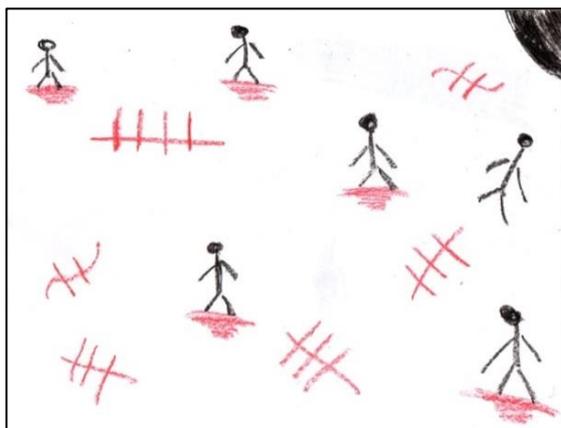


FIGURA 191: DÉBORA S. DA ROSA - 9º ANO 01, E.
B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

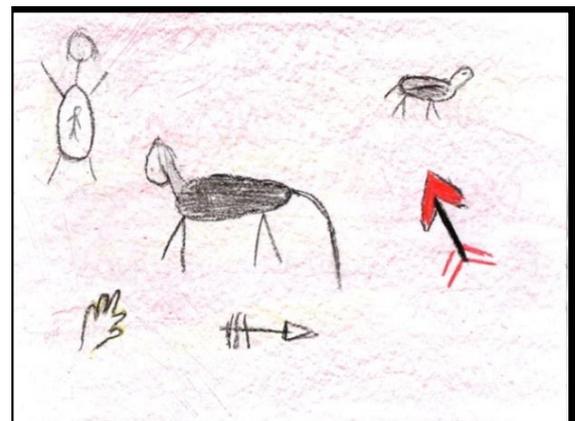


FIGURA 192: EVILYN CRISTINA S. - 8º ANO 01, E. B.
M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 193: LARISSA K. RODRIGUES - 9º ANO, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

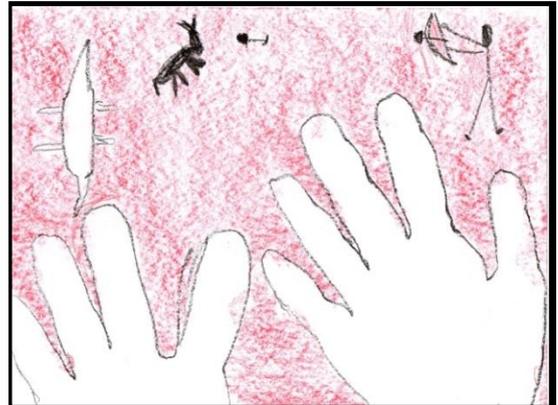


FIGURA 194: MATEUS A. FREITAS - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 195: MICHAEL DOUGLAS S. - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

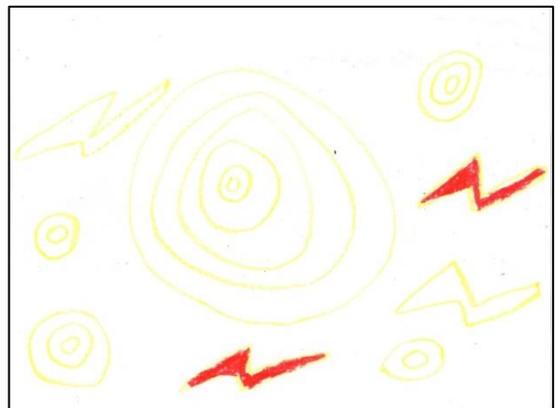


FIGURA 196: MILENY SILVA LIMA - 8º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 197: JÉSSICA MARQUES M. - 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 198: FELIPE O. SODRÉ - 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 199: ALUNOS – EDUARDO, GIOVANA, LUIS, BRUNO, RUBENS, MARCOS P., PEDRO – 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA



FIGURA 200: ALUNOS – ALEXANDRA, ALMIRO, DYANA, ESTÉFANY, MARIANA E RAFAELA – 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA



FIGURA 201: ALUNOS – DANIEL KRAUS, ISMAEL DA SILVA, FELIPE MARINHO, ALEXANDRE PEREIRA – 8º ANO 01, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA



FIGURA 202: DOUGLAS, GEZIEL, MARIA LUIZA, JENIFFER – 7º ANO, E. B. PROF.ª ANTONIETA SILVEIRA DE SOUZA

Os alunos atendidos na 3ª Etapa compreendem quatro turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Totalizamos o atendimento a 82 alunos da rede municipal de ensino do município de Biguaçu - Grande Florianópolis, SC.

A última etapa realizada foi a Visita Monitorada aos Sítios Arqueológicos proposta no Programa de Educação Patrimonial. Devido aos calendários das instituições de ensino e a impossibilidade de conseguir transporte entre o período de realização das escavações arqueológicas, a Visita Monitorada só pode ser realizada nas escolas do município de Biguaçu. Participaram da Visita Monitorada ao Sítio Arqueológico Rússia I seis turmas dos

Anos Finais do Ensino Fundamental da E.B.M. Profº Donato Alípio de Campos e da E.B.M. Profº Manoel Roldão das Neves.

TABELA 6: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
- 3ª ETAPA

MUNICÍPIO	ESCOLA	TURMA	Nº DE ALUNOS	ATIVIDADE	DATA - TURNO
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	7º Ano, 8º Ano e 9º Ano 01	37	Visita Monitorada	02/06/2014 – Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Donato Alípio de Campos	9º Ano 02	16	Visita Monitorada	02/06/2014 – Vespertino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Manoel Roldão das Neves	6º Ano	21	Visita Monitorada	12/06/2014 - Matutino
Biguaçu	E. B. M. Prof.º Manoel Roldão das Neves	Projeto Escola Mais	08	Visita Monitorada	18/06/2014 - Matutino

Na E. B. M. Profº Donato Alípio de Campos, a Visita Monitorada aconteceu no dia 02 de junho de 2014. No período matutino, participaram da Visita Monitorada a turma do 7º, 8º e 9º ano 01, totalizando 37 alunos. No período vespertino, os 16 alunos do 9º ano 02, visitaram o Sítio Arqueológico Rússia I (figuras 203 e 204).

No dia 12 de junho de 2014, a Visita Monitorada ao Sítio Arqueológico Rio Inferninho I foi realizada com os alunos 29 alunos da E.B.M. Profº Manoel Roldão das Neves, no período matutino, compreendendo as turmas do 6º ano 01 e Projeto Escola Mais (figuras 205 e 206). Durante a Visita Monitorada os alunos tiveram a oportunidade de visualizar o processo de escavação na prática e entenderem melhor como funciona a etapa de Resgate Arqueológico.



FIGURA 203: VISITA GUIADA - 9º ANO 02, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 204: VISITA GUIADA - 7º, 8º E 9º ANO 01, E. B. M. PROF.º DONATO ALÍPIO DE CAMPOS



FIGURA 205: EXPLANAÇÃO SOBRE SÍTIO ARQUEOLÓGICO - 6º ANO E PROJETO ESCOLA MAIS, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES



FIGURA 206: EXPLICAÇÃO SOBRE AS ETAPAS DO RESGATE - 6º ANO E PROJETO ESCOLA MAIS, E. B. M. PROF.º MANOEL ROLDÃO DAS NEVES

Ao término da execução do Programa de Educação Patrimonial pudemos contabilizar atendimento 45 turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental que totalizaram 963 alunos das redes municipal e estadual de ensino dos municípios de Palhoça, São José e Biguaçu - Grande Florianópolis – SC.

A execução do Programa de Educação Patrimonial referente ao Projeto: “Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Contorno Rodoviário de Florianópolis”, municípios de Biguaçu, São José e Palhoça, nos permitiu, enquanto pesquisadores, refletir e preparar atividades

de modo a propiciar momentos que poderiam subsidiar aos discentes apropriações e elaborações conceituais significativas. (O Programa de Educação Patrimonial está tendo sequência através do Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial, nas referidas Unidades de Ensino).

Para tanto, partimos das proposições de Hentz apud Lompscher (2000, p. 21-23) podemos inferir que o processo de aprendizagem faz-se pelas esferas da tríade abstração/concreção/abstração, acontecendo da seguinte forma:

- Os elementos conceituais genéricos a respeito do objeto são apresentados e permitirão aos alunos novos elementos para atribuição de significados pessoais ao mesmo. Acontecendo uma primeira abstração do objeto;
- A partir dessa apresentação genérica do objeto, os alunos podem atribuir um sentido pessoal a ele, com base naquilo que já tem elaborado em nível mental. Isto é chamado por Lompscher como a concreção, ou a elevação do objeto concreto;
- A superação desse nível de elaboração conceitual ligado ao sentido pessoal atribuído por cada aluno (o concreto) é uma nova abstração, ou uma elevação do objeto ao abstrato. Dessa forma acontece o processo de apropriação e elaboração de um significado universal;

Desta forma, as atividades foram pensadas e desenvolvidas buscando atender o modelo proposto acima. Assim sendo, inicialmente, foram produzidas e apresentadas palestras aos alunos no intuito de propiciar, em um primeiro momento, a compreensão do objeto da pesquisa e alguns resultados preliminares, considerando questões ambientais, geomorfológicas e de ocupação pré-colonial da região, para que o primeiro estágio de abstração pudesse ser estabelecido.

Na etapa seguinte, foram confeccionadas apresentações com descrições teóricas e imagens que ilustravam os modos de produção da cerâmica e da arte rupestre e demonstravam o processo de escavação, bem como, suas técnicas, funções, os materiais utilizados e decorações, seguida de atividades práticas através das Oficinas de Cerâmica, Arte Rupestre e Escavação Simulada. Assim, a partir apresentação inicial anterior dos conteúdos, os alunos já puderam atribuir um sentido pessoal aos mesmos, com base

naquilo que já tem elaborado em nível mental. Institui-se aí então a elevação do objeto concreto ou a concreção em si. Momento este que é evidenciado quando o aluno ao longo das oficinas e palestras:

- utiliza-se das técnicas de produção da cerâmica para construir um pote cerâmico;
- utiliza-se das técnicas de criação de arte rupestre e expressa-se artisticamente;
- expressa-se oralmente expondo as suas constatações e ou elaborações textuais;

Por fim, durante a apresentação dos resultados da pesquisa arqueológica, também levamos os resultados preliminares decorrentes da escavação. Algumas turmas tiveram a possibilidade de visitar os sítios arqueológicos *in loco*, outras pelas descrições e ilustrações feitas pela equipe da pesquisa já realizada. Todos os detalhes da apresentação buscaram proporcionar aos alunos uma situação que propiciasse uma nova elevação do conteúdo ou uma nova abstração, ou seja, consolida-se a elaboração conceitual, que consiste na apropriação do conhecimento, objetivo das atividades de Educação Patrimonial junto aos educandos.

Assim, as atividades de Educação Patrimonial que foram realizadas tiveram o intuito de provocar nos alunos um chamamento que pudesse motivar os discentes, convidando-os a interagirem com esta nova realidade, até então desconhecida para a maioria, que é a ocupação pré-colonial regional. Como propõe Hentz (2000, p. 15):

Para que esse processo de apropriação ocorra, é necessária a mediação de instrumentos e signos. Por instrumentos, entendemos os objetos existentes exteriores ao sujeito, que são utilizados como meios para estabelecer a relação de um sujeito de aprendizagem com um conceito. [...] Essa apropriação/elaboração é um processo ativo, ou seja, o sujeito que se apropria e elabora conceitos o faz se quer e se tem um motivo para isto. Esse motivo precisa, não raras vezes, ser provocado pelo mediador da aprendizagem. Numa atividade de aprendizagem, por exemplo, não pode o professor esperar que os seus alunos tenham um motivo, por eles mesmos, para realizá-la. É sua responsabilidade, no caso do educador patrimonial, provocar esse motivo nos alunos. É o que chamamos de motivação.

As escolas foram selecionadas levando-se em conta a proximidade com a área do empreendimento e dos sítios arqueológicos. Este critério propicia uma maior compreensão dos conceitos e dados apresentados nas atividades de Educação Patrimonial, pois permite às crianças/alunos uma significação mais concreta viabilizada pelo fato de apresentar-se como um espaço conhecido ou que, ao menos, sinaliza aos mesmos uma sutil sensação de “pertencimento”. Considerando-se também que “é condição para uma atividade de aprendizagem que aquele que aprende (o aluno) tenha um motivo para aprender, veja uma finalidade em aprender e sinta uma relação do aprendido com a sua vida” (HENTZ, 2000, p. 17-18).

Percebemos que o critério de proximidade ao empreendimento propicia ao aluno um momento amplo de interação onde o educador patrimonial tem a oportunidade de instigar o educando sobre questões referentes à valorização e a preservação do patrimônio histórico e arqueológico local.

Trata-se de partir de problemas (sejam eles problemas materiais ou problemas conceituais), trazer esses problemas para a materialidade da vida dos alunos, para que eles percebam que há uma relação real entre eles e os problemas propostos (...); apresentar esses problemas de forma realista e intrigante, de modo que os alunos estejam motivados e vejam finalidade na discussão e solução dos mesmos (HENTZ, 2000, p. 18-19).

Durante os encontros realizados nas escolas contempladas pelo Programa de Educação Patrimonial foi possível observar que o modo como os conteúdos são apresentados é essencial para o êxito do Programa. Torna-se visível que a maneira como as atividades são propostas/conduzidas com os alunos podem influenciar diretamente na recepção e participação dos mesmos, no sentido de despertar nos mesmos uma postura de cidadania, onde ele mesmo é sujeito da história. Hentz (2000, p. 21), já salientava que, “a apresentação do objeto em forma de um problema intrigante pode ser um bom começo [...] permitindo, a condução para a percepção, pelos alunos, da vinculação dessa problemática com suas vidas”.

Foram observadas também apropriações e elaborações acerca dos conteúdos apresentados no curso da realização das palestras e oficinas do Programa de Educação Patrimonial. Podemos destacar discussões onde os alunos participaram da problematização sobre os patrimônios culturais locais, bem como, discussões sobre o que os mesmos consideram ser importante para eles e para o município, atualmente. Juntos, os discentes

chegaram à conclusão que alguns locais históricos só estão preservados porque alguém teve essa preocupação em algum momento e por isso ainda hoje eles podem visualizá-los. Encerraram suas colocações propondo que hoje eles é que são os responsáveis por cuidarem desses locais importantes ou patrimônios para que as próximas gerações possam conhecê-los.

No tocante a pesquisa arqueológica foi notável o interesse dos alunos pelo tema, pela profissão e pelo fato de descobrirem que o local em que vivem tem uma história que se inicia há muito tempo atrás e que, mesmo indiretamente, faz parte da história das suas histórias. Saber que outras pessoas com costumes diferenciados já viveram no mesmo espaço que eles ocupam hoje, motivou ainda mais os alunos a participarem das atividades e engrandeceu todas as situações de interação.

9 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Através do presente relatório de pesquisa buscamos apresentar os resultados finais obtidos a partir da execução do resgate arqueológico dos sítios Rio Inferninho I, Aririú I, Santa Terezinha I, Rússia I e Rússia II, todos inseridos em áreas que serão impactadas direta ou indiretamente pela instalação do Contorno de Florianópolis, situado na região do litoral central catarinense, abrangendo os municípios de Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça. Terá

Conforme dito anteriormente, a etapa de Resgate Arqueológico, da qual trata o presente relatório final de pesquisa, corresponde à fase de obtenção das licenças ambientais do empreendimento em questão e, de acordo com o § 1º do Art. 6º da Portaria IPHAN 230/2002, é nesta fase que são realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios identificados na fase de obtenção da Licença de Instalação. Ainda conforme o § 1º do referido artigo, o resgate arqueológico será executado "por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2002, p. 2-3).

O § 2º do Art. 6 do mesmo documento informa que [...]

[...] O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2002, p. 3).

Tendo como parâmetro tais prerrogativas, desenvolvemos as pesquisas sobre os sítios arqueológicos e consideramos que alcançamos o objetivo desta etapa do processo, resgatando os sítios e convertendo o registro arqueológico em conhecimento. Procuramos, em todo o momento, aplicar métodos e utilizar abordagens teóricas que nos permitissem alcançar nosso objetivo geral: *compreender o processo de ocupação e contribuir para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no norte paranaense, promovendo a preservação do patrimônio arqueológico e transformando-o em conhecimento para a sociedade.*

Infelizmente, devido ao avançado grau de degradação dos sítios arqueológicos pré-coloniais, consequência do aproveitamento econômico do solo nas últimas décadas, encontramos algumas limitações na busca por informações mais detalhadas e seguras a partir da cultura material das populações que ocuparam esta região no período pré-colonial. A intensiva utilização de micro tratores, conhecidas na região por “tobatas”, (considerando a característica do solo e das atividades produtivas em pequenas propriedades rurais), impactam significativamente os sítios arqueológicos. Estes micro tratores utilizam-se de um sistema de facas rotativas que alcançam em média, 30 a 40 cm de profundidade, alterando profundamente a estrutura do solo, bem como espalha os fragmentos dispostos no solo. No entanto, a pesquisa realizada por nossa equipe evidenciou que a região foi ocupada antes do aproveitamento sistemático do elemento europeu e que novas pesquisas deverão auxiliar na compreensão do uso da região no período pré-colonial.

A respeito do sítio histórico Rio Inferninho I, apesar de se tratar de um sítio relativamente recente, a sua escavação representa tentativas cada vez mais efetivas de resgate de um passado recente, mas que aos poucos vem sendo esquecido.

O Programa de Educação Patrimonial na etapa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica, ao oferecer aos estudantes e professores das escolas das proximidades do empreendimento, um panorama sobre a ocupação pré-colonial, a partir de uma reflexão sobre o patrimônio histórico e os bens considerados como relevantes para as comunidades abrangidas, estimulou a curiosidade sobre as contribuições dos estudos arqueológicos, na identificação de novos sítios, bem como no estudo dos remanescentes da cultura material.

Desta forma, conforme descrito e documentado neste Relatório Final referente aos resgates arqueológicos, realizamos uma série de atividades envolvendo palestras e oficinas, para que os estudantes e professores pudessem apropriar-se dos procedimentos e técnicas da pesquisa arqueológica. Dessa forma, certos de ter alcançado nosso objetivo, solicitamos que seja expedido o parecer favorável referente a esta condicionante para a Licença Ambiental de Instalação à Auto Pista Litoral Sul, responsável pelo empreendimento.

É importante mencionar, que a outra condicionante citada no parecer técnico deste IPHAN, exigida e contemplada na mesma portaria de pesquisa, que refere a execução do Programa de Monitoramento Arqueológico e de Educação Patrimonial está sendo cumprida conforme proposto no projeto, e os relatórios trimestrais estão sendo entregues, conforme o cronograma a este IPHAN para apreciação.

10 REFERENCIAS

ASSUNÇÃO, D. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta**: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina. São Paulo: USP/MAE. Dissertação de mestrado, 2011.

BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da baía da Babitonga, SC**: arqueologia e etnicidade. Campinas: UNICAMP. Tese de doutorado, 2004.

BASTOS, J. M. **Comércio no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

BECK, A. **Variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007.

BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, v. 1.

BITENCOURT, M. de F.. Estratigrafia do Batólito Florianópolis, Cinturão Dom Feliciano, na Região de Garopaba – Paulo Lopes. **Revista Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 109-136, 2008.

BRANDI, R. A. **Arqueologia catarinense**: análise bibliométrica e revisão arqueográfica. Itajaí: UNIVALI/CEHCOM. Trabalho de conclusão de curso, 2004.

BROCHADO, J. **An ecological model to the spread of pottery and agriculture into Eastern South América**, Tese (Doutorado), Universidade de Illinois at Urbana-Champaign. 1984.

CALDARELLI, S. B.; LAVINA, R. Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no oeste catarinense. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011, p. 47-70.

CHANG, K. C. **Settlement archeology**. California: Palo Alto, 1968.

CHILDE, G. **Para uma recuperação do passado**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Ed. da USP, 1974.

CLAUDINO, D. C. **Arqueologia na encosta catarinense**: em busca dos vestígios materiais Xokleng. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação de mestrado, 2011.

CRUZ, D. **Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

DE BLASIS, P. **Sambaquis e paisagem**: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueologia Sul-Americana*. Ed. 3. 2007.

DE MASI, M. A. N. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 57, 2001, p. 1-136.

DE MASI, M. A. N. **Projeto de salvamento arqueológico da PCH Rio Capivari**. Florianópolis: UNISUL. Relatório final de pesquisa, 2006.

DE MASI, M. A. N. **Projeto de salvamento arqueológico da Usina Hidrelétrica de Campos Novos**. Florianópolis: UNISUL. Relatório final de pesquisa, 2005.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA, Gerência de Meio Ambiente. **Manual de procedimentos ambientais rodoviários**. Florianópolis: DEINFRA, 2006.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSITO, Instituto de Pesquisas Rodoviárias. **Diretrizes básicas para elaboração de estudos e programas ambientais rodoviários**. Rio de Janeiro: IPR, 2006.

DMITRUK, H. B. Material para a Série Interdisciplinar do Centro de C. Humanas e Sociais. **I CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Tubarão. Anais, Tubarão – SC, 2001.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: SPI, 2006.

FARIAS, D. S. E. **Arqueologia e Educação**: uma proposta de preservação para os sambaquis do Sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão). Porto Alegre, PUC-RS. Dissertação de Mestrado, 2000.

FARIAS, D. S. E. de. **Distribuição e padrão de assentamento**: propostas para os sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina. Porto Alegre: PUCRS. Tese de Doutorado 2005.

FEBVRE, L. Civilisation. Évolution d'un mot et d'un groupe d'idées. In: **Première Semaine Internationale de Synthèse**. Paris: La Renaissance du Livre, 1930.

FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMBRICH, E. H. **In search of culture history**. Londres: Claredon, 1969.

GUALBERTO, L. Os casqueiros de Santa Catarina ou sambaquis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 150 (96), 1927, p. 287-304.

HENTZ, P (Org.). **Tempo de Aprender**: subsídios para as classes de aceleração de aprendizagem nível 3 e para toda a escola. Florianópolis: DIEF, 1999. Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

HOELTZ, S. E.; BRUGGEMANN, A. A. As indústrias líticas na área da UHE Foz do Chapecó, oeste catarinense: antiguidade, estratégia tecnológica e variabilidade. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011, p. 105-136.

HORTA, M. de L. P.; GRUMBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. **Charter for the protection and management of the archaeological heritage.** Lausanne: ICAHN, 1990.

IHERING, H. V. A civilização pré-histórica do Brasil meridional. **Revista do Museu Paulista**, 1, 1895, p. 34-159.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Imbituba. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=203>>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 007, de 01 de dezembro de 1988.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=319>>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>>.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Palhoça. **Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>>. Acesso em: 25 de julho de 2013.

KNEIP, A. **O povo da lagoa:** uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho. São Paulo: USP. Tese de doutorado, 2004.

KUBLER, G. **The shape of time.** New Haven-Londres: Yale University Press, 1962.

LAGO, P. F. **Santa Catarina:** a transformação dos espaços geográficos. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LATHRAP, D. **O alto Amazonas.** Lisboa: Verbo, 1975.

LAVINA, R. (Coord.). **Projeto de salvamento arqueológico da ZPE, Imbituba, SC.** Relatório final de pesquisa, 1999.

LAVINA, R. **Relatório final do Projeto de salvamento arqueológico da Rodovia Interpraia, trecho Morro dos Conventos - Lagoa dos Esteves.** Criciúma: UNESC, 2000.

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. **Geologia geral.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

LINO, J. T. **Arqueologia Guarani na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, Santa Catarina.** Porto Alegre: URGS. Dissertação de Mestrado, 2007.

MAMIGONIAN, Ar. Atualidades Geográficas: vida regional em Santa Catarina. **Revista Orientação**, São Paulo, n. 2, 1966.

MAURÍCIO, D. F. **As vasilhas cerâmicas do sítio arqueológico SC-MA-01 do município de Laguna - SC.** Tubarão: UNISUL. Trabalho de conclusão de curso, 2008.

MEGGERS, B. J. **A reconstrução da pré-história Amazônica**. São Paulo: USP, 1974.

MELLO, A. B. **Estudo da variabilidade intra-sítio a partir da análise cerâmica do sítio Guarani SC-AR-01**. Tubarão: UNISUL. Trabalho de conclusão de curso, 2006.

MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-guarani. **Journal de La Societé de Americanistes**. Paris, 1927, p. 1-45.

MILHEIRA, R. G. **Território e Estratégia de Assentamento Guarani na Planície Sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste**. São Paulo: USP. Dissertação de mestrado, 2008.

MILHEIRA, R. G.. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território**. São Paulo: USP. Tese de doutorado, 2010.

MÜLLER, L. M. **Sobre índios e ossos: Estudo de três sítios de estruturas anelares construídos para enterramento por populações que habitavam o vale do rio Pelotas no período pré-contato**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado, 2008.

NOELLI, F. S. **Sem tekohá não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicada a uma área de domínio no delta do Jacuí - RS**. Porto Alegre: PUC-RS. Dissertação de mestrado, 1993.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupis. In: **Revista de Antropologia**: São Paulo, vol. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.

OLIVEIRA, L. L. **Cultura é patrimônio**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PENIN, A. **Academia, Contrato e Patrimônio: visões distintas de uma mesma disciplina**. São Paulo, USP. Tese de doutorado, 2010.

PIAZZA, W. F. As fontes primárias da História: Fontes arqueológicas catarinenses. **Anais do III Simpósio da ANPUH**. Franca: FFCLF, 1966, p. 439-482.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: EDUFSC/Lunardelli, 1983.

PROUS, A.. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

REIS, M. J. **A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim: Habilis, 2007.

REVEL, J. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 97-137.

RODRIGUES, A. D. A classificação linguística do tronco Tupi. **Revista de Antropologia**, 12 (1-2): 99-104. 1964.

RODRIGUES DA COSTA, F. I. Estudos arqueológicos: os sambaquis no sul de Santa Catarina. **Revista Catarinense**, 1, 1912, p. 47-48; 73-74; 212-214.

RODRIGUES PEIXOTO, J. Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos. **Arquivos do Museu Nacional**, 6, 1885, p. 205-256.

ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia**, v. 17, 1984, p. 77-168.

ROMARIZ, D. A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. São Paulo: Ed. do autor, 1996.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALDANHA, J. D. M. **Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil**. Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado, 2005.

SANTA CATARINA, Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Diagnóstico dos recursos hídricos e organização dos agentes da bacia hidrográfica do Rio Tubarão e complexo lagunar**. Florianópolis: SDM, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Planejamento. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Governo de Santa Catarina, 2008.

SANTOS, S. C. **Índios e brancos no sul do Brasil**. Florianópolis: Editora Edeme, 1976.

SCHERER, L. Z.; CARVALHO, C. R.; SCHMITZ, P. I. Marcadores de estresse musculoesquelético em populações pescadores, caçadoras e coletoras no litoral central de Santa Catarina. **Pesquisas, Antropologia**, 63, 2006, p. 55-80.

SCHMITZ, P. I.. Avaliação e perspectivas da Arqueologia Brasileira. In: Canindé – **Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**. Xingó, 2001, p. 53-61.

SCHMITZ, P. I. O **povoamento indígena do sul do Brasil**. In: FARIAS, D. S. E. **Maracajá: Pré-história e arqueologia**. Tubarão: Editora Unisul, 2005.

SCHMITZ, P.I.; ARNT, F.V.; BEBER, M.V.; ROSA, A.O.; ROGGE, J.H. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC. **Pesquisas, Antropologia**, 67, 2009, p. 185-320.

SCHMITZ, P. I.; NOVASCO, R. V. Arqueologia no Planalto: o uso do SIG na aplicação de análises espaciais dos sítios arqueológicos da localidade de Boa Parada, município de São José do Cerrito. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia**, 21, 2011, p. 167-183.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. Pesquisando a trajetória do Jê Meridional. **Anais do II CIAEE**. Dourados: UFGD, 2012. (CD-ROM)

SCHWENGBER, V. L. Software sobre os Sambaquis do Sul de Santa Catarina: a hipermídia na educação patrimonial In: **III Encontro SAB/Sul**. Porto Alegre - RS, 2002.

SCHWENGBER, V. L. **Programa de resgate arqueológico em área de mineração na localidade de Jaboticabeira, município de Jaguaruna - SC**. Relatório final de pesquisa, 2013.

SILVA, M. A. S.; LEITES, S. R.; CARUSO, F. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil**. Criciúma, Folha SH.22-X-B. Estado de Santa Catarina. Escala 1:250.000. Brasília: CPRM, 2000.

SOARES, A. L. R. **Guarani. Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOARES, A. L. R. **Interface para a valorização da Memória e Identidade Cultural de São Martinho da Serra, RS: um programa de Educação Patrimonial.** In: I CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Tubarão. Anais, Tubarão – SC, 2001.

SOUZA, O. A.; FARIAS, D. S. E. Xokleng e colonizadores: etno-história do município de Maracajá. In: FARIAS, D. S. E. **Maracajá: Pré-história e arqueologia.** Tubarão: Editora Unisul, 2005.

SPITZ, A.; ONO, L. M. **Descobrir + Imaginar + Conhecer.** Arqueologia na Escola. Programa de Educação Patrimonial – Superintendência Regional do Iphan do Paraná, 2012.

TRIGGER, B. G. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus, 2004.

TYLOR, E. B. **Primitive culture:** researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, an custom. Londres: John Murray, 1871.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas indígenas. In: CUNHA, M. C. **História dos índios do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1992, p. 87-102.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal.** Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

ZANELATTO, J. H.; OSÓRIO, P. S. **Forquilha: do presente par o passado, outras memórias uma nova história.** Forquilha, SC: UNESC, 2012.

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 153/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11 ANEXOS

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 154/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.1 Portaria CNA/IPHAN que autoriza a realização da pesquisa e Protocolo da entrega do Relatório Parcial

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 155/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 156/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 157/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 158/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.2 Cartas de caracterização do empreendimento e localização dos sítios arqueológicos escavados

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 159/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 160/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 161/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 162/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.3 Plantas topográficas dos sítios arqueológicos

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 163/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 164/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 165/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 166/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 167/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 168/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.4 Croquis de intervenções arqueológicas

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 169/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 170/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 171/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 172/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 173/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 174/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 175/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 176/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 177/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 178/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 179/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 180/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 181/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 182/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 183/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 184/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 185/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 186/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 187/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 188/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 189/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 190/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 191/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 192/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 193/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 194/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 195/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 196/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 197/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 198/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 199/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 200/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 201/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 202/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 203/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 204/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 205/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 206/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 207/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 208/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 209/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 210/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.5 Fichas de análise do material lítico

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 211/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 212/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 213/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 214/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 215/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 216/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 217/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 218/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 219/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.6 Fichas de catálogo do material histórico

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 220/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 221/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.7 Fichas de cadastro dos sítios arqueológicos atualizadas

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 222/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 223/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 224/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 225/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 226/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 227/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 228/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 229/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 230/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 231/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 232/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 233/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 234/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 235/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 236/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 237/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 238/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 239/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 240/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 241/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 242/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 243/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 244/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 245/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 246/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 247/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.8 Material didático-informativo utilizado nas atividades de educação patrimonial

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 248/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 249/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.9 Atividades didáticas de Arte Rupestre realizadas com os alunos

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 250/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 251/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 252/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 253/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 254/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 255/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 256/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 257/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 258/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 259/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 260/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 261/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 262/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 263/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 264/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 265/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 266/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 267/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 268/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 269/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 270/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 271/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 272/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

11.10 Listas de presença das atividades de Educação Patrimonial

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 273/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 274/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 275/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 276/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 277/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 278/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 279/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 280/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 281/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 282/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 283/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 284/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 285/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 286/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 287/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 288/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 289/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 290/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 291/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 292/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 293/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 294/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 295/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 296/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 297/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 298/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 299/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 300/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 301/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 302/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 303/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 304/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 305/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 306/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 307/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 308/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 309/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 310/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 311/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 312/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 313/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 314/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 315/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 316/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 317/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 318/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 319/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 320/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 321/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 322/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 323/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 324/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 325/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 326/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 327/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 328/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 329/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 330/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 331/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 332/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 333/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 334/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 335/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 336/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 337/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 338/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 339/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------

Código: Código ALS	Revisão: 0	Emissão: 30/12/2014	Folha: 340/340
-----------------------	---------------	------------------------	-------------------